

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	8
DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Fluxo de Caixa	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	17
DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	18
Demonstração do Valor Adicionado	19

Comentário do Desempenho	20
Notas Explicativas	42
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	147

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	149
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	99.680
Preferenciais	160.539
Total	260.219
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	233
Total	233

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	12/05/2011	Dividendo	27/05/2011	Ordinária		0,08181
Reunião do Conselho de Administração	12/05/2011	Dividendo	27/05/2011	Preferencial	Preferencial Classe A	0,09000
Reunião do Conselho de Administração	25/07/2011	Dividendo	10/08/2011	Ordinária		0,08181
Reunião do Conselho de Administração	25/07/2011	Dividendo	10/08/2011	Preferencial	Preferencial Classe A	0,09000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	15.784.470	15.989.211
1.01	Ativo Circulante	4.149.086	4.687.886
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.287.262	1.757.576
1.01.03	Contas a Receber	564.772	931.346
1.01.03.01	Clientes	498.321	880.370
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	66.451	50.976
1.01.04	Estoques	1.767.468	1.573.254
1.01.06	Tributos a Recuperar	417.440	363.762
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	417.440	363.762
1.01.07	Despesas Antecipadas	89.516	58.789
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	22.628	3.159
1.01.08.03	Outros	22.628	3.159
1.02	Ativo Não Circulante	11.635.384	11.301.325
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.842.757	1.740.803
1.02.01.03	Contas a Receber	51.885	52.785
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	51.885	52.785
1.02.01.06	Tributos Diferidos	244.741	340.191
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	244.741	340.191
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	28.654	36.540
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	1.086.034	804.556
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	1.021.424	776.117
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	1.848	0
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	62.762	28.439
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	431.443	506.731
1.02.01.09.03	Fundo de Inv. em Direitos Creditorios	122.693	117.613
1.02.01.09.04	Impostos a Recuperar	8.975	119.802
1.02.01.09.05	Depósitos para Recursos Judiciais	299.775	269.316
1.02.02	Investimentos	4.011.122	4.088.102
1.02.02.01	Participações Societárias	4.011.122	4.088.102
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	2	0
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	4.011.115	4.088.097
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	5	5
1.02.03	Imobilizado	4.999.703	4.801.998
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.593.329	4.249.971
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	45.250	26.639
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	361.124	525.388
1.02.04	Intangível	781.802	670.422
1.02.04.01	Intangíveis	781.802	670.422
1.02.04.01.02	Intangíveis	781.802	670.422

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	15.784.470	15.989.211
2.01	Passivo Circulante	3.001.426	4.761.610
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	313.978	258.234
2.01.01.01	Obrigações Sociais	33.373	36.249
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	280.605	221.985
2.01.02	Fornecedores	1.797.180	2.219.699
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.719.164	2.170.234
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	78.016	49.465
2.01.03	Obrigações Fiscais	56.895	143.886
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	56.895	143.886
2.01.03.01.02	Outros (Pis , COFINS, IOF, INSS, Funrural)	56.895	143.886
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	465.345	1.228.030
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	174.044	686.566
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	82.499	284.568
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	91.545	401.998
2.01.04.02	Debêntures	261.786	520.675
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	29.515	20.789
2.01.05	Outras Obrigações	281.771	853.909
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	109.894	513.820
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	1.762	5.320
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	93.577	491.076
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	11.293	0
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	3.262	17.424
2.01.05.02	Outros	171.877	340.089
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	28	114.654
2.01.05.02.04	Serviços Públicos	2.940	3.450
2.01.05.02.05	Aluguéis	23.651	22.887
2.01.05.02.06	Propaganda	32.082	31.396
2.01.05.02.07	Repasse a Terceiros	7.012	7.622
2.01.05.02.08	Financiamento por Compra de Ativos	14.211	14.211
2.01.05.02.09	Demais Contas a Pagar	91.953	145.869
2.01.06	Provisões	86.257	57.852
2.01.06.02	Outras Provisões	86.257	57.852
2.01.06.02.02	Provisões para Reestruturação	6.054	6.372
2.01.06.02.05	Impostos Parcelados	80.203	51.480
2.02	Passivo Não Circulante	5.326.065	4.129.012
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.799.857	2.523.960
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.201.037	1.390.359
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.486.684	1.059.583
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	714.353	330.776
2.02.01.02	Debêntures	1.529.333	1.067.472
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	69.487	66.129
2.02.02	Outras Obrigações	1.358.378	1.274.624
2.02.02.02	Outros	1.358.378	1.274.624
2.02.02.02.03	Impostos Parcelados	1.346.705	1.269.246
2.02.02.02.04	Demais Contas a Pagar	11.673	5.378

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.02.04	Provisões	167.830	326.857
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	167.830	326.857
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	88.152	236.564
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	30.991	39.765
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	48.687	50.528
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	0	3.571
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	0	3.571
2.03	Patrimônio Líquido	7.456.979	7.098.589
2.03.01	Capital Social Realizado	6.129.156	5.579.259
2.03.02	Reservas de Capital	377.342	463.148
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	238.930	344.605
2.03.02.04	Opções Outorgadas	131.014	111.145
2.03.02.07	Reserva de Capital	7.398	7.398
2.03.04	Reservas de Lucros	416.932	841.784
2.03.04.01	Reserva Legal	212.339	212.339
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	-258.660	-213.158
2.03.04.10	Reserva para Expansão	463.253	842.603
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	311.849	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	221.700	214.398

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.885.163	11.728.257	3.683.047	11.283.372
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.756.707	-8.423.271	-2.657.378	-8.282.428
3.03	Resultado Bruto	1.128.456	3.304.986	1.025.669	3.000.944
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-822.924	-2.522.975	-771.245	-2.324.324
3.04.01	Despesas com Vendas	-633.087	-1.893.999	-569.428	-1.738.010
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-151.952	-425.202	-128.268	-390.683
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-3.096	-79.491	-8.455	-29.294
3.04.04.01	Resultado com Ativo Permanente	-1.175	-1.597	-2.107	-3.689
3.04.04.03	Resultado Não Recorrente	-1.921	-77.894	-6.348	-25.605
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-75.447	-214.931	-73.458	-259.651
3.04.05.01	Depreciação / Amortização	-74.941	-214.425	-68.661	-199.364
3.04.05.02	Outras despesas Operacionais	-506	-506	-4.797	-60.287
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	40.658	90.648	8.364	93.314
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	305.532	782.011	254.424	676.620
3.06	Resultado Financeiro	-129.384	-359.767	-71.786	-205.115
3.06.01	Receitas Financeiras	86.594	250.413	73.687	182.218
3.06.02	Despesas Financeiras	-215.978	-610.180	-145.473	-387.333
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	176.148	422.244	182.638	471.505
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-42.694	-65.350	-47.101	-105.589
3.08.01	Corrente	0	0	-13.685	-3.285
3.08.02	Diferido	-42.694	-65.350	-33.416	-102.304
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	133.454	356.894	135.537	365.916
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	133.454	356.894	135.537	365.916
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,58000	1,30000	0,64000	1,34000
3.99.01.02	PN	0,64000	1,43000	0,71000	1,47000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-9.081	-495.822
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	946.788	784.041
6.01.01.01	Lucro Líquido do período	356.894	365.916
6.01.01.02	Imposto de renda diferido	65.350	102.304
6.01.01.03	Resultado de ativos permanentes baixados	1.596	3.689
6.01.01.04	Depreciação / Amortização	214.425	199.364
6.01.01.05	Juros e variações monetária	437.065	146.887
6.01.01.06	Ajuste a Valor Presente	392	4.402
6.01.01.07	Resultado de equivalencia patrimonial	-90.648	-93.314
6.01.01.08	Provisão para demandas judiciais	-58.154	35.200
6.01.01.09	Provisão para baixas e perdas do imobilizado	0	-1.269
6.01.01.10	Pagamento baseado em ações	19.868	20.862
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-955.869	-1.279.863
6.01.02.01	Contas a receber	117.477	51.781
6.01.02.02	Estoques	-194.214	-24.851
6.01.02.03	Impostos a recuperar	93.593	-103.819
6.01.02.04	Outros ativos	-42.310	-137.839
6.01.02.05	Partes Relacionadas	-450.685	-488.448
6.01.02.06	Depósitos judiciais	-44.413	-43.857
6.01.02.07	Fornecedores	-422.519	-501.503
6.01.02.08	Salarios e encargos sociais	55.744	38.447
6.01.02.09	Impostos e contr. sociais a recolher	-9.532	6.003
6.01.02.10	Demais contas a pagar	50.980	-57.002
6.01.02.11	Demandas Judicias	-109.990	-18.775
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-544.312	-605.055
6.02.01	Aumento de capital em controladas	-111	-28.553
6.02.02	Aquisição de bens do ativo imobilizado	-542.380	-558.427
6.02.03	Aumento do ativo intangível	-22.216	-20.986
6.02.04	Venda de bens do imobilizado	20.395	2.911
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	83.079	586.129
6.03.01	Aumento (Redução) de capital	22.722	30.240
6.03.02	Captações e refinanciamentos	1.464.303	823.878
6.03.03	Pagamentos	-875.155	-54.762
6.03.04	Juros pagos	-369.120	-81.280
6.03.05	Pagamento de dividendos	-159.671	-131.947
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-470.314	-514.748
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.757.576	1.928.437
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.287.262	1.413.689

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.579.259	463.148	1.056.182	0	0	7.098.589
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.579.259	463.148	1.056.182	0	0	7.098.589
5.04	Transações de Capital com os Sócios	549.897	-85.806	-421.500	-45.045	0	-2.454
5.04.01	Aumentos de Capital	22.722	0	0	0	0	22.722
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	19.869	0	0	0	19.869
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-45.045	0	-45.045
5.04.08	Capitalização de Reservas	527.175	-105.675	-421.500	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	356.894	0	356.894
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	356.894	0	356.894
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	3.950	0	0	3.950
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	3.950	0	0	3.950
5.07	Saldos Finais	6.129.156	377.342	638.632	311.849	0	7.456.979

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.374.751	647.232	602.237	0	0	6.624.220
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.374.751	647.232	602.237	0	0	6.624.220
5.04	Transações de Capital com os Sócios	199.628	-63.690	-81.440	-38.805	0	15.693
5.04.01	Aumentos de Capital	30.240	0	0	0	0	30.240
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	20.218	0	0	0	20.218
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	0	4.040	0	0	4.040
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-38.805	0	-38.805
5.04.08	Capitalização de Reservas	169.388	-83.908	-85.480	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	365.916	0	365.916
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	365.916	0	365.916
5.07	Saldos Finais	5.574.379	583.542	520.797	327.111	0	7.005.829

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
7.01	Receitas	12.985.538	12.496.954
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	13.004.612	12.512.844
7.01.02	Outras Receitas	-13.097	-10.616
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-5.977	-5.274
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-10.240.309	-10.008.238
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-9.156.022	-9.024.909
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.084.287	-983.329
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.745.229	2.488.716
7.04	Retenções	-214.425	-199.364
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-214.425	-199.364
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.530.804	2.289.352
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	341.061	275.532
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	90.648	93.314
7.06.02	Receitas Financeiras	250.413	182.218
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.871.865	2.564.884
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.871.865	2.564.884
7.08.01	Pessoal	1.094.672	995.312
7.08.01.01	Remuneração Direta	752.075	680.690
7.08.01.02	Benefícios	257.320	236.783
7.08.01.03	F.G.T.S.	63.287	59.862
7.08.01.04	Outros	21.990	17.977
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	557.315	583.558
7.08.02.01	Federais	340.249	340.975
7.08.02.02	Estaduais	149.677	186.506
7.08.02.03	Municipais	67.389	56.077
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	862.984	620.098
7.08.03.01	Juros	610.181	387.332
7.08.03.02	Aluguéis	252.803	232.766
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	356.894	365.916
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	356.894	365.916

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	30.952.707	29.676.701
1.01	Ativo Circulante	15.438.110	14.702.328
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.574.539	3.817.994
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	600.613
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	0	600.613
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	0	600.613
1.01.03	Contas a Receber	5.127.868	4.346.475
1.01.03.01	Clientes	4.792.170	4.047.234
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	335.698	299.241
1.01.04	Estoques	5.097.065	4.823.768
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.411.623	888.355
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.411.623	888.355
1.01.07	Despesas Antecipadas	183.965	225.123
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	43.050	0
1.01.08.03	Outros	43.050	0
1.02	Ativo Não Circulante	15.514.597	14.974.373
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.222.859	3.156.473
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	0	7.389
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	0	7.389
1.02.01.03	Contas a Receber	614.959	617.496
1.02.01.03.01	Clientes	529.038	527.939
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	85.921	89.557
1.02.01.06	Tributos Diferidos	1.188.548	1.136.462
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.188.548	1.136.462
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	29.709	54.986
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	220.509	176.241
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	220.509	176.241
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.169.134	1.163.899
1.02.01.09.04	Impostos a Recuperar	92.863	213.506
1.02.01.09.05	Depósitos para Recursos Judiciais	660.267	534.389
1.02.01.09.06	Opção de compra - Bartira	416.004	416.004
1.02.02	Investimentos	242.936	232.540
1.02.02.01	Participações Societárias	242.936	232.540
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	242.936	232.540
1.02.03	Imobilizado	7.144.562	6.703.595
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	6.538.637	5.834.719
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	174.494	167.934
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	431.431	700.942
1.02.04	Intangível	4.904.240	4.881.765
1.02.04.01	Intangíveis	4.904.240	4.881.765
1.02.04.01.02	Intangíveis	4.904.240	4.881.765

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	30.952.707	29.676.701
2.01	Passivo Circulante	10.219.943	10.815.926
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	803.087	589.186
2.01.01.01	Obrigações Sociais	57.442	120.825
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	745.645	468.361
2.01.02	Fornecedores	4.623.002	5.306.349
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.526.916	5.190.645
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	96.086	115.704
2.01.03	Obrigações Fiscais	238.950	298.853
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	232.024	292.658
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	68.251	25.463
2.01.03.01.02	Outros (Pis, COFINS, IOF, INSS, Funrural)	163.773	267.195
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	6.926	6.195
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.495.464	2.977.505
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	3.173.645	2.392.363
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	2.201.488	1.935.028
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	972.157	457.335
2.01.04.02	Debêntures	261.786	520.675
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	60.033	64.467
2.01.05	Outras Obrigações	890.613	1.520.569
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	22.150	274.291
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	6.761	69.254
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	11.649	187.128
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	3.740	17.909
2.01.05.02	Outros	868.463	1.246.278
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	38	116.287
2.01.05.02.04	Serviços Públicos	20.911	5.383
2.01.05.02.05	Aluguéis	44.172	68.226
2.01.05.02.06	Propaganda	63.816	33.614
2.01.05.02.07	Repasse a Terceiros	170.653	201.224
2.01.05.02.08	Financiamento por Compra de Ativos	14.211	14.211
2.01.05.02.09	Demais Contas a Pagar	501.253	509.849
2.01.05.02.10	Aquisição de Sociedades	53.409	297.484
2.01.06	Provisões	168.827	123.464
2.01.06.02	Outras Provisões	168.827	123.464
2.01.06.02.02	Provisões para Reestruturação	6.054	6.372
2.01.06.02.05	Impostos Parcelados	85.164	54.071
2.01.06.02.06	Receitas Antecipadas	77.609	63.021
2.02	Passivo Não Circulante	10.832.744	9.277.005
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	6.890.376	5.591.936
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	5.244.436	4.423.366
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	4.411.768	3.744.908
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	832.668	678.458
2.02.01.02	Debêntures	1.529.333	1.067.472
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	116.607	101.098
2.02.02	Outras Obrigações	1.893.366	1.730.509

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.02.02.02	Outros	1.893.366	1.730.509
2.02.02.02.03	Impostos Parcelados	1.446.855	1.377.758
2.02.02.02.04	Demais Contas a Pagar	262.795	137.691
2.02.02.02.05	Aquisição de Sociedades	183.716	215.060
2.02.03	Tributos Diferidos	1.129.190	1.069.288
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.129.190	1.069.288
2.02.04	Provisões	529.156	697.806
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	529.156	697.806
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	322.642	333.286
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	37.577	29.433
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	45.078	52.857
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	123.859	282.230
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	390.656	187.466
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	390.656	187.466
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	9.900.020	9.583.770
2.03.01	Capital Social Realizado	6.129.156	5.579.259
2.03.02	Reservas de Capital	377.342	463.148
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	238.930	344.605
2.03.02.04	Opções Outorgadas	131.014	111.145
2.03.02.07	Reserva de Capital	7.398	7.398
2.03.04	Reservas de Lucros	416.932	841.784
2.03.04.01	Reserva Legal	212.339	212.339
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	-258.660	-213.158
2.03.04.10	Reserva para Expansão	463.253	842.603
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	311.849	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	221.700	214.398
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	2.443.041	2.485.181

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	11.085.070	33.223.643	7.108.206	21.057.893
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-8.000.370	-24.303.047	-5.356.121	-16.000.397
3.03	Resultado Bruto	3.084.700	8.920.596	1.752.085	5.057.496
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.578.690	-7.560.676	-1.364.811	-4.069.392
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.939.253	-5.741.922	-1.071.888	-3.180.363
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-423.484	-1.232.681	-187.267	-572.412
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-1.936	-43.332	-9.841	27.990
3.04.04.01	Resultado com Ativo Permanente	1.309	2.555	1.637	3.974
3.04.04.02	Outras Receitas Operacionais	-1.324	5.391	-2.913	102.676
3.04.04.03	Resultado Não Recorrente	-1.921	-51.278	-8.565	-78.660
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-225.293	-567.248	-107.070	-396.370
3.04.05.01	Depreciação / Amortização	-158.062	-466.210	-103.687	-314.341
3.04.05.02	Outras Despesas Operacionais	-67.231	-101.038	-3.383	-82.029
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	11.276	24.507	11.255	51.763
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	506.010	1.359.920	387.274	988.104
3.06	Resultado Financeiro	-327.929	-989.666	-187.727	-465.501
3.06.01	Receitas Financeiras	171.447	443.620	85.283	227.540
3.06.02	Despesas Financeiras	-499.376	-1.433.286	-273.010	-693.041
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	178.081	370.254	199.547	522.603
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-50.570	-45.762	-64.233	-161.197
3.08.01	Corrente	-31.790	-67.728	-23.574	-28.610
3.08.02	Diferido	-18.780	21.966	-40.659	-132.587
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	127.511	324.492	135.314	361.406
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	127.511	324.492	135.314	361.406
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	133.454	356.894	135.537	365.916
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-5.943	-32.402	-223	-4.510
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.99.01.01	ON	0,58000	1,30000	0,64000	1,34000
3.99.01.02	PN	0,64000	1,43000	0,71000	1,47000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-446.574	-264.287
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.496.825	1.130.592
6.01.01.01	Lucro líquido do período	324.492	361.406
6.01.01.02	Imposto de renda diferido	-21.966	132.587
6.01.01.03	Resultado de ativos permanentes baixados	-2.555	-3.974
6.01.01.04	Depreciação / amortização	485.605	314.341
6.01.01.05	Juros e variações monetárias	808.330	192.436
6.01.01.06	Ajuste a valor presente	-22.763	97.041
6.01.01.07	Resultado de equivalencia patrimonial	-24.507	-51.763
6.01.01.08	Provisão para demandas judiciais	-76.896	67.656
6.01.01.09	Provisão baixas e perdas de imobilizado	7.217	0
6.01.01.10	Pagamento baseado em ações	19.868	20.862
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.943.399	-1.394.879
6.01.02.01	Contas a receber	-1.348.672	85.015
6.01.02.02	Estoques	-251.079	-192.733
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-364.858	-255.407
6.01.02.04	Outros ativos	343.204	-113.074
6.01.02.05	Partes relacionadas	-332.912	39.363
6.01.02.06	Depositos judiciais	-150.455	-89.033
6.01.02.07	Fornecedores	-682.802	-742.498
6.01.02.08	Salarios e encargos sociais	213.901	-28.154
6.01.02.09	Impostos e contr. sociais a recolher	9.194	-21.931
6.01.02.10	Demais contas a pagar	84.697	-15.789
6.01.02.11	Aplicações Financeiras	671.883	0
6.01.02.12	Demandas Judicias	-135.500	-60.638
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-936.902	-815.034
6.02.01	Aquisição de empresas	0	-28.553
6.02.02	Aumento de capital em controladas	14.111	-971
6.02.03	Aquisição de bens do ativo imobilizado	-964.770	-758.814
6.02.04	Aumento do ativo intangível	-51.102	-33.579
6.02.05	Venda de bens do imobilizado	64.859	6.883
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.112.354	863.156
6.03.01	Aumento (Redução) de capital	22.722	30.240
6.03.02	Captações e refinanciamento	5.191.946	1.362.030
6.03.03	Pagamentos	-3.647.673	-291.016
6.03.04	Juros pagos	-293.347	-106.466
6.03.05	Pagamento de dividendos	-161.294	-131.632
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-271.122	-216.165
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.817.994	2.344.200
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.546.872	2.128.035

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	5.579.259	463.148	1.056.182	0	0	7.098.589	2.485.181	9.583.770
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.579.259	463.148	1.056.182	0	0	7.098.589	2.485.181	9.583.770
5.04	Transações de Capital com os Sócios	549.897	-85.806	-421.500	-45.045	0	-2.454	0	-2.454
5.04.01	Aumentos de Capital	22.722	0	0	0	0	22.722	0	22.722
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	19.869	0	0	0	19.869	0	19.869
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-45.045	0	-45.045	0	-45.045
5.04.08	Capitalização de Reservas	527.175	-105.675	-421.500	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	356.894	0	356.894	-32.402	324.492
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	356.894	0	356.894	-32.402	324.492
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	3.950	0	0	3.950	-9.738	-5.788
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	3.950	0	0	3.950	0	3.950
5.06.04	Participação de Acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	-9.738	-9.738
5.07	Saldos Finais	6.129.156	377.342	638.632	311.849	0	7.456.979	2.443.041	9.900.020

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	5.374.751	647.232	602.237	0	0	6.624.220	32.505	6.656.725
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.374.751	647.232	602.237	0	0	6.624.220	32.505	6.656.725
5.04	Transações de Capital com os Sócios	199.628	-63.690	-81.440	-38.805	0	15.693	0	15.693
5.04.01	Aumentos de Capital	30.240	0	0	0	0	30.240	0	30.240
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	20.218	0	0	0	20.218	0	20.218
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	0	4.040	0	0	4.040	0	4.040
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-38.805	0	-38.805	0	-38.805
5.04.08	Capitalização de Reservas	169.388	-83.908	-85.480	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	365.916	0	365.916	-4.510	361.406
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	365.916	0	365.916	-4.510	361.406
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	-20.113	-20.113
5.06.05	Participação de Acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	-20.113	-20.113
5.07	Saldos Finais	5.574.379	583.542	520.797	327.111	0	7.005.829	7.882	7.013.711

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
7.01	Receitas	37.432.683	23.612.679
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	37.548.035	23.546.791
7.01.02	Outras Receitas	44.291	69.307
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-159.643	-3.419
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-28.904.355	-19.525.051
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-25.404.849	-17.705.353
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.499.506	-1.819.698
7.03	Valor Adicionado Bruto	8.528.328	4.087.628
7.04	Retenções	-472.876	-314.341
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-472.876	-314.341
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	8.055.452	3.773.287
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	468.127	279.303
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	24.507	51.763
7.06.02	Receitas Financeiras	443.620	227.540
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	8.523.579	4.052.590
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	8.523.579	4.052.590
7.08.01	Pessoal	3.681.732	1.628.903
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.809.166	1.145.636
7.08.01.02	Benefícios	559.197	353.947
7.08.01.03	F.G.T.S.	278.311	99.738
7.08.01.04	Outros	35.058	29.582
7.08.01.04.01	Participações	35.058	29.582
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.257.911	885.175
7.08.02.01	Federais	727.719	564.007
7.08.02.02	Estaduais	1.366.436	213.254
7.08.02.03	Municipais	163.756	107.914
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.259.444	1.177.106
7.08.03.01	Juros	1.433.403	693.039
7.08.03.02	Aluguéis	826.041	484.067
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	324.492	361.406
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	356.894	365.916
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-32.402	-4.510

3º TRIMESTRE DE 2011

DIVULGAÇÃO DE RESULTADO



São Paulo, Brasil, 3 de novembro de 2011 – O Grupo Pão de Açúcar [BM&FBOVESPA: PCAR4 (PN); NYSE: CBD] divulga os resultados do 3º trimestre de 2011 (3T11) e do acumulado do ano (9M11), incluindo os da Globex Utilidades S.A. [BM&FBOVESPA: GLOB3]. As informações operacionais e financeiras da Companhia apresentadas a seguir foram elaboradas em conformidade com as normas International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), com observância às disposições da Lei das Sociedades por Ações e estão apresentadas em reais e valores nominais. Os comentários estão distribuídos da seguinte forma: (i) "GPA Alimentar" - que excluem integralmente os resultados operacionais e financeiros da Globex Utilidades S.A (que inclui Nova Casas Bahia e Nova Pontocom), (ii) "GPA Consolidado" (Companhia Brasileira de Distribuição) - que inclui integralmente os resultados operacionais e financeiros de Globex Utilidades S.A., e a partir de novembro de 2010, a Nova Casas Bahia. Todas as comparações referem-se ao mesmo período de 2010, exceto onde estiver indicado de outra forma.

GPA ALIMENTAR

EBITDA totalizou R\$ 457,8 milhões no trimestre, com crescimento de 10,1% em relação ao 3T10. Margem EBITDA foi de 7,4%.

- No 3T11, as **vendas brutas** totalizaram R\$ 6,834 bilhões e as **líquidas**, R\$ 6,159 bilhões, com crescimentos de 9,7% e 10,1%, respectivamente, em relação ao 3T10.
- No conceito '**mesmas lojas**'⁽¹⁾, as vendas brutas cresceram 8,5% em comparação ao 3T10. As vendas de **alimentos** cresceram 8,2% e as vendas de **não-alimentos** aumentaram 9,3% no 3T11 em relação ao 3T10.
- O **lucro bruto** totalizou R\$ 1,625 bilhão, com crescimento de 11,9% em relação ao 3T10. A margem bruta foi de 26,4% no 3T11.
- O **EBITDA** totalizou R\$ 457,8 milhões, um crescimento de 10,1% em relação ao 3T10. A margem EBITDA foi de 7,4% no 3T11, estável em relação à do 3T10.
- O **lucro líquido**⁽²⁾ totalizou R\$ 129,0 milhões, com margem de 2,1% no 3T11.

GPA CONSOLIDADO

**EBITDA totalizou R\$ 722,0 milhões no trimestre, com aumento de 46,5% em relação ao 3T10. Margem EBITDA foi de 6,5%.
O lucro líquido ajustado foi de R\$ 154,9 milhões com margem de 1,4%.**

- No 3T11, as **vendas brutas e líquidas** totalizaram R\$ 12,571 bilhões e R\$ 11,085 bilhões, com crescimentos de 58,2% e 55,9%, respectivamente, sobre o 3T10.
- O **lucro bruto** totalizou R\$ 3,085 bilhões, com crescimento de 76,1% em relação ao 3T10. A margem bruta foi de 27,8% no 3T11.
- O **EBITDA** totalizou R\$ 722,0 milhões, com crescimento de 46,5% em relação ao 3T10. A margem EBITDA foi de 6,5%.
- O **lucro líquido**⁽²⁾ totalizou R\$ 133,5 milhões. O lucro líquido ajustado foi de R\$ 154,9 milhões com margem de 1,4%.

	3T11 GPA Consolidado ⁽⁵⁾	3T11 GPA Alimentar	3T10 GPA Alimentar	Var.	9M11 GPA Consolidado ⁽⁵⁾	9M11 GPA Alimentar	9M10 GPA Alimentar	Var.
(R\$ milhões) ⁽³⁾								
Receita Bruta	12.570,9	6.833,9	6.227,3	9,7%	37.548,7	20.402,5	18.855,8	8,2%
Receita Líquida	11.085,1	6.158,6	5.593,7	10,1%	33.223,6	18.371,7	16.949,9	8,4%
Lucro Bruto	3.084,7	1.624,8	1.451,8	11,9%	8.920,6	4.730,7	4.254,8	11,2%
Margem Bruta - %	27,8%	26,4%	26,0%	0,4 p.p. ⁽⁴⁾	26,9%	25,7%	25,1%	0,6 p.p. ⁽⁴⁾
EBITDA	722,0	457,8	415,9	10,1%	1.946,0	1.299,1	1.159,3	12,1%
Margem EBITDA - %	6,5%	7,4%	7,4%	-	5,9%	7,1%	6,8%	0,3 p.p. ⁽⁴⁾
Lucro Líquido - acionistas controladores ⁽²⁾	133,5	129,0	152,8	-15,6%	356,9	367,8	351,9	4,5%
Margem Líquida - %	1,2%	2,1%	2,7%	-0,6 p.p. ⁽⁴⁾	1,1%	2,0%	2,1%	-0,1 p.p. ⁽⁴⁾
Lucro Líquido ajustado - acionistas controladores ⁽²⁾	154,9	129,0	159,0	-18,9%	460,9	411,9	460,1	-10,5%
Margem Líquida ajustada - %	1,4%	2,1%	2,8%	-0,7 p.p. ⁽⁴⁾	1,4%	2,2%	2,7%	-0,4 p.p. ⁽⁴⁾

(1) Conceito 'mesmas lojas' - inclui apenas as lojas com no mínimo 12 meses de operação.

(2) Lucro Líquido após participação minoritária

(3) Os somatórios e percentuais podem não conferir devido a arredondamentos

(4) p.p. refere-se a ponto percentual

(5) Inclui Ponto Frio e Nova Casas Bahia

3º trimestre de 2011

Divulgação de Resultado



Desempenho de Vendas

Vendas brutas no conceito 'mesmas lojas' do GPA Alimentar cresceram 8,5% no 3T11

GPA ALIMENTAR

(R\$ milhões)	GPA Alimentar							
	3T11	3T10	Var.	Mesmas Lojas	9M11	9M10	Var.	Mesmas Lojas
Vendas Brutas	6.833,9	6.227,3	9,7%	8,5%	20.402,5	18.855,8	8,2%	7,7%
Vendas Líquidas	6.158,6	5.593,7	10,1%	8,9%	18.371,7	16.949,9	8,4%	8,0%

No trimestre, o Grupo Pão de Açúcar (GPA) finalizou a conversão das lojas CompreBem e Sendas para as bandeiras Extra, Pão de Açúcar e Assaí. O processo de conversão, iniciado há 18 meses, envolveu cerca de R\$ 230,0 milhões em investimentos e modernização de 221 lojas, das quais 93 foram convertidas somente no 3T11. Do total de lojas convertidas, 188 foram para o formato Extra Supermercado, 20 para Extra Hipermercado, 10 para Pão de Açúcar e 3 para Assaí.

Estas conversões fazem parte de um modelo de negócio definido nos últimos dois anos que atende às novas necessidades de consumo provenientes das mudanças socioeconômicas, do aumento de renda per capita e das mudanças do perfil de consumo de cada microrregião em que as lojas CompreBem e Sendas atuavam. O modelo tem como principal diferencial a ampliação das seções de Perecíveis, especialmente Congelados, FLV (frutas, legumes e verduras), Carnes e Laticínios.

As vendas brutas do GPA Alimentar totalizaram R\$ 6,834 bilhões no terceiro trimestre de 2011 (**3T11**), um crescimento de 9,7% em relação ao mesmo período do ano anterior, enquanto as vendas líquidas alcançaram R\$ 6,159 bilhões, um aumento de 10,1% em comparação ao 3T10.

Vale destacar que, excluindo as vendas em 2010 do Extra Eletro, cujas operações foram transferidas à Globex em novembro de 2010, o GPA Alimentar apresentaria crescimento de vendas brutas e líquidas de 11,8% e 12,3%, respectivamente, em relação ao 3T10.

No conceito 'mesmas lojas', as vendas brutas e líquidas cresceram 8,5% e 8,9%, respectivamente, em relação ao 3T10. Em termos reais, ou seja, deflacionadas pelo IPCA ⁽²⁾, as vendas brutas cresceram 1,2% no 3T11.

⁽²⁾ O Grupo Pão de Açúcar adota como indicador de inflação o IPCA – Índice Geral, que também é utilizado pela ABRAS (Associação Brasileira de Supermercados) por melhor refletir o mix de produtos e marcas comercializadas pela Companhia. Valor do IPCA acumulado de 12 meses em setembro: 7,31%.

3º trimestre de 2011

Divulgação de Resultado



Ainda no conceito 'mesmas lojas', as vendas brutas de alimentos apresentaram crescimento de 8,2% no período, com destaque para as categorias de Perecíveis (+9,6%). Já as vendas brutas de não-alimentos cresceram 9,3%, com destaque para os Postos de Combustíveis (+14,5%) e Eletroeletrônicos (+12,6%).

Entre as bandeiras do Grupo, os destaques no 3T11 foram o Extra Supermercado e o Assaí, cujas vendas brutas no conceito 'mesmas lojas' cresceram acima de 15,0%.

Nos primeiros nove meses de 2011 (**9M11**), as vendas brutas totalizaram R\$ 20,402 bilhões, um crescimento de 8,2% em relação ao mesmo período de 2010, enquanto as vendas líquidas totalizaram R\$ 18,371 bilhões, um aumento de 8,4%.

No conceito 'mesmas lojas', as vendas brutas cresceram 7,7% e as vendas líquidas aumentaram 8,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. Nesse mesmo conceito, as vendas brutas de produtos alimentícios apresentaram crescimento de 7,6%, e as vendas de não-alimentos cresceram 8,0% no 3T11.

GPA CONSOLIDADO

(R\$ milhões)	GPA Consolidado							
	3T11	3T10	Var.	Mesmas Lojas	9M11	9M10	Var.	Mesmas Lojas
Vendas Brutas	12.570,9	7.947,4	58,2%	9,5%	37.548,7	23.546,8	59,5%	8,9%
Vendas Líquidas	11.085,1	7.108,2	55,9%	10,6%	33.223,6	21.057,9	57,8%	9,6%

No GPA Consolidado, as comparações refletem o impacto da consolidação dos resultados de Casas Bahia no 3T11 e 9M11, que não estavam incluídos nos mesmos períodos do ano anterior.

As vendas brutas do GPA Consolidado, que inclui todos os formatos e negócios operados pelo Grupo, totalizaram R\$ 12,571 bilhões no **3T11**, um crescimento de 58,2% em relação ao 3T10. As vendas líquidas somaram R\$ 11,085 bilhões, um aumento de 55,9% em relação ao mesmo período do ano anterior.

No conceito de mesmas lojas, as vendas brutas do GPA consolidado cresceram 9,5%, enquanto as líquidas aumentaram 10,6% no 3T11 sobre o 3T10. A partir do 3T11, as operações de Casas Bahia passaram a compor a base 'mesmas lojas'. Este critério considera as vendas das lojas com no mínimo 12 meses de operação, o que passou a ser aplicável às lojas da Casas Bahia, com quem a Globex celebrou acordo de associação em julho de 2010.

3º trimestre de 2011

Divulgação de Resultado



Nos **9M11**, as vendas brutas do GPA Consolidado totalizaram R\$ 37,549 bilhões, um crescimento de 59,5% em relação aos 9M10. Já as vendas líquidas alcançaram R\$ 33,224 bilhões no período, um aumento de 57,8% em relação ao mesmo período do ano anterior.

No conceito 'mesmas lojas', as vendas brutas aumentaram 8,9% em relação aos 9M10, enquanto as vendas líquidas cresceram 9,6%.

Lucro Bruto

Margem bruta do GPA Alimentar alcançou 26,4% no 3T11, aumento de 0,4 ponto percentual em relação ao 3T10

GPA ALIMENTAR

(R\$ milhões)	GPA Alimentar					
	3T11	3T10	Var.	9M11	9M10	Var.
Receita Líquida de Vendas	6.158,6	5.593,7	10,1%	18.371,7	16.949,9	8,4%
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	(4.533,9)	(4.141,9)	9,5%	(13.641,1)	(12.695,2)	7,5%
Lucro Bruto	1.624,8	1.451,8	11,9%	4.730,7	4.254,8	11,2%
Margem Bruta - %	26,4%	26,0%	0,4 p.p.	25,7%	25,1%	0,6 p.p.

No **3T11**, o lucro bruto do GPA Alimentar totalizou R\$ 1,625 bilhão, um aumento de 11,9% em relação ao 3T10. A margem bruta foi de 26,4%, 0,4 ponto percentual maior do que a do 3T10. Esse ganho ocorreu principalmente em função da finalização do processo de conversão das lojas CompreBem e Sendas, em sua maioria para o formato Extra Supermercado, além da melhora no mix de venda dos demais formatos.

O formato Extra Supermercado tem como principal diferencial a ampliação das categorias de maior valor agregado, o que contribuiu para o incremento da margem bruta.

Nos **9M11**, o lucro bruto totalizou R\$ 4,731 bilhões, um crescimento de 11,2% sobre o mesmo período do ano anterior. A margem bruta alcançou 25,7%, um aumento de 0,6 ponto percentual em relação aos 9M10.

GPA CONSOLIDADO

(R\$ milhões)	GPA Consolidado					
	3T11	3T10	Var.	9M11	9M10	Var.
Receita Líquida de Vendas	11.085,1	7.108,2	55,9%	33.223,6	21.057,9	57,8%
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	(8.000,4)	(5.356,1)	49,4%	(24.303,1)	(16.000,4)	51,9%
Lucro Bruto	3.084,7	1.752,1	76,1%	8.920,6	5.057,5	76,4%
Margem Bruta - %	27,8%	24,6%	3,2 p.p.	26,9%	24,0%	2,9 p.p.

3º trimestre de 2011

Divulgação de Resultado



No GPA Consolidado, as comparações refletem o impacto da consolidação dos resultados de Casas Bahia no 3T11 e 9M11, que não estavam incluídos nos mesmos períodos do ano anterior.

O lucro bruto do GPA Consolidado totalizou R\$ 3,085 bilhões no **3T11**, um crescimento de 76,1% em relação ao 3T10. A margem bruta cresceu 3,2 pontos percentuais no período, de 24,6% para 27,8%.

Além dos ganhos do GPA Alimentar comentados anteriormente, esse resultado foi favorecido pela operação da Globex, que apresentou nesse trimestre margem bruta de 29,6%, em função principalmente de ganho de eficiência comercial, que consiste não apenas em melhores preços, mas também acesso a melhores condições comerciais e de disponibilidade e sortimento de produtos.

Nos **9M11**, o lucro bruto do GPA Consolidado totalizou R\$ 8,921 bilhões, um crescimento de 76,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. A margem bruta aumentou 2,9 pontos percentuais, de 24,0% para 26,9%.

Despesas Operacionais Totais

Despesas operacionais totais do GPA Alimentar representaram 18,9% das vendas líquidas no 3T11

GPA ALIMENTAR

(R\$ milhões)	GPA Alimentar					
	3T11	3T10	Var.	9M11	9M10	Var.
Despesas com Vendas	978,9	871,5	12,3%	2.904,8	2.601,4	11,7%
Despesas Gerais e Administrativas	188,1	164,4	14,4%	526,8	494,0	6,6%
Desp. Operacionais totais	1.167,0	1.035,9	12,7%	3.431,6	3.095,4	10,9%
% sobre vendas líquidas	18,9%	18,5%	0,4 p.p.	18,7%	18,3%	0,4 p.p.

Para adequação ao novo padrão contábil (IFRS), a despesa “participação dos funcionários no lucro” passou a compor a rubrica “despesas com vendas e gerais e administrativas”. Anteriormente, ela era alocada após “lucro operacional antes de imposto de renda”.

No **3T11**, as despesas operacionais totalizaram R\$ 1,167 bilhão e representaram 18,9% das vendas líquidas, um aumento de 0,4 ponto percentual em relação ao 3T10. Esse aumento ocorreu em função de aumento de custo com pessoal, gastos com marketing e despesas com Tecnologia da Informação no período.

Nos **9M11**, as despesas operacionais totalizaram R\$ 3,432 bilhões, um crescimento de 10,9% em relação aos 9M10. Como percentual das vendas líquidas, as despesas do 9M11 atingiram 18,7%.

3º trimestre de 2011

Divulgação de Resultado



GPA CONSOLIDADO

(R\$ milhões)	GPA Consolidado					
	3T11	3T10	Var.	9M11	9M10	Var.
Despesas com Vendas	1.939,3	1.071,9	80,9%	5.741,9	3.180,4	80,5%
Despesas Gerais e Administrativas	423,5	187,3	126,1%	1.232,7	572,4	115,3%
Desp. Operacionais totais	2.362,7	1.259,2	87,6%	6.974,6	3.752,8	85,9%
% sobre vendas líquidas	21,3%	17,7%	3,6 p.p.	21,0%	17,8%	3,2 p.p.

No GPA Consolidado, as comparações refletem o impacto da consolidação dos resultados de Casas Bahia no 3T11 e 9M11, que não estavam incluídos nos mesmos períodos do ano anterior.

No **3T11**, as despesas operacionais totalizaram R\$ 2,363 bilhões e representaram 21,3% das vendas líquidas, um aumento de 3,6 pontos percentuais em relação ao 3T10. Em relação às vendas líquidas, as despesas operacionais de Globex são superiores às do GPA Alimentar.

Nos **9M11**, as despesas operacionais totalizaram R\$ 6,975 bilhões, um aumento de 85,9% em relação ao mesmo período de 2010, e representaram 21,0% das vendas líquidas.

EBITDA

Margem EBITDA do GPA Alimentar ficou estável em 7,4% no trimestre

GPA ALIMENTAR

(R\$ milhões)	GPA Alimentar					
	3T11	3T10	Var.	9M11	9M10	Var.
Lucro Bruto	1.624,8	1.451,8	11,9%	4.730,7	4.254,8	11,2%
(-) Despesas Operacionais	1.167,0	1.035,9	12,7%	3.431,6	3.095,4	10,9%
EBITDA	457,8	415,9	10,1%	1.299,1	1.159,3	12,1%
Margem EBITDA - %	7,4%	7,4%	0,0 p.p.	7,1%	6,8%	0,3 p.p.

No **3T11**, o EBITDA totalizou R\$ 457,8 milhões, um crescimento de 10,1% em relação ao 3T10. A margem EBITDA permaneceu estável em 7,4% no trimestre, apesar da maior participação do Assaí, que passou de 13,1% no 3T10 para 16,2% no 3T11, que possui estruturalmente margem menor.

Nos **9M11**, o EBITDA foi de R\$ 1,299 bilhão, um aumento de 12,1% em relação aos 9M10. A margem EBITDA aumentou 0,3 ponto percentual, para 7,1%.

3º trimestre de 2011

Divulgação de Resultado



GPA CONSOLIDADO

(R\$ milhões)	GPA Consolidado					
	3T11	3T10	Var.	9M11	9M10	Var.
Lucro Bruto	3.084,7	1.752,1	76,1%	8.920,6	5.057,5	76,4%
(-) Despesas Operacionais	2.362,7	1.259,2	87,6%	6.974,6	3.752,8	85,9%
EBITDA	722,0	492,9	46,5%	1.946,0	1.304,7	49,2%
Margem EBITDA - %	6,5%	6,9%	-0,4 p.p.	5,9%	6,2%	-0,3 p.p.

No GPA Consolidado, as comparações refletem o impacto da consolidação dos resultados de Casas Bahia no 3T11 e 9M11, que não estavam incluídos nos mesmos períodos do ano anterior.

No **3T11**, o EBITDA totalizou R\$ 722,0 milhões, um crescimento de 46,5% em relação ao 3T10. A margem EBITDA foi de 6,5%, uma queda de 0,4 ponto percentual em comparação ao 3T10, em função da consolidação de Globex, cuja margem é inferior. A margem EBITDA da Globex foi de 5,4%.

Vale destacar a evolução da margem EBITDA de Globex, que no 1T11 foi de 3,3%, passou para 4,5% no 2T11 e no 3T11 foi para 5,4%, em função principalmente de ganhos de eficiência comercial.

Nos **9M11**, o EBITDA foi de R\$ 1,946 bilhão, um aumento de 49,2% em relação aos 9M10. A margem EBITDA foi de 5,9% no período, queda de 0,3 ponto percentual.

Resultado Financeiro Líquido

Resultado financeiro representou 2,7% das vendas líquidas no 3T11

GPA ALIMENTAR

(R\$ milhões)	GPA Alimentar		
	3T11	2T11	9M11
Receitas Financeiras	92,0	84,5	257,7
Despesas Financeiras	(259,2)	(250,8)	(752,9)
Resultado Financeiro	(167,2)	(166,3)	(495,2)
% sobre vendas líquidas	2,7%	2,7%	2,7%
Encargos sobre Dívida Bancária Líquida	(84,2)	(67,6)	(242,2)
Custo do Desconto de Recebíveis	(34,1)	(34,3)	(116,2)
Atualização de Outros Ativos e Passivos	(48,9)	(64,4)	(136,8)
Resultado Financeiro	(167,2)	(166,3)	(495,2)

3º trimestre de 2011

Divulgação de Resultado



No **3T11**, o resultado financeiro totalizou despesa líquida de R\$ 167,2 milhões, que representou 2,7% das vendas líquidas, estável em relação ao trimestre anterior.

No 3T11, as despesas financeiras líquidas foram compostas por:

(i) Encargos sobre a dívida bancária líquida de R\$ 84,2 milhões, representando 1,3% das vendas líquidas, um aumento em relação ao 2T11 (1,1%), em função do aumento da taxa SELIC efetiva no período, de 2,8% para 3,0%, e pelo aumento da dívida líquida, conforme mostrado no próximo capítulo.

(ii) Custo do desconto de recebíveis de R\$ 34,1 milhões, que representou 0,6% das vendas líquidas, estável em relação ao 2T11.

(iii) Atualização pelo CDI dos outros passivos e ativos. Essas atualizações totalizaram R\$ 48,9 milhões, que representaram 0,8% das vendas líquidas no trimestre, redução de 0,2 ponto percentual em relação ao 2T11, quando representaram 1,0% das vendas líquidas.

A despesa financeira líquida do 3T11 em comparação aos R\$ 98,1 milhões no 3T10 aumentou 70,5%, em função do aumento da taxa SELIC e do aumento da dívida líquida. A dívida líquida cresceu principalmente em função de: (i) pagamento da aquisição do Ponto Frio, (ii) aquisição dos 40% remanescentes do controle de Assaí; e (iii) aporte de capital do GPA em Globex pela associação com a Casas Bahia.

Nos **9M11**, o resultado financeiro foi despesa líquida de R\$ 495,2 milhões, equivalente a 2,7% das vendas líquidas.

GPA CONSOLIDADO

(R\$ milhões)	GPA Consolidado		
	3T11	2T11	9M11
Receitas Financeiras	171,4	138,8	443,6
Despesas Financeiras	(499,4)	(474,8)	(1.433,3)
Resultado Financeiro	(327,9)	(336,0)	(989,7)
% sobre vendas líquidas	3,0%	3,0%	3,0%

No GPA Consolidado, todas as comparações tiveram impacto da consolidação de Casas Bahia no 3T11 e 9M11, que não estava incluída nos mesmos períodos do ano anterior.

No **3T11**, o resultado financeiro foi uma despesa líquida de R\$ 327,9 milhões, equivalente a 3,0% das vendas líquidas, no mesmo patamar do trimestre anterior.

3º trimestre de 2011

Divulgação de Resultado



Nos **9M11**, o resultado financeiro totalizou uma despesa líquida de R\$ 989,7 milhões, o que corresponde a 3,0% das vendas líquidas.

Endividamento

Evolução da Dívida Líquida

GPA ALIMENTAR

A dívida líquida do GPA Alimentar totalizava R\$ 2,275 bilhões em 30/09/11, um aumento de 3,9% em relação à posição de 30/06/11. A dívida do GPA Alimentar é composta da seguinte forma:

(R\$ milhões)	GPA Alimentar	
	3T11	2T11
Dívida de Curto Prazo	(635,5)	(765,3)
Empréstimos e Financiamentos	(373,7)	(487,6)
Debêntures	(261,8)	(277,6)
Dívida de Longo Prazo	(4.101,7)	(3.999,8)
Empréstimos e Financiamentos	(2.572,4)	(2.511,6)
Debêntures	(1.529,3)	(1.488,2)
Total da Dívida Bruta	(4.737,2)	(4.765,0)
Caixa e Aplicações Financeiras	2.462,5	2.576,5
Dívida Líquida	(2.274,7)	(2.188,6)
Dívida Líquida / EBITDA ⁽¹⁾	1,23	1,21

(1) EBITDA acumulado dos últimos 12 meses

GPA CONSOLIDADO

A dívida líquida do GPA Consolidado totalizava R\$ 2.283 bilhões em 30/09/11, um aumento de 14,8% em relação a 30/06/11. A

relação dívida líquida/EBITDA no 3T11 foi de 0,84x, um aumento em relação a 30/06/11 (0,81x). A dívida do GPA Consolidado é composta da seguinte forma:

(R\$ milhões)	GPA Consolidado	
	3T11	2T11
Dívida de Curto Prazo	(1.466,4)	(1.539,1)
Empréstimos e Financiamentos - curto prazo	(1.204,7)	(1.261,5)
Debêntures - curto prazo	(261,8)	(277,6)
Dívida de Longo Prazo	(4.299,6)	(4.154,2)
Empréstimos e Financiamentos - longo prazo	(2.770,3)	(2.666,0)
Debêntures - longo prazo	(1.529,3)	(1.488,2)
Total da Dívida Bruta	(5.766,1)	(5.693,3)
Caixa e Aplicações Financeiras ⁽¹⁾	3.483,5	3.704,7
Dívida Líquida	(2.282,5)	(1.988,7)
Dívida Líquida / EBITDA ⁽³⁾	0,84	0,81
Carnês - Financiamento ao Consumidor - curto prazo	(2.029,0)	(1.948,1)
Carnês - Financiamento ao Consumidor - longo prazo	(94,2)	(114,0)
Dívida líquida com Carnês - Financiamento ao Consumidor ⁽²⁾	(4.405,8)	(4.050,7)
Dívida Líquida / EBITDA ⁽³⁾	1,63	1,64

(1) Foram expurgados do caixa os valores de R\$ 91 milhões no 3T11 e R\$ 258,4 milhões no 2T11, referente ao saldo remanescente do FIDC Globex

(2) Para o cálculo da dívida foram desconsiderados os valores de R\$ 2.496,5 milhões no 3T11 e R\$ 2.417,4 milhões no 2T11, referente ao Fundo de recebíveis (FIDC).

(3) EBITDA acumulado dos últimos 12 meses

3º trimestre de 2011

Divulgação de Resultado



Equivalência Patrimonial

Resultado da FIC em equivalência patrimonial

GPA CONSOLIDADO

Durante o 3T11, a FIC (Financeira Itaú CBD), que inclui também a operação de Globex, atingiu 8,1 milhões de clientes.

O resultado de equivalência patrimonial foi de R\$ 11,3 milhões no 3T11, dos quais R\$ 7,9 milhões em GPA Alimentar e R\$ 3,4 milhões em Globex. O resultado de equivalência patrimonial ficou estável em relação ao do 3T10.

O desempenho do trimestre ficou em linha com a expectativa e é reflexo de uma estratégia adotada pela FIC e GPA segundo a qual os clientes que utilizam cartões *private label* e *co-branded*, principalmente, para as categorias de não-alimentos, são beneficiados com melhores condições de pagamento.

Lucro Líquido

Lucro líquido do GPA Alimentar totalizou R\$ 129,0 milhões no trimestre

GPA ALIMENTAR

(R\$ milhões)	GPA Alimentar					
	3T11	3T10	Var.	9M11	9M10	Var.
Lucro Líquido	129,0	152,8	-15,6%	367,8	351,9	4,5%
Margem Líquida	2,1%	2,7%	-0,6 p.p.	2,0%	2,1%	-0,1 p.p.
Total não recorrente (líquido de IR e Part. minoritária)	-	6,2		44,1	108,1	
Refis 11.941/2009	-	2,2		28,0	72,3	
Gastos com integração/reestruturação	-	6,3		21,4	62,5	
Ajustes IFRS	-	-		-	(16,3)	
Imposto de renda sobre não recorrentes	-	(2,3)		(9,9)	(10,4)	
Participação minoritária sobre não recorrente	-	-		4,7	-	
Lucro Líquido Ajustado	129,0	159,0	-18,9%	411,9	460,1	-10,5%
Margem Líquida Ajustada - %	2,1%	2,8%	-0,7 p.p.	2,2%	2,7%	-0,5 p.p.

No **3T11**, o lucro líquido totalizou R\$ 129,0 milhões, uma redução de 15,6% no trimestre. Esta redução ocorreu em função do aumento da despesa financeira líquida explicada no capítulo de resultado financeiro.

Nos **9M11**, o lucro líquido totalizou R\$ 367,8 milhões, um crescimento de 4,5% em relação ao mesmo período de 2010. O lucro líquido ajustado, excluindo os gastos não-recorrentes, seria de R\$ 411,9 milhões, com margem de 2,2%.

3º trimestre de 2011

Divulgação de Resultado



GPA CONSOLIDADO

(R\$ milhões)	GPA Consolidado					
	3T11	3T10	Var.	9M11	9M10	Var.
Lucro Líquido	133,5	135,5	-1,5%	356,9	365,9	-2,5%
Margem Líquida	1,2%	1,9%	-0,7 p.p.	1,1%	1,7%	-0,6 p.p.
Total não recorrente (líquido de IR e Part. minoritária)	21,5	18,3		104,0	78,3	
Refis 11.941/2009	-	2,2		28,0	66,6	
Gastos com integração/reestruturação	62,1	6,3		115,5	6,3	
Alteração de reconhecimento de recebíveis	-	18,5		-	46,2	
Ajustes IFRS					(16,3)	
Imposto de renda sobre não recorrentes	(21,1)	(8,6)		(37,1)	(24,2)	
Participação minoritária sobre não recorrente	(19,5)	(0,2)		(2,4)	(0,4)	
Lucro Líquido Ajustado	154,9	153,8	0,7%	460,9	444,2	3,7%
Margem Líquida Ajustada - %	1,4%	2,2%	-0,8 p.p.	1,4%	2,1%	-0,6 p.p.

No GPA Consolidado, todas as comparações tiveram impacto da consolidação de Casas Bahia no 3T11 e 9M11, que não estava incluída nos mesmos períodos do ano anterior.

No **3T11**, o lucro líquido totalizou R\$ 133,5 milhões, com margem líquida de 1,2%, uma redução de 1,5%. O lucro líquido no período foi impactado por R\$ 62,1 milhões de gastos com integração de Globex, sendo R\$ 48,7 milhões referentes aos gastos com a troca de sistemas de *front-office* (tombamento) e R\$ 13,4 milhões com outras iniciativas relacionadas ao processo de integração. O lucro líquido ajustado seria de R\$ 154,9 milhões e margem líquida de 1,4%.

Nos **9M11**, o lucro líquido totalizou R\$ 356,9 milhões, uma redução de 2,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. O lucro líquido ajustado, excluindo os gastos não-recorrentes dos períodos anteriores, seria de R\$ 460,9 milhões, com margem de 1,4%.

Assaí Atacadista

Vendas brutas totalizaram R\$ 1,107 bilhão no 3T11, com crescimento de 35,6% em relação 3T10

No **3T11**, o Assaí, presente em São Paulo, Ceará, Rio de Janeiro, Pernambuco e Tocantins, registrou vendas brutas de R\$ 1,107 bilhão, um crescimento de 35,6% em relação ao 3T10. Esse desempenho foi decorrente principalmente do aumento de 11 lojas, entre crescimento orgânico e conversões, nos últimos 12 meses, além da melhoria no desempenho operacional da bandeira. As vendas líquidas apresentaram evolução de 36,9% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Nos **9M11**, as vendas brutas totais do Assaí alcançaram R\$ 3,046 bilhões, um crescimento de 36,1% em relação ao mesmo período de 2010. No mesmo período, as vendas líquidas aumentaram 37,0%, para R\$ 2,768 bilhões.

3º trimestre de 2011

Divulgação de Resultado



Globex Utilidades S.A.

Vendas brutas no conceito 'mesmas lojas' cresceram 10,7% no trimestre

No **3T11**, as vendas brutas totais de Globex, que incluem as lojas do Ponto Frio, da Casas Bahia e da Nova Pontocom (operações de e-commerce do Pontofrio.com.br, Extra.com.br, Casasbahia.com.br e Atacado Ponto Frio) totalizaram R\$ 5,737 bilhões, um crescimento de 233,5% sobre o mesmo período do ano anterior. As vendas líquidas totais alcançaram R\$ 4,926 bilhões, um crescimento de 225,3% sobre o 3T10.

Os crescimentos das vendas brutas e líquidas de Globex no conceito 'mesmas lojas' foram de 10,7% e 12,5%, respectivamente. No mesmo critério, as vendas brutas das lojas físicas aumentaram 9,5% e da Nova Pontocom, 18,6%.

Mais informações sobre o desempenho de Globex estão no release da companhia, que pode ser encontrado no site www.globex.com.br/ri

Investimentos

GPA Alimentar investiu R\$ 325,0 milhões no trimestre

GPA ALIMENTAR

No **3T11**, os investimentos feitos pelo GPA Alimentar totalizaram R\$ 325,0 milhões e foram distribuídos da seguinte forma:

- R\$ 201,2 milhões, ou 61,9%, em reformas e conversões de lojas, sendo:
 - R\$ 109,2 milhões em reformas; e
 - R\$ 92,0 milhões em conversão de lojas;
- R\$ 95,4 milhões, ou 29,4%, em infra-estrutura (tecnologia e logística) e outros; e
- R\$ 28,4 milhões, ou 8,7%, na abertura, construção de novas lojas e aquisição de terrenos estratégicos.

No trimestre, 93 lojas dos formatos CompreBem e Sendas foram convertidas para as seguintes bandeiras: 74 para Extra Supermercado, 14 para Extra Hipermercado e 5 para Pão de Açúcar.

Adicionalmente foram abertas no trimestre uma nova loja do Pão de Açúcar e uma nova do Extra Hipermercado.

3º trimestre de 2011

Divulgação de Resultado



GPA CONSOLIDADO

Os investimentos consolidados totalizaram R\$ 433,0 milhões, dos quais R\$ 108,0 milhões para a Globex.

Distribuição de Dividendos

R\$ 22,6 milhões em dividendos serão distribuídos em novembro

Em 03/11/11, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de antecipação de dividendos intermediários no valor de R\$ 0,09 por ação preferencial, de acordo com a Política de Distribuição de Dividendos da Companhia, aprovada em Reunião de Conselho de Administração realizada em 03/08/09. O pagamento de antecipação de dividendos intermediários por ação ordinária será de R\$ 0,081818181818. O montante total dos dividendos referentes ao 3T11 a ser distribuído será de R\$ 22,6 milhões.

Para o 4T11, após o encerramento do exercício social e da aprovação das correspondentes demonstrações financeiras, a Companhia pagará aos acionistas o dividendo mínimo obrigatório, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, com a dedução da parcela de dividendos adiantada ao longo do exercício social.

O pagamento referente ao 3T11 será realizado no dia 28/11/11. Terão direito aos dividendos todas as ações em circulação na data-base de 14/11/11. A partir do dia 16/11/11, as ações serão negociadas sem direito ("ex-direito") aos dividendos até a data do seu pagamento.

3º trimestre de 2011

Divulgação de Resultado



GPA ALIMENTAR

Demonstração do Resultado (R\$ milhões)

GPA Alimentar	3T11			3T10			9M11			9M10		
			%			%			%			%
Receita Bruta de Vendas	6.833,9	6.227,3	9,7%	6.227,3	6.227,3	100%	20.402,5	18.855,8	8,2%	18.855,8	18.855,8	100%
Receita Líquida de Vendas	6.158,6	5.593,7	10,1%	5.593,7	5.593,7	100%	18.371,7	16.949,9	8,4%	16.949,9	16.949,9	100%
Custo das Mercadorias Vendidas	(4.533,9)	(4.141,9)	9,5%	(4.141,9)	(4.141,9)	100%	(13.641,1)	(12.695,2)	7,5%	(12.695,2)	(12.695,2)	100%
Lucro Bruto	1.624,8	1.451,8	11,9%	1.451,8	1.451,8	100%	4.730,7	4.254,8	11,2%	4.254,8	4.254,8	100%
Despesas com Vendas	(978,9)	(871,5)	12,3%	(871,5)	(871,5)	100%	(2.904,8)	(2.601,4)	11,7%	(2.601,4)	(2.601,4)	100%
Despesas Gerais e Administrativas	(188,1)	(164,4)	14,4%	(164,4)	(164,4)	100%	(526,8)	(494,0)	6,6%	(494,0)	(494,0)	100%
Total das Despesas Operacionais	(1.167,0)	(1.035,9)	12,7%	(1.035,9)	(1.035,9)	100%	(3.431,6)	(3.095,4)	10,9%	(3.095,4)	(3.095,4)	100%
Lucro Operac. antes da Depr. e Receita (Despesa) Financeiras - EBITDA	457,8	415,9	10,1%	415,9	415,9	100%	1.299,1	1.159,3	12,1%	1.159,3	1.159,3	100%
Depreciação e Amortização	(126,6)	(92,4)	37,0%	(92,4)	(92,4)	100%	(367,7)	(274,8)	33,8%	(274,8)	(274,8)	100%
Lucro Operac. antes Impostos e Receita (Despesa) Financeiras - EBIT	331,2	323,5	2,4%	323,5	323,5	100%	931,4	884,5	5,3%	884,5	884,5	100%
Receitas Financeiras	92,0	82,8	11,1%	82,8	82,8	100%	257,7	217,8	18,3%	217,8	217,8	100%
Despesas Financeiras	(259,2)	(180,9)	43,3%	(180,9)	(180,9)	100%	(752,9)	(489,4)	53,8%	(489,4)	(489,4)	100%
Receita (Despesa) Financeira Líquida	(167,2)	(98,1)	70,5%	(98,1)	(98,1)	100%	(495,2)	(271,6)	82,3%	(271,6)	(271,6)	100%
Resultado da Equivalência Patrimonial	7,9	9,0	-11,6%	9,0	9,0	100%	14,4	42,2	-65,9%	42,2	42,2	100%
Resultado com Ativo Permanente	(2,0)	1,6	-	1,6	1,6	100%	(0,7)	4,0	-	4,0	4,0	100%
Resultado não Recorrente	-	(8,6)	-	(8,6)	(8,6)	100%	(49,4)	(78,7)	-37,2%	(78,7)	(78,7)	100%
Outras Despesas e Receitas Operacionais	(2,4)	(9,4)	-	(9,4)	(9,4)	100%	(2,3)	(69,3)	-	(69,3)	(69,3)	100%
Lucro Operacional antes I.R	167,6	218,1	-23,2%	218,1	218,1	100%	398,1	511,1	-22,1%	511,1	511,1	100%
Imposto de Renda	(48,3)	(65,5)	-26,3%	(65,5)	(65,5)	100%	(51,6)	(163,6)	-68,5%	(163,6)	(163,6)	100%
Participação de Acionistas Não Controladores	9,7	0,2	-	0,2	0,2	100%	21,3	4,5	371,8%	4,5	4,5	100%
Lucro Líquido⁽¹⁾ - Acionistas Controladores	129,0	152,8	-15,6%	152,8	152,8	100%	367,8	351,9	4,5%	351,9	351,9	100%
Lucro por Ação	0,496	0,594	-	0,594	0,594	100%	1,415	1,368	-	1,368	1,368	100%
No. de ações (milhões) ex - Ações em tesouraria	260,0	257,3	-	257,3	257,3	100%	260,0	257,3	-	257,3	257,3	100%

% de Vendas Líquidas	3T11		3T10		9M11		9M10	
Lucro Bruto	26,4%	26,0%	26,0%	26,0%	25,7%	25,1%	25,1%	25,1%
Despesas com Vendas	-15,9%	-15,6%	-15,6%	-15,6%	-15,8%	-15,3%	-15,3%	-15,3%
Despesas Gerais e Administrativas	-3,1%	-2,9%	-2,9%	-2,9%	-2,9%	-2,9%	-2,9%	-2,9%
Total de Despesas Operacionais	-18,9%	-18,5%	-18,5%	-18,5%	-18,7%	-18,3%	-18,3%	-18,3%
EBITDA	7,4%	7,4%	7,4%	7,4%	7,1%	6,8%	6,8%	6,8%
Depreciação e Amortização	-2,1%	-1,7%	-1,7%	-1,7%	-2,0%	-1,6%	-1,6%	-1,6%
EBIT	5,4%	5,8%	5,8%	5,8%	5,1%	5,2%	5,2%	5,2%
Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas	-2,7%	-1,8%	-1,8%	-1,8%	-2,7%	-1,6%	-1,6%	-1,6%
Resultado da Equivalência Patrimonial	0,1%	0,2%	0,2%	0,2%	0,1%	0,2%	0,2%	0,2%
Outras Receitas e Despesas Operacionais	-0,1%	-0,3%	-0,3%	-0,3%	-0,3%	-0,8%	-0,8%	-0,8%
Lucro antes do I.R	2,7%	3,9%	3,9%	3,9%	2,2%	3,0%	3,0%	3,0%
Imposto de Renda	-0,8%	-1,2%	-1,2%	-1,2%	-0,3%	-1,0%	-1,0%	-1,0%
Participações Minoritárias	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%
Lucro líquido	2,1%	2,7%	2,7%	2,7%	2,0%	2,1%	2,1%	2,1%

(1) Lucro Líquido após participação minoritária

3º trimestre de 2011

Divulgação de Resultado



GPA CONSOLIDADO

Demonstração do Resultado (R\$ milhões)

GPA Consolidado	3T11			3T10			%			9M11			9M10			%		
Receita Bruta de Vendas	12.570,9			7.947,4			58,2%			37.548,7			23.546,8			59,5%		
Receita Líquida de Vendas	11.085,1			7.108,2			55,9%			33.223,6			21.057,9			57,8%		
Custo das Mercadorias Vendidas	(8.000,4)			(5.356,1)			49,4%			(24.303,0)			(16.000,4)			51,9%		
Lucro Bruto	3.084,7			1.752,1			76,1%			8.920,6			5.057,5			76,4%		
Despesas com Vendas	(1.939,3)			(1.071,9)			80,9%			(5.741,9)			(3.180,4)			80,5%		
Despesas Gerais e Administrativas	(423,5)			(187,3)			126,1%			(1.232,7)			(572,4)			115,3%		
Total das Despesas Operacionais	(2.362,7)			(1.259,2)			87,6%			(6.974,6)			(3.752,8)			85,9%		
Lucro Operac. antes da Depr. e Receita (Despesa) Financeiras - EBITDA	722,0			492,9			46,5%			1.946,0			1.304,7			49,2%		
Depreciação e Amortização	(158,1)			(103,7)			52,4%			(466,2)			(314,3)			48,3%		
Lucro Operac. antes Impostos e Receita (Despesa) Financeiras - EBIT	563,9			389,2			44,9%			1.479,8			990,4			49,4%		
Receitas Financeiras	171,4			85,3			101,0%			443,6			227,5			95,0%		
Despesas Financeiras	(499,4)			(273,0)			82,9%			(1.433,3)			(693,0)			106,8%		
Receita (Despesa) Financeira Líquida	(327,9)			(187,7)			74,7%			(989,7)			(465,5)			112,6%		
Resultado da Equivalência Patrimonial	11,3			11,3			0,2%			24,5			51,8			-52,7%		
Resultado com Ativo Permanente	1,3			1,6			-20,0%			2,6			4,0			-35,7%		
Resultado não Recorrente ⁽¹⁾	(62,1)			(8,6)			-			(111,5)			(78,7)			41,7%		
Outras Despesas e Receitas Operacionais	(8,4)			(6,3)			-			(35,4)			20,6			-		
Lucro Operacional antes I.R	178,1			199,5			-10,8%			370,3			522,6			-29,2%		
Imposto de Renda	(50,6)			(64,2)			-21,3%			(45,8)			(161,2)			-		
Participação de Acionistas Não Controladores	5,9			0,2			-			32,4			4,5			618,4%		
Lucro Líquido⁽²⁾ - Acionistas Controladores	133,5			135,5			-1,5%			356,9			365,9			-2,5%		
Lucro por ação	0,513			0,527						1,373			1,423					
No. de ações (milhões) ex - Ações em tesouraria	260,0			257,2						260,0			257,2					

% de Vendas Líquidas	3T11		3T10		9M11		9M10	
Lucro Bruto	27,8%		24,6%		26,9%		24,0%	
Despesas com Vendas	-17,5%		-15,1%		-17,3%		-15,1%	
Despesas Gerais e Administrativas	-3,8%		-2,6%		-3,7%		-2,7%	
Total de Despesas Operacionais	-21,3%		-17,7%		-21,0%		-17,8%	
EBITDA	6,5%		6,9%		5,9%		6,2%	
Depreciação e Amortização	-1,4%		-1,5%		-1,4%		-1,5%	
EBIT	5,1%		5,5%		4,5%		4,7%	
Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas	-3,0%		-2,6%		-3,0%		-2,2%	
Resultado da Equivalência Patrimonial	0,1%		0,2%		0,1%		0,2%	
Outras Receitas e Despesas Operacionais	-0,6%		-0,2%		-0,4%		-0,3%	
Lucro antes do I.R	1,6%		2,8%		1,1%		2,5%	
Imposto de Renda	-0,5%		-0,9%		-0,1%		-0,8%	
Participações Minoritárias	0,1%		0,0%		0,1%		0,0%	
Lucro Líquido	1,2%		1,9%		1,1%		1,7%	

(1) No 3T11 o "Resultado não Recorrente", no valor de R\$ 62,1 milhões, e as "Outras Despesas e Receitas Operacionais", no valor de R\$ 8,4 milhões, estão referenciadas no ITR nas linhas "Outras Despesas e Receitas Operacionais" e "Outras Receitas Operacionais", totalizando R\$ 70,5 milhões. A mesma classificação é válida para os demais períodos.

(2) Lucro Líquido após participação minoritária

3º trimestre de 2011

Divulgação de Resultado



GPA ALIMENTAR

Balanco Patrimonial (R\$ milhões)

ATIVO	30.09.2011	30.06.2011
Ativo Circulante	7.496,3	7.157,8
Caixas e Aplicações Financeiras	2.462,5	2.576,5
Contas a Receber	187,2	182,7
Cartões de Créditos	121,3	100,1
Tickets e Outros	61,8	78,8
Cheques Pré-Datados	4,2	5,4
Provisão para Devedores Duvidosos	(0,1)	(1,5)
Provenientes de Acordos Comerciais	303,0	278,7
Fundo de Recebíveis (FIDC)	1.023,8	1.090,2
Estoques	2.568,0	2.322,5
Tributos a Recuperar	508,7	439,6
Despesas Antecipadas e Outras Contas a Receber	259,5	267,5
Ativo Não Circulante	13.173,7	12.898,7
Realizável a Longo Prazo	1.959,3	1.880,4
Contas a Receber	438,7	434,3
Paes Mendonça	438,7	434,3
Outros	-	4,3
Provisão para Devedores Duvidosos	-	(4,3)
Tributos a Recuperar	11,7	13,1
Valor Justo Bartira	416,0	416,0
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	397,5	414,9
Crédito com Partes Relacionadas	101,1	53,4
Depósitos para Recursos Judiciais	501,9	470,6
Despesas Antecipadas e Outras Contas a Receber	92,3	78,1
Investimentos	151,7	143,6
Imobilizado	6.275,7	6.168,6
Intangível	4.787,1	4.706,1
TOTAL DO ATIVO	20.486,4	20.056,5
PASSIVO	30.09.2011	30.06.2011
Passivo Circulante	4.470,2	4.243,5
Fornecedores	2.417,0	2.225,1
Empréstimos e Financiamentos	373,7	487,6
Debêntures	261,8	277,6
Obrigações Sociais e Trabalhistas	406,0	319,4
Impostos, Taxas e Contribuições	71,0	60,9
Dividendos e JCP a Pagar	0,0	1,8
Financiamento Compras de Imóveis	14,2	14,2
Aluguéis a Pagar	44,2	43,6
Aquisições de Sociedades	53,4	68,4
Dívidas com Partes Relacionadas	522,7	463,5
Propaganda	32,2	33,9
Provisão para Reestruturação	6,1	6,1
Impostos Parcelados	80,8	45,1
Outros	187,2	196,1
Passivo Não Circulante	8.665,2	8.576,7
Empréstimos e Financiamentos	2.572,4	2.511,6
Fundo de Recebíveis (FIDC)	1.200,9	1.162,5
Debêntures	1.529,3	1.488,2
Aquisições de Sociedades	183,7	226,6
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.129,2	1.102,2
Impostos Parcelados	1.404,1	1.443,5
Provisão para Contingências	415,0	413,8
Outros	230,6	228,4
Patrimônio Líquido	7.351,0	7.236,3
Capital Social	3.233,7	3.222,8
Reservas de Capital	335,5	328,8
Reservas de Lucros	1.365,7	1.262,2
Participação dos Acionistas não Controladores	2.416,0	2.422,5
TOTAL DO PASSIVO	20.486,4	20.056,5

3º trimestre de 2011

Divulgação de Resultado



GPA CONSOLIDADO

Balanco Patrimonial (R\$ milhões)

	30.09.2011	30.06.2011
ATIVO		
Ativo Circulante	15.438,1	15.295,0
Caixas e Aplicações Financeiras	3.574,5	3.963,1
Contas a Receber	2.054,1	1.984,9
Cartões de Créditos	314,2	190,6
Carnês - Financiamento ao Consumidor	1.817,8	1.834,9
Tickets e Outros	116,8	143,1
Cheques Pré-Datados	4,2	5,4
Provisão para Devedores Duvidosos	(198,9)	(189,0)
Provenientes de Acordos Comerciais	303,0	278,7
Fundo de Recebíveis (FIDC)	2.435,0	2.340,7
Estoques	5.097,1	4.816,5
Tributos a Recuperar	1.411,6	1.347,4
Despesas Antecipadas e Outras Contas a Receber	562,7	563,7
Ativo Não Circulante	15.514,6	15.128,3
Realizável a Longo Prazo	3.222,9	3.061,1
Contas a Receber	529,0	527,8
Paes Mendonça	438,7	434,3
Carnês - Financiamento ao Consumidor	95,5	98,5
Outros	-	4,3
Provisão para Devedores Duvidosos	(5,2)	(9,3)
Tributos a Recuperar	92,9	84,0
Valor Justo Bartira	416,0	416,0
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.188,5	1.180,3
Crédito com Partes Relacionadas	220,5	140,8
Depósitos para Recursos Judiciais	660,3	594,0
Despesas Antecipadas e Outras Contas a Receber	115,6	118,3
Investimentos	242,9	231,5
Imobilizado	7.144,6	6.980,9
Intangível	4.904,2	4.854,8
TOTAL DO ATIVO	30.952,7	30.423,4
PASSIVO		
Passivo Circulante	10.219,9	9.961,6
Fornecedores	4.623,0	4.475,1
Empréstimos e Financiamentos	1.204,7	1.261,5
Carnês - Financiamento ao Consumidor	2.029,0	1.948,1
Debêntures	261,8	277,6
Obrigações Sociais e Trabalhistas	803,1	645,4
Impostos, Taxas e Contribuições	239,0	299,9
Dividendos e JCP a Pagar	0,0	2,1
Financiamento Compras de Imóveis	14,2	14,2
Aluguéis a Pagar	44,2	43,6
Aquisições de Sociedades	53,4	68,4
Dívidas com Partes Relacionadas	22,1	12,5
Propaganda	63,8	33,9
Provisão para Reestruturação	6,1	6,1
Impostos Parcelados	85,2	45,1
Receitas Antecipadas	77,6	84,7
Outros	692,8	743,3
Passivo Não Circulante	10.832,7	10.685,4
Empréstimos e Financiamentos	2.770,3	2.666,0
Fundo de Recebíveis (FIDC)	2.496,5	2.417,4
Debêntures	1.529,3	1.488,2
Carnês - Financiamento ao Consumidor	94,2	114,0
Aquisições de Sociedades	183,7	226,6
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.129,2	1.102,2
Impostos Parcelados	1.446,9	1.487,9
Provisão para Contingências	529,2	514,6
Receitas Antecipadas	390,7	407,5
Outros	262,8	261,1
Patrimônio Líquido	9.900,0	9.776,3
Capital Social	6.129,2	6.118,2
Reservas de Capital	377,3	370,3
Reservas de Lucros	950,5	839,1
Participação dos Acionistas não Controladores	2.443,0	2.448,8
TOTAL DO PASSIVO	30.952,7	30.423,4

3º trimestre de 2011

Divulgação de Resultado



GPA

Demonstração do Fluxo de Caixa Consolidado (R\$ milhões)

CONSOLIDADO

Fluxo de caixa das atividades operacionais	30.09.11	30.09.10
Lucro líquido do exercício	324,5	361,4
<u>Ajuste para reconciliação do lucro líquido</u>		
Imposto de renda diferido	(22,0)	132,6
Resultado de ativos permanentes baixados	(2,6)	(4,0)
Depreciação e amortização	485,6	314,3
Juros e variações monetárias	808,3	192,4
Ajuste a valor presente	(22,8)	97,0
Equivalência patrimonial	(24,5)	(51,8)
Provisão para contingências	(76,9)	67,7
Provisão para baixas e perdas do imobilizado	7,2	-
Remuneração baseada em ações	19,9	20,9
	1.496,8	1.130,6
(Aumento) redução de ativos		
Contas a receber	(1.348,7)	85,0
Estoques	(251,1)	(192,7)
Impostos a recuperar	(364,9)	(255,4)
Outros ativos	343,2	(113,1)
Aplicação financeira	671,9	-
Partes relacionadas	(332,9)	39,4
Depósitos judiciais	(150,5)	(89,0)
	(1.432,9)	(525,9)
(Aumento) redução de passivos		
Fornecedores	(682,8)	(742,5)
Salários e encargos sociais	213,9	(28,2)
Impostos e contribuições	9,2	(21,9)
Demais contas a pagar	(50,8)	(76,4)
	(510,5)	(869,0)
Caixa líquido gerado (utilizado nas) atividades operacionais	(446,6)	(264,3)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	30.09.11	30.09.10
Caixa líquido de aquisições	-	-
Aquisição de empresas	-	(28,6)
Aumento de capital em controladas	14,1	(1,0)
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(964,8)	(758,8)
Aumento no ativo intangível	(51,1)	(33,6)
Venda de bens do imobilizado	64,9	6,9
Caixa líquido gerado (utilizado nas) atividades de investimento	(936,9)	(815,0)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento (redução) de capital	22,7	30,2
Aumento da participação minoritária	-	-
Financiamentos	-	-
Captação e refinanciamentos	5.191,9	1.362,0
Pagamentos	(3.647,7)	(291,0)
Juros pagos	(293,3)	(106,5)
Pagamentos de Dividendos	(161,3)	(131,6)
Caixa líquido gerado (utilizado nas) atividades de financiamento	1.112,4	863,2
Disponibilidades no início do exercício	3.818,0	2.344,2
Disponibilidades no fim do exercício	3.546,9	2.128,0
Variação no caixa e equivalentes	(271,1)	(216,2)

3º trimestre de 2011

Divulgação de Resultado



Segmentação de Vendas Brutas por Formato (R\$ milhões)

1º Semestre	1S11	%	1S10	%	Var.(%)
Pão de Açúcar	2.498,1	10,0%	2.274,4	14,6%	9,8%
Extra Hipermercado ⁽¹⁾	6.026,2	24,1%	5.671,0	36,4%	6,3%
Extra Supermercado ⁽²⁾	2.409,1	9,6%	2.375,9	15,2%	1,4%
Extra Eletro	-	0,0%	247,8	1,6%	-
Assaí	1.938,6	7,8%	1.421,1	9,1%	36,4%
Globex ⁽³⁾	11.409,2	45,7%	2.970,9	19,0%	284,0%
Negócios especializados ⁽⁴⁾	696,5	2,8%	638,3	4,1%	9,1%
GPA Consolidado	24.977,7	100,0%	15.599,4	100,0%	60,1%
GPA Alimentar	13.568,5	-	12.628,5	-	7,4%

3º Trimestre	3T11	%	3T10	%	Var.(%)
Pão de Açúcar	1.291,6	10,3%	1.131,6	14,2%	14,1%
Extra Hipermercado ⁽¹⁾	3.048,0	24,2%	2.705,6	34,0%	12,7%
Extra Supermercado ⁽²⁾	1.033,7	8,2%	1.147,0	14,4%	-9,9%
Extra Eletro	-	0,0%	116,2	1,5%	-
Assaí	1.107,3	8,8%	816,4	10,3%	35,6%
Globex ⁽³⁾	5.737,0	45,6%	1.720,1	21,6%	233,5%
Negócios especializados ⁽⁴⁾	353,3	2,8%	310,6	3,9%	13,8%
GPA Consolidado	12.570,9	100,0%	7.947,4	100,0%	58,2%
GPA Alimentar	6.833,9	-	6.227,3	-	9,7%

9 Meses	9M11	%	9M10	%	Var.(%)
Pão de Açúcar	3.789,7	10,1%	3.406,0	14,5%	11,3%
Extra Hipermercado ⁽¹⁾	9.074,2	24,2%	8.376,6	35,6%	8,3%
Extra Supermercado ⁽²⁾	3.442,8	9,2%	3.522,9	15,0%	-2,3%
Extra Eletro	-	0,0%	364,0	1,5%	-
Assaí	3.045,9	8,1%	2.237,4	9,5%	36,1%
Globex ⁽³⁾	17.146,2	45,7%	4.691,0	19,9%	265,5%
Negócios especializados ⁽⁴⁾	1.049,9	2,8%	948,9	4,0%	10,6%
GPA Consolidado	37.548,7	100,0%	23.546,8	100,0%	59,5%
GPA Alimentar	20.402,5	-	18.855,8	-	8,2%

⁽¹⁾Inclui as vendas do Extra Fácil

⁽²⁾Inclui as vendas do Extra Supermercado; CompreBem e Sendas

⁽³⁾Inclui as vendas de Ponto Frio, Nova Casas Bahia e Nova Pontocom

⁽⁴⁾Inclui as vendas dos Postos de Combustíveis e Drogarias

3º trimestre de 2011

Divulgação de Resultado



Segmentação de Vendas Líquidas por Formato (R\$ milhões)

1º Semestre	1S11	%	1S10	%	Var.(%)
Pão de Açúcar	2.243,1	10,1%	2.048,5	14,7%	9,5%
Extra Hipermercado ⁽¹⁾	5.339,4	24,1%	5.013,0	35,9%	6,5%
Extra Supermercado ⁽²⁾	2.182,9	9,9%	2.148,4	15,4%	1,6%
Extra Eletro	-	0,0%	229,2	1,6%	-
Assaí	1.759,8	7,9%	1.284,6	9,2%	37,0%
Globex ⁽³⁾	9.925,5	44,8%	2.593,5	18,6%	282,7%
Negócios especializados ⁽⁴⁾	687,9	3,1%	632,5	4,5%	8,8%
GPA Consolidado	22.138,6	100,0%	13.949,7	100,0%	58,7%
GPA Alimentar	12.213,1	-	11.356,2	-	7,5%

3º Trimestre	3T11	%	3T10	%	Var.(%)
Pão de Açúcar	1.157,6	10,4%	1.016,2	14,3%	13,9%
Extra Hipermercado ⁽¹⁾	2.703,7	24,4%	2.391,0	33,6%	13,1%
Extra Supermercado ⁽²⁾	938,3	8,5%	1.035,8	14,6%	-9,4%
Extra Eletro	-	0,0%	107,7	1,5%	-
Assaí	1.008,4	9,1%	736,7	10,4%	36,9%
Globex ⁽³⁾	4.926,4	44,4%	1.514,5	21,3%	225,3%
Negócios especializados ⁽⁴⁾	350,6	3,2%	306,3	4,3%	14,5%
GPA Consolidado	11.085,1	100,0%	7.108,2	100,0%	55,9%
GPA Alimentar	6.158,6	-	5.593,7	-	10,1%

9 Meses	9M11	%	9M10	%	Var.(%)
Pão de Açúcar	3.400,6	10,2%	3.064,7	14,6%	11,0%
Extra Hipermercado ⁽¹⁾	8.043,0	24,2%	7.404,0	35,2%	8,6%
Extra Supermercado ⁽²⁾	3.121,2	9,4%	3.184,2	15,1%	-2,0%
Extra Eletro	-	0,0%	337,0	1,6%	-
Assaí	2.768,3	8,3%	2.021,3	9,6%	37,0%
Globex ⁽³⁾	14.851,9	44,7%	4.108,0	19,5%	261,5%
Negócios especializados ⁽⁴⁾	1.038,6	3,1%	938,8	4,5%	10,6%
GPA Consolidado	33.223,6	100,0%	21.057,9	100,0%	57,8%
GPA Alimentar	18.371,7	-	16.949,9	-	8,4%

⁽¹⁾Inclui as vendas do Extra Fácil

⁽²⁾Inclui as vendas do Extra Supermercado; CompreBem e Sendas

⁽³⁾Inclui as vendas de Ponto Frio, Nova Casas Bahia e Nova Pontocom

⁽⁴⁾Inclui as vendas dos Postos de Combustíveis e Drogarias

3º trimestre de 2011

Divulgação de Resultado



Composição de Vendas (% sobre Vendas Líquidas)

	3T11 GPA Alimentar	3T10 GPA Alimentar	9M11 GPA Alimentar	9M10 GPA Alimentar
À Vista	52,5%	50,7%	52,5%	49,9%
Cartão de Crédito	39,6%	41,0%	39,6%	41,7%
Ticket Alimentação	7,7%	8,1%	7,7%	8,1%
À Prazo	0,2%	0,2%	0,2%	0,3%
Cheque Pré-Datado	0,2%	0,2%	0,2%	0,3%
Crediário	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

	3T11 GPA Consolidado	3T10 GPA Consolidado	9M11 GPA Consolidado	9M10 GPA Consolidado
À Vista	40,2%	46,7%	40,7%	46,5%
Cartão de Crédito	48,4%	46,3%	47,9%	46,3%
Ticket Alimentação	4,3%	6,4%	4,5%	6,5%
À Prazo	7,1%	0,6%	6,9%	0,7%
Cheque Pré-Datado	0,1%	0,2%	0,1%	0,2%
Crediário	7,0%	0,4%	6,8%	0,5%

Movimentação de Lojas por Formato

	Pão de Açúcar	Extra Hiper	Extra-Eleto	Compre Bem	Sendas	Extra Super	Extra Fácil	Assai	Ponto Frio	Casas Bahia	Grupo Pão de Açúcar	Área de Vendas (mil m ²)	Número de Funcionários (mil)
30/9/2010	146	105	47	143	59	33	74	48	457	0	1.112	1.781,6	88,1
31/12/2010	149	110	0	113	17	101	68	57	506	526	1.647	2.811,1	144,9
30/6/2011	151	115	0	82	12	129	67	59	456	533	1.604	2.824,5	147,2
Abertas	1	1								4	6		
Fechadas				-1							-1		
Convertidas	5	14		-81	-12	74					-		
30/9/2011	157	130	0	0	0	203	67	59	456	537	1.609	2.831,6	148,9

3º trimestre de 2011

Divulgação de Resultado



TELECONFERÊNCIA SOBRE OS RESULTADOS DO 3º TRIMESTRE DE 2011

4 de novembro de 2011

11h (horário de Brasília) | 9h (NY) | 13h (Londres)

Conferência em português (idioma original)

55 11 3127-4971

Conferência em inglês (tradução simultânea)

1 516 300-1066

Webcast: <http://www.gpari.com.br/>

Replay

55 11 3127-4999

Código para áudio em português: 68545061 | Código para áudio em inglês: 86024782

<http://www.gpari.com.br/>

As declarações contidas neste comunicado relativo à perspectiva dos negócios do Grupo, projeções de resultados operacionais e financeiros e relativos ao potencial de crescimento do Grupo constituem-se em meras previsões e foram baseadas nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia. Estas expectativas são altamente dependentes de mudanças no mercado, no desempenho econômico geral do Brasil, na indústria e nos mercados internacionais e, portanto, estão sujeitas à mudança.

Grupo Pão de Açúcar | Globex Utilidades

Relações com Investidores

gpa.ri@grupopaodeacucar.com.br

www.gpari.com.br

Telefone: (11) 3886-0421

Fax: (11) 3884-2677



O Grupo Pão de Açúcar (GPA) é a maior Companhia varejista no Brasil, com operações em segmentos diversificados e distribuição por meio de aproximadamente 1.800 pontos-de-venda e canais eletrônicos. A estrutura multiformato do Grupo é formada por supermercados (Pão de Açúcar e Extra Supermercado), hipermercados (Extra), lojas de proximidade (Extra Fácil), atacarejo (Assaí), lojas de eletroeletrônicos e móveis (Ponto Frio e Casas Bahia) e operações de e-commerce (Extra.com.br, PontoFrio.com.br, Casasbahia.com.br). Fundado em 1948, em São Paulo, o Grupo está presente em 20 dos 27 Estados brasileiros, que juntos representam 94,1% do PIB.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

1. Informações corporativas

A Companhia Brasileira de Distribuição, diretamente ou através de suas subsidiárias, ("Companhia" ou "GPA") atua no segmento varejista de alimentos, vestuário, eletrodomésticos e outros produtos por meio de sua cadeia de hipermercados, supermercados, lojas especializadas e lojas de departamento, principalmente sob as marcas "Pão de Açúcar", "Extra", "Extra Super", "Extra Fácil", "Assai", "Ponto Frio", "Casas Bahia", "Casas Bahia.Com", "Extra.com" e "Ponto Frio.Com". Sua sede social está localizada em São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

Fundada em 1948, a Companhia tem 148.897 funcionários, 1.607 lojas em 19 estados brasileiros e no Distrito Federal e uma infra-estrutura de logística que compreende 50 depósitos localizados em 13 estados, em 30 de setembro de 2011. As ações da Companhia são negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo, estando suas ações listadas nas Bolsas de Valores de São Paulo e de Nova York (ADR nível III).

O Grupo Diniz e o Grupo Casino dividem o controle da Companhia por meio de uma *holding* denominada Wilkes Participações S.A., conforme contrato celebrado em maio de 2005.

Casino Guichard Perrachon S.A. ("Casino") requereu em face dos Srs. Abilio dos Santos Diniz, Ana Maria Falleiros dos Santos Diniz D'Ávila, Adriana Falleiros dos Santos Diniz, João Paulo Falleiros dos Santos Diniz, Pedro Paulo Falleiros dos Santos Diniz e de Península Participações Ltda. dois procedimentos arbitrais, sendo que um deles inclui a nossa Companhia no pólo passivo como litisconsorte, nos termos do Fato Relevante divulgado em 4 de julho de 2011.

Ambas as arbitragens foram unificadas e se encontram em fase de constituição do Tribunal Arbitral, tendo as partes já indicado seus árbitros, que, se confirmados, indicarão o Presidente do Tribunal Arbitral.

Os termos da arbitragem são confidenciais.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

2. Base de elaboração

As informações contábeis intermediárias da controladora e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quanto aos instrumentos financeiros derivativos, que foram mensurados pelo valor justo.

As informações contábeis intermediárias da controladora e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e moeda de apresentação da Companhia e de suas subsidiárias.

Os itens incluídos nas informações contábeis intermediárias da controladora e consolidadas de cada uma das subsidiárias da Companhia foram mensurados adotando-se a moeda do ambiente econômico principal em que a subsidiária atua ("moeda funcional").

As informações contábeis intermediárias do período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2011 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 03 de novembro de 2011.

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas são elaboradas e apresentadas de acordo com pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e de acordo com o IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, respectivamente, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Nas informações contábeis intermediárias individuais, os investimentos em controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB"), seriam pelo custo ou valor justo.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

2. Base de elaboração--Continuação

Contudo, não há diferenças entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pela Companhia e o patrimônio líquido e resultado da entidade controladora em suas informações contábeis intermediárias individuais.

Para melhor apresentação e comparabilidade alguns saldos de 31 de dezembro de 2010 foram reclassificados.

Os dados não financeiros incluídos nestas informações contábeis intermediárias, tais como número de colaboradores, números de lojas, entre outros, não foram objeto de revisão por parte de nossos auditores independentes.

3. Base de consolidação

a) Participação em subsidiárias, associadas e "joint ventures"

Sociedades	Participação nos investimentos - %		31.12.2010	
	30.09.2011		CBD	Part. Indiretas
	CBD	Part. Indiretas		
Subsidiárias:				
Novasoc Comercial Ltda.	10,00	-	10,00	-
Sé Supermercado Ltda.	93,10	0,69	93,10	0,69
Sendas Distribuidora S.A.	18,33	76,60	14,86	39,93
PAFIDC	9,17	1,07	9,58	1,12
PA Publicidade Ltda.	100,00	-	100,00	-
Barcelona Comércio Varejista e Atacadista S.A.	-	93,79	-	93,79
CBD Holland B.V.	100,00	-	100,00	-
CBD Panamá Trading Corp.	-	100,00	-	100,00
Xantocarpa Participações Ltda.	-	94,93	-	54,79
Vedra Empreend. e Participações S.A.	99,99	0,01	99,99	0,01
Bellamar Empreend. e Participações Ltda.	0,01	93,78	0,01	93,78
Vancouver Empreend. e Participações Ltda.	100,00	-	100,00	-
Dallas Empreendimentos e Participações S.A.	99,99	0,01	99,99	0,01
Bruxellas Empreend. e Participações S.A.	99,99	0,01	99,99	0,01
Monte Tardeli Empreendimentos e Participações S.A.	99,00	1,00	99,00	1,00
GPA 1 Empreend. e Participações Ltda.	89,42	9,92	99,90	0,10
GPA 2 Empreend. e Participações Ltda.	99,90	0,10	99,90	0,10
GPA 4 Empreend. e Participações S.A.	99,00	1,00	99,00	1,00
GPA 5 Empreend. e Participações S.A.	99,00	1,00	99,00	1,00
GPA 6 Empreend. e Participações Ltda.	99,90	0,10	99,90	0,10
ECQD Participações Ltda.	100,00	-	100,00	-
API SPE Planej. e Desenv. de Empreend. Imobiliários Ltda.	100,00	-	100,00	-
Lake Niassa Empreend. e Participações Ltda.	-	52,41	-	52,41
Globex Utilidades S.A.	52,41	-	52,41	-
Globex Adm e Serviços Ltda.	-	52,41	-	52,41
Nova Casa Bahia S.A.	-	52,41	-	52,41
Ponto Frio Adm e Importação de Bens Ltda.	-	52,40	-	52,40
Rio Expresso Com. Atacad. de Eletrodoméstico Ltda.	-	52,41	-	52,41

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

3. Base de consolidação--Continuação

a) Participação em subsidiárias, associadas e "joint ventures" -- Continuação

Sociedades	Participação nos investimentos - %			
	30.09.2011		31.12.2010	
	CBD	Part. Indiretas	CBD	Part. Indiretas
Globex Adm. Consórcio Ltda.	-	52,41	-	52,41
PontoCred Negócio de Varejo Ltda.	-	52,41	-	52,41
Nova Extra Eletro Comercial Ltda.	0,10	52,36	0,10	52,36
PontoFrio.com Com. Eletrônico S.A.	39,05	31,11	39,05	31,11
E-HubConsult. Particip. e Com. S.A.	-	70,16	-	70,16
Saper Participações Ltda.	24,21	-	24,00	-
Sabara	-	52,41	-	52,41
Casas Bahia Contact Center Ltda.	-	52,41	-	52,41
Globex – FIDC	-	7,11	-	6,55
PFLeasing	-	26,21	-	26,21
<i>Associadas e Joint Ventures:</i>				
Financeira Itaú CBD – FIC	-	41,00	-	41,00
Indústria de Móveis Bartira Ltda.	-	13,10	-	13,10
Dunnhumby Brasil Cons. Ltda.	2,00	-	2,00	-
Banco Investcred Unibanco	-	26,20	-	26,20
FIC Promotora de Vendas Ltda.	-	41,01	-	41,01

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

3. Base de consolidação--Continuação

b) Subsidiárias

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as informações contábeis intermediárias de todas as subsidiárias nas quais a controladora exerce controle, direto ou indireto.

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo sociedades de propósito específico) em que a Companhia tem poder para governar as políticas financeiras e operacionais e detém, de modo geral, ações que representam mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito dos potenciais direitos de voto atualmente exercíveis ou conversíveis são levados em consideração para determinar se a Companhia controla ou não outra entidade. As subsidiárias são consolidadas integralmente a partir da data de aquisição, que corresponde à data em que a Companhia obtém o controle, e excluídas da consolidação a partir da data em que esse controle é perdido.

As informações contábeis intermediárias das subsidiárias são elaboradas na mesma data de encerramento da Controladora, adotando-se políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre empresas do grupo, receitas e despesas, ganhos e perdas não realizados e dividendos resultantes de operações entre empresas do grupo são integralmente eliminados.

Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em subsidiárias, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

Os prejuízos são atribuídos às participações de acionistas não controladores, mesmo que isso resulte em saldo devedor.

As principais subsidiárias diretas ou indiretas incluídas na consolidação e o percentual de participação da Companhia compreendem:

i. *Novasoc*

Embora a participação da Companhia na Novasoc Comercial Ltda. ("Novasoc") represente 10% de suas quotas, a Novasoc está incluída nas informações contábeis intermediárias consolidadas porque a Companhia detém controle sobre 99,98% dos direitos de voto da empresa, nos termos do acordo de quotistas. Adicionalmente, de acordo com o Contrato Social da Novasoc, a alocação de seu lucro líquido não requer necessariamente que seja proporcional ao percentual de participação detida na sociedade.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

3. Base de consolidação--Continuação

b) Subsidiárias--Continuação

ii. *PAFIDC e Globex FIDC*

A Companhia consolida as informações contábeis intermediárias do Pão de Açúcar Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("PAFIDC") e Globex Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("Globex FIDC"), sociedades de propósito específico constituídas com a finalidade exclusiva de conduzir a securitização de recebíveis da Companhia e de suas subsidiárias. A consolidação se justifica pelo fato de a maior parte dos riscos e benefícios relacionados ao fundo estar vinculada a ações subordinadas detidas pela Companhia e subsidiárias.

iii. *Globex*

A Companhia consolida as informações contábeis intermediárias de Globex, subsidiária que concentra as atividades de eletro-eletrônicos do Grupo, operando sob as marcas "Ponto Frio", "Extra-Eleto" e, desde novembro de 2010, "Casas Bahia". A Companhia atua também através de sua controlada Nova Pontocom Comércio Eletrônico S.A, no comércio eletrônico de qualquer produto para consumidores finais por meio dos sites: www.extra.com.br, www.pontofrio.com.br e www.casasbahia.com.br.

iv. *Sendas*

A Companhia detém indiretamente 100% do capital de Sendas Distribuidora, sua subsidiária integral, a qual contempla operações de varejo e atacarejo, predominantemente no estado do Rio de Janeiro. Para informações detalhadas sobre a aquisição de participação não controladora, vide nota explicativa 15 (a ii).

c) Associadas – BINV e FIC

Os investimentos da Companhia em suas associadas FIC e BINV, ambas instituições de financiamento de vendas diretamente para clientes do GPA resultam de uma associação do Banco Itaú Unibanco com o GPA e a Globex. Tais investimentos são contabilizados segundo o método da equivalência patrimonial. Uma associada é uma entidade na qual a Companhia exerce influência significativa, mas não o controle.

O poder sobre as decisões operacionais e financeiras do BINV e da FIC pertence ao Banco Itaú – Unibanco S.A. (Itaú-Unibanco). Dessa forma, a Companhia exerce influência significativa sobre seus investimentos e os reconhece pelo método de equivalência patrimonial.

Segundo o método da equivalência patrimonial, os investimentos nas associadas são contabilizados pelo custo, refletindo ainda as alterações da participação da Companhia no patrimônio líquido da associada posteriores à aquisição.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

3. Base de consolidação--Continuação

c) Associadas – BINV e FIC--Continuação

A demonstração do resultado do período reflete a parcela dos resultados das operações das associadas. Quando há uma alteração reconhecida diretamente no patrimônio líquido das associadas, a Companhia reconhece sua participação nas eventuais alterações e a evidencia, conforme o caso, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados resultantes de operações entre a Companhia e as associadas são eliminados proporcionalmente à participação nas associadas.

A participação nos lucros das associadas está refletida na demonstração do resultado do período como resultado de equivalência patrimonial, correspondente ao lucro atribuível aos acionistas da associada, relacionada, portanto, ao lucro depois dos impostos e participações de acionistas não controladores nas subsidiárias das associadas. As informações contábeis intermediárias das associadas são elaboradas para a mesma data de encerramento da controladora. Quando necessário, são feitos ajustes para harmonizar as políticas contábeis com as da Companhia.

Depois da aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer uma perda por não recuperação adicional referente ao investimento da Companhia em suas associadas. A Companhia verifica na data de cada balanço se há evidências de que o investimento nas associadas não será recuperável. Se aplicável, a Companhia calcula o valor da perda como a diferença entre o valor recuperável do investimento e seu valor contábil e reconhece a perda na demonstração do resultado do período.

Em caso de perda de sua influência significativa sobre as associadas, a Companhia mensura e reconhece os eventuais investimentos remanescentes pelo valor justo. As eventuais diferenças entre o valor contábil das associadas, quando da perda da influência significativa, e o valor justo do investimento remanescente e dos resultados da baixa são reconhecidas na demonstração do resultado do período.

d) Participação em *joint venture* - Bartira

A Companhia possui participação indireta em uma *joint venture*, denominada Indústria de Móveis Bartira Ltda. ("Bartira"), na qual os participantes (GPA, por meio de sua subsidiária Nova Casa Bahia S.A. ("NCB"), com 25%, e a família Klein, por meio da Casa Bahia Comercial Ltda., com 75%) formalizaram um acordo de sócios que estabelece controle conjunto sobre as atividades operacionais da entidade.

O acordo de sócios exige deliberação unânime dos participantes para a tomada de decisões financeiras e operacionais. A Companhia reconhece sua participação na *joint venture* utilizando o método de consolidação proporcional. Portanto, combina sua parcela proporcional de cada ativo, passivo, receitas e despesas da *joint venture* com itens semelhantes – linha a linha – em suas informações contábeis intermediárias consolidadas. As informações contábeis intermediárias da *joint venture* são preparadas para o mesmo período adotado pela Companhia.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

3. Base de consolidação--Continuação

d) Participação em joint venture – Bartira – Continuação

Demonstramos abaixo as informações financeiras condensadas da sociedade controlada em conjunto pela Companhia:

	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Ativo circulante	96.661	109.120
Ativo não circulante	61.295	64.836
Total do ativo	<u>157.956</u>	<u>173.956</u>
Passivo circulante	61.781	80.288
Passivo não circulante	1.602	5.858
Patrimônio líquido	94.573	87.810
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>157.956</u>	<u>173.956</u>
Resultado (i):		
Receita líquida de vendas e prestação de serviços	347.365	71.188
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda	11.954	(2.528)
Lucro (prejuízo) do período	<u>6.763</u>	<u>(1.880)</u>

(i) Os saldos apresentados em 31 de dezembro de 2010 incluem os resultados de dois meses.

4. Principais políticas contábeis

a) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos na data em que a Companhia celebra o contrato. Quando reconhecidos, são registrados pelo valor justo, somado aos custos da transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre na data de cada balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada espécie de ativo ou passivo financeiro.

(i) *Ativos financeiros*

Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia e incluídos no escopo da CPC 38 (IAS 39), são classificados como ativos financeiros mensurado pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos, recebíveis e instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de *hedge* e investimento mantidos até o vencimento. A Companhia define a classificação de seus ativos financeiros quando do reconhecimento inicial.

Todos os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de investimentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, são somados aos custos da transação diretamente atribuíveis.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

As compras ou vendas de ativos financeiros que exijam entrega de ativos dentro de um prazo definido por regulamento ou convenção no mercado (negociações em condições normais) são reconhecidas na data da negociação, isto é, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, depósitos judiciais e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

Os ativos são classificados em uma das categorias a seguir, conforme a finalidade para a qual foram adquiridos ou emitidos:

- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são mensurados pelo valor justo na data de cada balanço. As taxas de juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações derivadas da avaliação pelo valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado do período como receitas ou despesas financeiras, quando incorridas. Os ativos financeiros são classificados como ativos financeiros pelo valor justo no resultado se adquiridos para fins de venda ou recompra a curto prazo, com alterações reconhecidas nas receitas ou despesas financeiras. São classificados nesta categoria os saldos de caixa e equivalentes de caixa mantidos pela Companhia;
- Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercado ativo. Após o reconhecimento inicial, são mensurados utilizando-se o custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. A receita de juros, a correção monetária e a variação cambial, deduzidas as perdas por desvalorização, conforme o caso, são reconhecidas na demonstração do resultado do período como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos; e
- Ativos e passivos financeiros mantidos até o vencimento: são ativos e passivos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício, usando o método da taxa de juros efetiva.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

(i) *Ativos financeiros*--Continuação

Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, conforme o caso, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Expiram os direitos de recebimento de fluxos de caixa; e
- A Companhia transferiu seus direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o seu controle.

Quando a Companhia transfere seus direitos de recebimento de fluxos de caixa de um ativo ou celebra acordo de repasse, sem ter transferido ou retido substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo ou transferido o controle do ativo, o ativo é reconhecido na medida da continuidade do envolvimento da Companhia nesse ativo.

Nesse caso, a Companhia reconhece também um passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados de forma que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia.

Perda do valor recuperável de ativos financeiros

Nas datas dos balanços, a Companhia verifica se há indícios de perda do valor recuperável de um ativo ou grupo de ativos financeiros. A perda do valor recuperável de um ativo ou grupo de ativos financeiros é considerada apenas (e tão somente) se houver evidências objetivas resultantes de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial do ativo ("evento de perda"), e caso referido evento venha a impactar os futuros fluxos de caixa estimados do ativo ou grupo de ativos financeiros, os quais podem ser estimados com segurança. As evidências de perda do valor recuperável podem incluir indícios de que os devedores (ou grupo de devedores) estão passando por dificuldades financeiras significativas, moratória ou inadimplência na amortização dos juros ou do principal, probabilidade de que entrem em processo de falência ou outro tipo de reorganização financeira e quando esses dados indicam queda mensurável nos fluxos de caixa futuros, tais como variações em juros moratórios ou condições econômicas que se correlacionam com inadimplementos.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

(i) *Ativos financeiros*--Continuação

Perda do valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

O valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo-se as perdas de crédito futuras não incorridas) descontados pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil do ativo é reduzido por meio do uso de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado do período. A receita de juros é registrada nas informações contábeis intermediárias como parte das receitas financeiras.

Se, em período subsequente, o valor da perda por não recuperação se reduzir e a redução puder ser associada objetivamente a um evento ocorrido após o reconhecimento da provisão (tal como uma melhora da classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por desvalorização reconhecida anteriormente é reconhecida na demonstração do resultado do período consolidada. Se uma baixa for recuperada posteriormente, a recuperação é também reconhecida na demonstração do resultado do período.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Quanto aos ativos financeiros mantidos até o vencimento, a Companhia, em primeiro lugar, verifica se há evidências objetiva de perda do valor recuperável individualmente para os ativos financeiros que são individualmente significativos, ou coletivamente para os ativos que não são individualmente significativos. Caso a Companhia determine a inexistência de evidências objetivas de perda do valor recuperável de um ativo financeiro avaliado individualmente – seja esta perda significativa ou não –, a Companhia o classifica em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes, os quais são avaliados coletivamente. Os ativos avaliados individualmente quanto à perda do valor recuperável, ou para os quais a perda do valor recuperável é (ou continua a ser) reconhecida, não estão inclusos na avaliação coletiva da perda.

Caso haja evidência objetiva da ocorrência da perda do valor recuperável, o valor da respectiva perda é calculado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente do fluxo de caixa estimado (excluindo perdas de crédito estimadas e ainda não incorridas). O valor presente do fluxo de caixa estimado é descontado à taxa de juros original dos ativos financeiros. Se um ativo financeiro tiver uma taxa de juros variável, o desconto para mensurar eventuais perdas do valor recuperável será a taxa de juros efetiva à data presente.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

(i) *Ativos financeiros*--Continuação

Ativos financeiros mantidos até o vencimento--Continuação

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma conta de provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado do período. A receita financeira continua a ser acumulada sobre o valor contábil reduzido à taxa de juros utilizada para descontar fluxo de caixa futuro a fim de mensurar a perda do valor recuperável. Além disso, a receita de juros é contabilizada como parte do resultado financeiro na demonstração do resultado do período. Os empréstimos e recebíveis, juntamente com as respectivas provisões, são baixados quando não há perspectivas reais de recuperação futura, e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia. Caso, no exercício subsequente, a perda estimada do valor recuperável sofra alguma variação devido a um evento ocorrido após seu reconhecimento, um ajuste é efetuado na conta de provisão. Se uma baixa for recuperada posteriormente, ela é creditada às despesas financeiras na demonstração do resultado do período.

Contas a receber

As contas a receber são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou que possam ser apurados sem cotação em mercado ativo. Após mensuração inicial, esses ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado segundo o método de taxa efetiva de juros ("TEJ"), deduzindo a perda do valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando-se em consideração eventuais descontos ou prêmios sobre aquisição e tarifas ou custos que constituem o TEJ. A amortização TEJ está incluída no resultado financeiro líquido, na demonstração do resultado do período. As despesas decorrentes da perda do valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado do período.

A Companhia securitiza suas contas a receber por meio das sociedades de propósito específico, o PAFIDC e Globex FIDC. (Vide nota explicativa 11).

O contas a receber oriundo de contratos comerciais decorrem de bônus e descontos concedidos por fornecedores, contratualmente estabelecidos e calculados sobre os volumes de compra, ações de *marketing*, reembolsos de custo de frete, etc.

(ii) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros no escopo do CPC 38 (IAS 39) são classificados como passivos financeiros mensurado pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos ou financiamentos ou instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um relacionamento de *hedge* efetivo, conforme o caso. A companhia define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) *Passivos financeiros*--Continuação

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, somados aos custos da operação diretamente atribuíveis.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, saldo negativo de contas bancárias, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração depende da classificação dos passivos, conforme segue:

- Empréstimos e financiamentos: Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e financiamentos remunerados são posteriormente mensurados pelo custo amortizado adotando-se o método da taxa de juros efetiva. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do período quando da baixa dos passivos, bem como pelo processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente ao passivo é quitada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal substituição ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados líquidos nas informações trimestrais, se, e somente se, houver o direito de compensação dos valores reconhecidos e intenção de liquidar em base líquida ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

A nota explicativa 20 contém uma análise do valor justo dos instrumentos financeiros e detalhes adicionais sobre o modo como é mensurado.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) *Passivos financeiros*--Continuação

Opções de venda outorgadas a acionistas não controladores

- A classificação dos instrumentos de patrimônio e dos instrumentos de dívida emitidos pela Companhia depende das características específicas de cada instrumento. O instrumento é considerado um instrumento de patrimônio quando satisfeitas duas condições: (i) o instrumento não deve prever obrigação contratual de entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro para outra companhia, ou permuta de ativos ou passivos financeiros com outra companhia sob condições potencialmente desfavoráveis para a Companhia; e (ii) em caso de contrato que seja ou possa ser liquidado nos próprios instrumentos de dívida da Companhia, o instrumento tem de ser diferente de um derivativo que não preveja obrigação contratual de entrega de uma quantidade variável de instrumentos patrimoniais da própria Companhia ou um derivativo que deva ser liquidado mediante a troca de uma quantidade fixa de dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo de instrumentos patrimoniais representativos da própria Companhia.

Portanto, os instrumentos resgatáveis a critério da Companhia, cuja remuneração dependa do pagamento de dividendos, são classificados no patrimônio líquido.

Quando a Companhia detém uma participação societária presente nas ações sujeitas a um contrato de opção, nenhuma participação de acionistas não controladores é registrada e as ações sujeitas ao instrumento são contabilizadas como próprias. A política da Companhia é tratar qualquer obrigação associada ao instrumento como uma obrigação segundo o CPC 15 (IFRS 3) com alterações reconhecidas como contraprestação contingente contra ágio. As alterações nas obrigações associadas à passagem de tempo, como o fechamento de posição de uma taxa de desconto ou correção monetária, são reconhecidas como despesa financeira.

Reclassificação de instrumentos de dívida e patrimônio

Para reclassificar um instrumento de dívida e patrimônio, a Companhia deve efetuar a contabilização da forma a seguir especificada:

- reclassificar um instrumento de patrimônio (patrimônio líquido) como instrumento de dívida (passivo financeiro) a partir da data em que o instrumento deixar de apresentar todas as suas características e condições necessárias para suportar o seu reconhecimento. O passivo financeiro deve ser mensurado pelo valor justo do instrumento na data de reclassificação. A Companhia deve reconhecer no patrimônio líquido qualquer diferença entre o valor contábil do instrumento patrimonial e o valor justo do passivo financeiro na data da reclassificação; e

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) *Passivos financeiros*--Continuação

Reclassificação de instrumentos de dívida e patrimônio--Continuação

- reclassificar um instrumento de dívida como um instrumento de patrimônio (patrimônio líquido) a partir da data em que este apresentar todas as características e satisfizer as condições relativas ao seu reconhecimento, determinadas pelo CPC 39 (IAS 32). O instrumento de patrimônio deve ser mensurado pelo valor contábil do instrumento de dívida na data da reclassificação.

b) Contabilização de hedge

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos como *swaps* de taxas de juros e *swaps* de variação cambial. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e posteriormente remensurados pelo valor justo. Os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando negativo. Os ganhos ou perdas resultantes das alterações do valor justo dos derivativos são contabilizados diretamente no resultado.

No início do relacionamento de *hedge*, a Companhia designa formalmente e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar à contabilização de *hedge*, e o seu objetivo e a estratégia de gestão de risco para contratá-lo. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou operação protegida, a natureza do risco protegido e o modo como a Companhia deverá avaliar a eficácia das alterações do valor justo do instrumento de *hedge* na neutralização da exposição a alterações do valor justo do item protegido ou do fluxo de caixa atribuível ao risco protegido. A expectativa é de que esses *hedges* sejam altamente eficazes na neutralização das alterações do valor justo ou do fluxo de caixa, sendo avaliados permanentemente para se determinar se realmente estão sendo altamente eficazes ao longo de todos os períodos dos relatórios financeiros para os quais foram designados.

Para fins de contabilização de *hedge*, estes são classificados como *hedges* de valor justo quando protegem contra a exposição a alterações do valor justo de um ativo ou passivo reconhecido.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Contabilização de hedge--Continuação

Os *hedges* que satisfazem aos critérios de contabilização de *hedge* são contabilizados, para as transações mantidas pela Companhia, como *hedges* de valor justo, seguindo os seguintes procedimentos:

- A alteração do valor justo de um instrumento financeiro derivativo classificado como *hedge* de taxa de juros é reconhecido como resultado financeiro. A alteração do valor justo do item protegido é registrado como parte do valor contábil do item protegido, sendo reconhecido na demonstração do resultado do período;
- Com relação aos *hedges* de valor justo relacionados a itens contabilizados pelo custo amortizado, o ajuste ao valor contábil é amortizado no resultado ao longo do período restante até o vencimento. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que houver um ajuste, devendo sê-lo, no máximo, no momento em que o item protegido deixar de ser ajustado pelas alterações de seu valor justo atribuível ao risco protegido; e
- Se o item protegido for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

c) Caixa e equivalentes de caixa

De acordo com o CPC 03 (IAS 7), o caixa e equivalentes de caixa compreendem ao caixa e as aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente conversíveis em valores em dinheiro conhecidos e sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados no curto prazo. Os saldos bancários negativos estão incluídos no passivo circulante nas informações trimestrais.

d) Estoques

Os estoques são contabilizados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluídos os custos de armazenamento e manuseio, na medida que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda nas lojas da Companhia.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Os estoques também são reduzidos pela provisão para perdas e quebras, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

e) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários circulantes, quando relevantes, e os ativos e passivos não circulantes, são ajustados ao seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a respectiva taxa de juros, explícita ou implícita.

Os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a referidos ativos e passivos são ajustados para o apropriado reconhecimento em conformidade com o regime de competência. A constituição do ajuste a valor presente é registrada nas rubricas, sujeitas a aplicação da norma, e tem como contrapartida a rubrica "resultado financeiro".

f) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O teste de recuperabilidade, "*impairment test*" tem por objetivo apresentar de forma prudente o valor real líquido de realização de um ativo. Esta realização pode ser de forma direta ou indireta, respectivamente, por meio de venda ou pela geração de caixa na utilização do ativo nas atividades da Companhia.

Anualmente a Companhia efetua o teste de recuperabilidade de seus ativos tangíveis ou intangíveis ou sempre que houver qualquer evidência internas ou externas que o ativo possa apresentar perda do valor recuperável.

O valor de recuperação de um ativo é definido como sendo o maior entre o valor justo do ativo ou o valor em uso de sua unidade geradora de caixa (UGC), salvo se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos.

Se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e é constituída uma provisão para desvalorização afim de ajustar o valor contábil para seu valor recuperável. Na avaliação do valor recuperável, o fluxo de caixa futuro estimado é descontado ao valor presente," exceção feita ao teste de recuperabilidade de impostos diferidos", adotando-se uma taxa de desconto, que representa o custo de capital da Companhia ("CAPM"), antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

As perdas por não recuperabilidade são reconhecidas no resultado do período em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável. A perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida, "exceto no caso do ágio que não pode ser revertido em períodos futuros", se houver alteração das premissas adotadas para definir o valor recuperável do ativo no seu reconhecimento inicial ou mais recente.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

f) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

Caso em período futuro o ativo tenha o seu valor aumentado após uma nova avaliação de recuperabilidade, haverá necessidade da reversão da provisão inicialmente constituída, "exceção ao *impairment* de ágio que uma vez constituída, não poderá mais ser revertida". A reversão da provisão esta limitada ao custo inicial do bem, líquido da depreciação e/ou amortização acumuladas. Essa reversão é reconhecida no resultado do período.

g) Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação acumuladas, se houver. O custo inclui o montante de reposição dos equipamentos e os custos de captação de empréstimos para projetos de construção de longo prazo, se satisfeitos os critérios de reconhecimento. Quando componentes significativos do imobilizado são repostos, a Companhia reconhece tais componentes como ativos individuais, com vidas úteis e depreciação específicas. Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfeitos os critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Categoria do ativos	Taxa de depreciação anual em %
	30.09.2011 e 31.12.2010
Edifícios	2,50%
Benfeitorias e melhorias	4,20%
Equipamentos de processamento de dados	10,00 a 50,00%
Instalações	4,20 a 10,00%
Móveis e utensílios	8,30 a 33,30%
Veículos	20,00%
Máquinas e equipamentos	2,80 a 50,00%

Itens do imobilizado, e eventuais partes significativas são baixados quando de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados de seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos (calculados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo) são incluídos no resultado.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis—Continuação

h) Custos de captação de empréstimos

Os custos de captação de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que demande um período de tempo substancial para ser finalizado para o uso ou venda pretendido (ativo qualificável), são capitalizados como parte do custo dos respectivos ativos. Todos os demais custos de captação de empréstimos são lançados como despesas no período em que ocorrem. Os custos de captação de empréstimos compreendem os juros e demais custos em que a Companhia incorre em função da captação de recursos.

i) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados pelo custo quando de seu reconhecimento inicial. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são determinados com base em seu valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são contabilizados pelo custo, deduzidas a amortização acumulada e as eventuais perdas por não recuperação acumuladas. Os ativos intangíveis gerados internamente, excluindo-se os custos capitalizados de desenvolvimento de *software*, não são capitalizados, e os gastos são refletidos na demonstração do resultado do período quando incorridos.

Os ativos intangíveis compreendem principalmente *software* adquirido de terceiros, *software* desenvolvido para uso interno, fundo de comércio (direito de usos das lojas), lista de clientes, contratos vantajosos de aluguel, contratos vantajosos de fornecimento de móveis e marcas.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

i) Ativos intangíveis--Continuação

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. Os ativos intangíveis de vida útil definida representado pelo contrato vantajoso de aluguel e contrato de fornecimento vantajoso de móveis são amortizados de acordo com os benefícios econômicos trazidos pelos contratos e submetidos a testes de recuperação quando há indícios de que o ativo intangível possa não ser recuperável. O período e o método de amortização são revistos, no mínimo, no encerramento de cada exercício. As alterações da vida útil prevista ou do padrão previsto de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são contabilizadas alterando-se o período ou o método de amortização, conforme o caso, e tratadas como mudanças das premissas contábeis. As despesas de amortização com ativos intangíveis de vida útil definida são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício, na categoria correspondente à função do ativo intangível.

Os custos de desenvolvimento de *software* reconhecido como ativo são amortizados ao longo de sua vida útil definida. O *software* é amortizado ao longo de dez anos.

Os ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, mas submetidos a testes de recuperação no encerramento de cada exercício ou sempre que houver indicação de que seu valor contábil poderá não ser recuperado, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação é revista anualmente para determinar se a vida útil indefinida continua válida. Caso contrário, a vida útil é alterada prospectivamente de indefinida para definida.

Os ganhos ou perdas resultantes do desreconhecimento de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado do período.

j) Classificação dos ativos e passivos como circulantes e não circulantes

Os ativos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com previsão de realização ou que se pretenda vender ou consumir no prazo de doze meses a partir da data do balanço, são classificados como ativos circulantes. Os passivos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com previsão de liquidação no prazo de doze meses a partir da data do balanço são classificados como circulantes. Todos os demais ativos e passivos (inclusive impostos diferidos) são classificados como "não circulantes".

Todos os impostos diferidos ativos e passivos são classificados como ativos ou passivos não circulantes, líquido por entidade consolidada.

k) Arrendamento mercantil

A definição de um acordo como arrendamento mercantil, ou contendo um arrendamento mercantil, baseia-se no teor do acordo em sua data inicial, isto é, se o cumprimento do acordo depende do uso de um ou mais ativos específicos ou se o acordo transfere um direito de uso do ativo.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

k) Arrendamento mercantil--Continuação

A Companhia como arrendatária

Os contratos de arrendamentos mercantil financeiro, que transferem para a Companhia substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios derivados da propriedade do item arrendado, são capitalizados quando do início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil, o que for menor. Os pagamentos de arrendamento mercantil são alocados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento mercantil, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ativos arrendados são depreciados ao longo de sua vida útil. Porém, se não houver uma certeza razoável de que a Companhia obterá a titularidade quando do encerramento do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo de sua vida útil estimada ou do prazo do arrendamento mercantil, o que for menor.

Os contratos de arrendamento mercantil são classificados como arrendamento mercantil operacional quando não há transferência do risco e benefícios derivados da titularidade do item arrendado.

Os pagamentos das parcelas dos arrendamentos mercantis (com exceção dos custos dos serviços, tais como seguro e manutenção) classificados como contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesas, conforme sua competência, durante o prazo do arrendamento mercantil.

A Companhia como arrendadora

Os arrendamentos mercantis em que a Companhia não transfere substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios da titularidade do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Os custos iniciais diretos de negociação dos arrendamentos mercantis operacional são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos ao longo do prazo do contrato, na mesma base das receitas de aluguéis.

Os aluguéis contingentes são reconhecidos como receitas nos períodos em que são auferidos.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

l) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em virtude de um evento passado, é provável de que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação, e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. Nas hipóteses em que a Companhia tem a expectativa de reembolso da totalidade ou de parte da provisão – como, por exemplo, em virtude de um contrato de seguro – o reembolso é reconhecido como um ativo à parte, mas somente quando é praticamente certo. A despesa relacionada à eventual provisão é apresentada na demonstração do resultado do período, líquida do eventual reembolso.

m) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo no encerramento do exercício, com base nos dividendos mínimos obrigatórios definidos em lei. Os eventuais valores que excederem esse mínimo são registrados somente na data em que tais dividendos adicionais são aprovados pelos acionistas da Companhia.

n) Patrimônio líquido

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido.

Quando uma parte relacionada adquire ações do capital social da Companhia (ações em tesouraria), a remuneração paga, incluindo os eventuais custos incrementais diretamente atribuíveis, é deduzida do capital dos acionistas da Companhia, até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são posteriormente reemitidas, a eventual remuneração recebida, líquida dos eventuais custos da operação diretamente atribuíveis, é incluída no capital aos acionistas da Companhia. Não se reconhecem perdas ou ganhos resultantes da compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos representativos do capital da própria Companhia. As eventuais diferenças entre o valor contábil e a remuneração são reconhecidas como outras reservas de capital.

o) Pagamento baseado em ações

Os funcionários (incluindo executivos seniores da Companhia) recebem remuneração sob a forma de pagamento baseado em ações, segundo os quais os funcionários prestam serviços em troca de instrumentos patrimoniais (“operações liquidadas com ações”).

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

o) Pagamento baseado em ações--Continuação

Operações liquidadas com ações

O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido, juntamente com um correspondente aumento do patrimônio líquido, ao longo do período no qual as condições de performance e/ou prestação de serviços são satisfeitas. As despesas acumuladas reconhecidas com relação aos instrumentos patrimoniais em cada data-base, até a data de aquisição, reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de instrumentos patrimoniais que serão adquiridos.

A despesa ou receita referente a cada período representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do período. Não são reconhecidas despesas referentes a serviços que não completarão o seu período de aquisição, exceto no caso de operações liquidadas com ações em que a aquisição depende de uma condição de mercado ou de não aquisição de direitos, as quais são tratadas como adquiridas, independentemente de ser satisfeita ou não a condição de mercado ou de não aquisição de direitos, desde que satisfeitas todas as demais condições de desempenho e/ou prestação de serviços.

Quando um instrumento de patrimônio é modificado, a despesa mínima reconhecida é a despesa que seria incorrida se os termos não houvessem sido modificados. Reconhece-se uma despesa adicional em caso de modificação que eleve o valor justo total da operação de pagamento baseado em ações ou que beneficie de outra forma o funcionário, conforme mensurado na data da modificação.

Em caso de cancelamento de um instrumento de patrimônio, esta é tratada como se fosse totalmente adquirida na data do cancelamento, e as eventuais despesas ainda não reconhecidas referentes ao prêmio, reconhecidas imediatamente ao resultado do período. Isso inclui qualquer prêmio cujas condições de não aquisição sob o controle da Companhia ou do funcionário não sejam satisfeitas. Porém, se o plano cancelado for substituído por um novo plano e designada como outorgas substitutas na data em que for outorgada, a outorga cancelada e o novo plano é tratado como se fosse uma modificação da outorga original, conforme descrito no parágrafo anterior. Todos os cancelamentos de transações liquidadas com ações são tratados da mesma forma.

O efeito dilutivo das opções em aberto é refletido como uma diluição adicional das ações no cálculo do lucro diluído por ação (Vide nota explicativa 26).

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

p) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado com base no número médio ponderado de ações de cada categoria em circulação durante o período, exceto as ações emitidas para pagamento de dividendos e ações em tesouraria.

O lucro diluído por ação é calculado pelo método das ações em tesouraria, conforme segue:

- *numerador*: lucro do período; e
- *denominador*: número de ações de cada categoria ajustado de modo a incluir as possíveis ações correspondentes a instrumentos dilutivos (opções de ações), deduzido o número de ações que poderiam ser recompradas no mercado, conforme o caso.

Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação.

q) Apuração do lucro líquido

As receitas são reconhecidas na medida em que for provável que a Companhia receberá benefícios econômicos e é possível mensurar as receitas de forma confiável. As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida, excluindo-se os descontos, abatimentos e impostos ou taxas sobre vendas. A Companhia avalia seus contratos geradores de receitas segundo critérios específicos para determinar se atua na qualidade de principal ou de agente. A Companhia concluiu que atua na qualidade de principal em todos os seus contratos geradores de receitas, salvo os que se referem a garantias estendidas e intermediação na venda de apólice de seguros. Nesse caso especificamente, a Companhia atua como agente, sendo a receita reconhecida numa base líquida, que reflete a comissão recebida das seguradoras. Além disso, devem ser satisfeitos os critérios de reconhecimento específicos a seguir para que as receitas sejam reconhecidas:

(i) *Receita*

a) Vendas de mercadorias

As receitas são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de mercadorias e serviços. As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Companhia deixa de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia são prováveis. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

q) Apuração do lucro líquido--Continuação

(i) *Receita*--Continuação

b) Receita de juros

Registra-se uma receita ou despesa de juros referente a todos os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva, que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos ou recebimentos de caixa futuros ao longo da vida útil prevista do instrumento financeiro – ou período menor, conforme o caso – ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída no resultado financeiro na demonstração do resultado do período.

(ii) *Lucro bruto*

O lucro bruto corresponde à diferença entre a receita líquida de vendas e o custo das mercadorias vendidas. O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos e bonificações recebidos de fornecedores, variações nos estoques e custos de logística.

A bonificação recebida de fornecedores é mensurada com base nos contratos e acordos assinados com os mesmos.

O custo das vendas inclui o custo das operações de logística administradas ou terceirizadas pela Companhia, compreendendo os custos de armazenamento, manuseio e frete incorridos até a disponibilização da mercadoria para venda. Os custos de transporte estão incluídos nos custos de aquisição.

(iii) *Despesas de vendas*

As despesas de venda compreendem todas as despesas das lojas, tais como salários, *marketing*, ocupação, manutenção, etc.

(iv) *Despesas gerais e administrativas*

As despesas gerais e administrativas correspondem às despesas indiretas e ao custo das unidades corporativas, incluindo compras e suprimentos, TI e funções financeiras.

(v) *Outras despesas operacionais líquidas*

As outras receitas e despesas operacionais correspondem aos efeitos de eventos significativos ocorridos durante o período que não se enquadrem na definição das demais rubricas da demonstração do resultado do período, adotada pela Companhia.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

q) Apuração do lucro líquido--Continuação

(vi) *Resultado financeiro*

As despesas financeiras incluem substancialmente todas as despesas geradas pela dívida líquida e pela securitização de recebíveis durante o período, compensadas com os juros capitalizados, as perdas relacionadas à mensuração dos derivativos pelo valor justo, as perdas com alienações de ativos financeiros, os encargos financeiros sobre demandas judiciais e impostos e despesas de juros sobre arrendamento mercantil financeiro, bem como ajustes referentes a descontos.

As receitas financeiras incluem os rendimentos gerados pelo caixa e equivalentes de caixa e por depósitos judiciais, os ganhos relacionados à mensuração de derivativos pelo valor justo, os descontos em compras obtidos de fornecedores e receitas referentes a descontos.

r) Tributação

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e contribuição social correntes ativos e passivos, referentes ao período atual e a períodos anteriores, são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor, nas datas dos balanços.

A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15%, sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R\$240 em lucro real por ano, no caso do IRPJ, e 9%, no caso da CSLL.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias, na data do balanço, entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis.

São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referente a todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá lucro tributável contra o qual se possa deduzir as diferenças temporárias e prejuízos fiscais não utilizados, exceto quando o imposto de renda e contribuição social diferido ativo referente à diferença temporária dedutível resulte do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

r) Tributação--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos referente a todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto quando o passivo fiscal diferido resultar do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo tributável.

Com relação às diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em subsidiárias e associadas, são reconhecidos o imposto de renda e contribuição social diferidos somente na medida em que seja provável que as diferenças temporárias serão revertidas em um futuro previsível e que haverá um lucro tributável contra o qual se possa utilizar as diferenças temporárias.

O valor contábil do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são revisados na data de cada balanço e reduzido na medida em que deixe de ser provável que haverá um lucro tributável suficiente para permitir a utilização da totalidade ou de parte do imposto de renda e contribuição social diferidos. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço e reconhecidos na medida em que tenha se tornado provável que haverá lucros tributáveis futuros que permitam a recuperação desses ativos.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são mensurados segundo as alíquotas previstas para ser aplicadas no período em que o ativo é realizado ou o passivo é liquidado, com base nas alíquotas (e leis tributárias) em vigor ou substancialmente em vigor nas datas dos balanços.

Impostos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado.

O imposto de renda e contribuição social diferido ativos e passivos são compensados se houver um direito legal ou contratual para compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais de imposto de renda, e os impostos diferidos se referirem à mesma companhia contribuinte e à mesma autoridade tributária.

Outros impostos

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS"), ao Imposto sobre Serviços ("ISS"), à contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS") e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), segundo as alíquotas vigentes em cada região, e são apresentadas como deduções das vendas no resultado do período.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

r) Tributação--Continuação

Outros impostos--Continuação

Os valores a recuperar derivados do ICMS, PIS e COFINS não cumulativos são deduzidos do custo das mercadorias vendidas.

Os impostos a recuperar ou impostos pagos antecipadamente estão demonstrados no ativo circulante e não circulante, de acordo com o momento previsto de sua realização.

Impostos sobre vendas

As receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos do valor do imposto sobre vendas, exceto:

- Quando o imposto sobre vendas incidente sobre uma compra de ativos ou serviços não é recuperável junto à autoridade fiscal – nesse caso, o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou como parte do item de despesa, conforme o caso; e
- Os valores a receber e a pagar demonstrados com o valor do imposto sobre vendas incluído. O valor líquido do imposto sobre vendas a recuperar ou a pagar à autoridade fiscal está incluído como parte dos valores a receber ou a pagar nos balanços patrimoniais.

s) Combinações de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas usando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado como a soma entre a contraprestação transferida, mensurada ao valor justo na data da aquisição, e o montante remanescente de participação dos acionistas não controladores na empresa adquirida. Para cada combinação de negócios, a adquirente mensura a participação dos acionistas não controladores na adquirida a valor justo ou pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida. Os custos de aquisição incorridos são tratados como despesa e incluídos nas despesas administrativas.

Quando a Companhia adquire um negócio, ela avalia os ativos e passivos financeiros assumidos para a apropriada classificação e designação segundo os termos contratuais, circunstâncias econômicas e condições pertinentes na data da aquisição. Isso inclui a separação dos derivativos embutidos em contratos pela empresa adquirida.

Caso a combinação de negócios seja efetuada em estágios, o valor justo na data da aquisição da participação detida anteriormente pelo adquirente na adquirida é reajustado ao valor justo na data da aquisição por meio do resultado.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

s) Combinações de negócios e ágio--Continuação

Qualquer pagamento contingente a ser transferido pelo adquirente será reconhecido ao valor justo na data da aquisição. Mudanças subsequentes no valor justo do pagamento contingente considerado como um ativo ou passivo serão reconhecidas segundo o CPC 38 (IAS 39) por meio do resultado ou como uma alteração nos outros resultados abrangentes. Caso o pagamento contingente seja classificado como patrimônio, não será reajustado até que seja finalmente liquidado dentro do patrimônio líquido.

O ágio é inicialmente mensurado ao custo, sendo o excedente entre a contraprestação transferida e o montante reconhecido de participação dos acionistas não controladores sobre os ativos adquiridos e os passivos assumidos. Caso esse pagamento seja menor que o valor justo dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida no resultado como ganho por compra vantajosa.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo, deduzidas eventuais perdas por não recuperação. Para fins de teste de perda do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, desde a data da aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que devem beneficiar-se da combinação de negócio realizada, independentemente se outros ativos ou passivos da adquirida serão atribuídos a essas unidades.

Em casos nos quais o ágio faz parte de uma unidade geradora de caixa e parte da operação dentro dessa unidade é vendida, o ágio associado à operação vendida é incluído no montante contábil da operação na determinação do lucro ou prejuízo auferido com a venda da operação. O ágio assim disposto é mensurado com base nos valores relativos da operação vendida e da parte da unidade geradora de caixa que foi mantida.

t) Plano de pensão

O plano de pensão é custeado por meio de pagamentos a seguradoras, sendo classificado como plano de contribuição definida de acordo com o CPC 33 (IAS 19). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão no qual a Companhia paga contribuições fixas para uma pessoa jurídica distinta. A Companhia não tem qualquer obrigação legal ou construtiva de efetuar contribuições adicionais se o fundo não dispuser de ativos suficientes para pagar a todos os funcionários os benefícios referentes ao tempo de serviço no período atual e nos períodos anteriores.

u) Programas de fidelidade de cliente

São utilizados pela Companhia para fornecer incentivos aos seus clientes na venda de produtos ou serviços. Se o cliente compra produtos ou serviços, a Companhia concede créditos aos mesmos. O cliente pode resgatar os créditos sem custo, na forma de desconto no valor dos produtos ou serviços.

A Companhia estima o valor justo dos pontos concedidos segundo o plano de fidelidade "Programa Mais", aplicando técnicas estatísticas, considerando os prazos de vencimentos do plano definidos no regulamento.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

5. Normas publicadas ainda não vigentes

Não há CPCs publicados ainda não vigentes, porém há normas IFRS publicadas para as quais ainda não há alteração nos CPCs vigentes, porém espera-se que as normas brasileiras estejam adequadas às normas internacionais até a data de início da vigência das mesmas. Segue um resumo das principais normas IFRS publicadas e ainda não vigentes, bem como a expectativa de impactos sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia:

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração - A IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013..

IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas - O IFRS 10 substitui do SIC 12 e IAS 27 e se aplica às demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais entidades. A norma passa a vigorar para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.

IFRS 11 –*Joint Ventures* - O IFRS 11 substitui SIC 13 e IAS 31 e se aplica às entidades controladas em conjunto. A norma passa a vigorar por períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.

IFRS 12 – Divulgação da participação em outras entidades - O IFRS 12 trata da divulgação de participação em outras entidades, cujo objetivo é possibilitar que os usuários conheçam os riscos, a natureza e os efeitos sobre as demonstrações financeiras dessa participação. A norma passa a vigorar para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.

IFRS 13 – Mensuração do valor justo - O IFRS 13 se aplica quando outros pronunciamentos de IFRS exigem ou permitem mensurações ou divulgações do valor justo ou (e mensurações, tais como o valor justo menos custo de venda, com base no valor justo ou divulgações sobre as referidas mensurações. A norma passa a vigorar por períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.

IFRIC 19 - Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital - A IFRIC 19 foi emitida em novembro de 2009 e passa a vigorar a partir de 1º de julho de 2010, sendo permitida sua aplicação antecipada. Esta interpretação esclarece as exigências das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) quando uma entidade renegocia os termos de uma obrigação financeira com seu credor e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar a obrigação financeira no todo ou em parte..

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

5. Normas publicadas ainda não vigentes--Continuação

O IASB emitiu esclarecimentos para as normas e emendas de IFRS com aplicabilidade após 01 de outubro de 2011. Abaixo elencamos as principais emendas:

- IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras;
- IAS 12 – Imposto sobre a renda;
- IAS 19 – Benefícios aos empregados;
- IAS 24 – Divulgações sobre partes relacionadas;
- IAS 27 – Demonstrações financeiras separadas;
- IAS 28 – Investimentos em coligadas;

A Companhia aprofundará seus estudos na adoção desses pronunciamentos e interpretações, entretanto não espera eventuais efeitos em suas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

6. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas

Julgamentos

A elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos e a evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do período. Porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais do valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou os seguintes julgamentos, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas:

- a) *Compromissos de arrendamento mercantil financeiro – A Companhia como arrendatária*

A Companhia celebrou contratos de locação de imóveis comerciais em sua carteira de imóveis arrendados e com base em uma avaliação dos termos e condições dos contratos, que retém a totalidade dos riscos e recompensas significativos da propriedade desses imóveis e contabilizou os contratos como arrendamento mercantil financeiro.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

6. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas--Continuação

Julgamentos -- Continuação

b) *Redução ao valor recuperável- "Impairment"*

Conforme divulgado nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia avaliou se havia indícios de ativos que poderiam não ser recuperáveis e no período findo em 30 de setembro de 2011 não foi identificado indícios ou fatos para uma nova avaliação.

Estimativas e premissas

a) *Impostos sobre a renda*

Existem incertezas quanto à interpretação da complexa regulamentação fiscal e quanto ao valor e momento do lucro real futuro. Em virtude da natureza e complexidade dos negócios da Companhia, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas ou as futuras alterações dessas premissas podem acarretar futuros ajustes de receitas e despesas tributárias já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas razoáveis, para as possíveis conseqüências de inspeções das autoridades fiscais dos respectivos países em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência de fiscalizações anteriores e as diferentes interpretações da regulamentação fiscal pela companhia contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem referir-se a uma grande variedade de questões, dependendo das condições vigentes no domicílio da respectiva companhia.

São reconhecidos o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos referentes a todos os prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá um lucro tributável contra o qual os prejuízos possam ser compensado. A definição do valor do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos que podem ser reconhecidos exige um grau significativo de julgamento por parte da Administração, com base nas estimativas de lucro e no nível de lucro futuro real, baseados no plano anual de negócios aprovado pelo Conselho de Administração.

Os prejuízos fiscais da Companhia totalizam um benefício fiscal de R\$768.277 em 30 de setembro de 2011 (R\$720.530 em 31 de dezembro de 2010). Esses prejuízos não têm prazo prescricional e referem-se a subsidiárias que dispõem de oportunidades de planejamento tributário para utilização parcial desses saldos. A Companhia registrou uma provisão para não recuperação desses ativos fiscais diferidos no valor de R\$79.196 em 30 de setembro de 2011 (R\$ 106.198 em dezembro de 2010).

A nota explicativa 22 fornece outros detalhes sobre impostos.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

6. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas--Continuação

b) *Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros*

Quando não é possível obtê-los em mercados ativos, o valor justo dos ativos e passivos financeiros registrados nas informações contábeis intermediárias é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo CPC 38 (IAS 39), a quem determina certas técnicas de avaliação, entre as quais o modelo do fluxo de caixa descontado. As informações para esses modelos são obtidos, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados ativamente em mercados organizados é apurado com base em cotações de mercado, nas datas dos balanços, sem dedução dos custos da operação. No caso de instrumentos financeiros não negociados ativamente, o valor justo baseia-se em técnicas de avaliação definidas pela Companhia e compatíveis com as práticas usuais do mercado. Essas técnicas incluem a utilização de operações de mercado recentes entre partes independentes, *benchmarking* do valor justo de instrumentos financeiros similares, análise do fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser observado em mercados ativos, eles são determinados usando técnicas de valorização, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As informações desses modelos são extraídos do mercado quando possível. Quando tais informações não são possíveis, julgamento é requerido na determinação do valor justo. O julgamento inclui considerações dos inputs tais como: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo dos instrumentos financeiros.

c) *Pagamentos baseados em ações*

A Companhia mensura o custo das transações com empregados liquidadas com ações com base no valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. A estimativa do valor justo das operações de pagamento baseado em ações exige uma definição do modelo de avaliação mais adequado, o que depende dos termos e condições da outorga. Essa estimativa exige também uma definição das informações mais adequadas para o modelo de avaliação, incluindo a expectativa de vida útil da opção de ações, a volatilidade e o retorno dos dividendos, bem como a elaboração de premissas correspondentes. As premissas e modelos adotados na estimativa do valor justo referente às operações de pagamento com base em ações estão evidenciados na nota explicativa 26.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

6. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas--Continuação

d) Perda do valor recuperável do ágio

A Companhia testa anualmente se os ágios sofreram alguma perda de acordo com a política contábil descrita na nota explicativa 4 e o CPC 1 (IAS 36). Os valores de recuperação das unidades geradoras de caixa foram apurados na preparação da demonstrações financeiras anuais, com base em cálculos do valor recuperável e cotações de mercado.

7. Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 eram remuneradas principalmente pela taxa do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). O recurso em aplicações financeiras disponíveis para saque e em contas bancárias são classificados como ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

	Taxa *	Controladora		Consolidado	
		30.09.2011	31.12.2010	30.09.2011	31.12.2010
Caixa e contas bancárias		46.459	100.717	185.658	417.561
<u>Aplicações financeiras:</u>					
Itaú	100,1%	592.014	279.058	1.237.391	1.727.488
Banco do Brasil	100,2%	287.382	568.741	831.304	696.331
Bradesco	101,2%	176.576	564.809	805.074	674.633
Santander	100,6%	2.999	53.443	162.298	70.087
Unibanco	104,1%	-	4.931	-	4.931
CEF	98,0%	2.860	2.668	2.860	2.668
Votorantim	101,4%	155.548	97.476	160.269	104.766
Safra	101,0%	21.558	49.849	172.308	53.750
Outros	100,4%	1.866	35.884	17.377	65.779
		1.287.262	1.757.576	3.574.539	3.817.994

*Taxa média do CDI

Para fins da demonstração do fluxo de caixa, o caixa e equivalente de caixa incluem a conta de capital de giro abaixo:

	<u>Consolidado</u>
	<u>30.09.2011</u>
Caixa e equivalente de caixa	3.574.539
Conta garantida (Nota 19 c)	<u>(27.667)</u>
	<u>3.546.872</u>

A conta garantida representa operações na modalidade *Daylight Overdraft Limit* com o banco Citibank, no qual a subsidiária NCB efetua os pagamentos a fornecedores para cobertura em D+1, sem encargos financeiros, classificado no passivo circulante.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

8. Títulos e valores mobiliários

	Consolidado	
	CDI	31.12.2010
Banco do Brasil	101,0%	315.332
Banco Santander	100,5%	190.307
Banco Safra	101,25%	102.363
		<u>608.002</u>
Circulante		600.613
Não circulante		7.389

Desde 30 de junho de 2011 as aplicações financeiras não apresentavam restrições para movimentação. Essas operações foram reclassificadas para caixa e equivalentes de caixa.

9. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2011	31.12.2010	30.09.2011	31.12.2010
Administradoras de cartões de crédito (a)	65.459	304.992	306.947	425.383
Tickets de vendas e outros	44.569	43.673	92.647	179.674
Financiamento ao consumidor (b)	-	-	1.741.027	879.620
Financiamento ao consumidor - Bradesco	-	-	76.740	619.541
Vendas a crédito - cheques pré-datados	951	2.110	4.242	6.492
Contas a receber de clientes do negócio atacado	-	-	37.547	13.233
Cartão de crédito própria - parcelamento sem juros	7.284	15.127	7.284	15.127
Contas a receber de fornecedores (g)	231.869	333.551	303.010	421.097
Provisão crédito de liquidação duvidosa (e)	-	-	(198.922)	(172.901)
Contas a receber de partes relacionadas	148.189	180.917	2.025	-
Contas a receber – FIDCs (c)	-	-	2.435.042	1.667.029
Ajuste a valor presente (d)	-	-	(15.419)	(7.061)
Circulante	498.321	880.370	4.792.170	4.047.234
Contas a receber – Paes Mendonça (f)	-	-	438.698	420.570
Financiamento ao consumidor	-	-	95.513	115.432
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (e)	-	-	(5.173)	(8.063)
Não circulante	-	-	529.038	527.939
	498.321	880.370	5.321.208	4.575.173

a) Administradoras de cartão de crédito

As vendas por cartão de crédito são recebíveis das empresas de cartões de crédito. Nas subsidiárias Globex, Nova Casa Bahia e Nova Pontocom, os recebíveis de cartões de crédito referentes à venda de eletrodomésticos vencem em parcelas de até 18 meses.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

9. Contas a receber--Continuação

a) Administradoras de cartão de crédito– Continuação

Por meio de suas subsidiárias Globex, Nova Casa Bahia e Nova Pontocom, a Companhia vende ou desconta seus recebíveis de cartões de crédito a bancos ou administradoras de cartões de crédito para obter capital de giro.

b) Financiamento ao consumidor

Correspondem aos financiamentos por crédito direto ao consumidor por interveniência (CDCI) que podem ser parcelados em até 24 meses, principalmente na subsidiária NCB.

A Companhia mantém contratos com instituições financeiras nos quais é designada como interveniente dessas operações. (Vide nota explicativa 19).

b.1) Financiamento ao consumidor – Banco Bradesco

Até novembro de 2010, a subsidiária NCB mantinha um acordo operacional com o Banco Bradesco (“Bradesco”), por intermédio de sua subsidiária Finasa, para a concessão de financiamento aos seus clientes com o objetivo de viabilizar a aquisição de mercadoria em suas lojas. Em decorrência dos financiamentos concedidos aos clientes, a NCB recebe o valor principal financiado pelo Bradesco no primeiro dia útil seguinte a data da venda.

Neste acordo, a NCB é responsável pela cobrança extrajudicial dos clientes inadimplentes, arcando com os correspondentes custos. Passados 45 dias do vencimento inicial das parcelas inadimplentes, a NCB adquire o crédito mediante cessão. Neste contexto, conforme requerimentos determinados no CPC 38 (IAS 39) – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, os riscos e benefícios atrelados ao contas a receber cedido ao Bradesco não são substancialmente transferidos a contraparte, sendo este reconhecido no balanço patrimonial da NCB, com contrapartida à rubrica “Empréstimos e Financiamentos”.

O saldo em aberto desses recebíveis de responsabilidade da NCB em 30 de setembro de 2011 era de R\$76.866 (R\$ 649.376 em 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

9. Contas a receber—Continuação

c) Contas a receber - FIDCs

A Companhia e controladas realizam operações de securitização de seus direitos creditórios representados substancialmente por vendas a crédito com tickets e contas a receber de administradoras de cartões de crédito, com Pão de Açúcar Fundos de Investimento em Direitos Creditórios ("PAFIDC") e Globex Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("Globex FIDC"). O volume de operações foi de R\$6.951.268 em 30 de setembro de 2011 (R\$9.802.951 em 31 de dezembro de 2010), para o PAFIDC e R\$3.054.885 em 30 de setembro de 2011 (R\$390.682 em 31 de dezembro de 2010) para o Globex FIDC, nos quais foram retidas a responsabilidade de prestação de serviços e participação subordinada. Os custos consolidados na securitização desses títulos foram de R\$97.308 (R\$87.015 em 30 de setembro de 2010) para o PAFIDC e R\$123.099 (R\$14.598 em 31 de dezembro de 2010) para a Globex FIDC, reconhecidos como despesas financeiras no resultado do período.

A prestação de serviços, que não é remunerada, inclui a análise de crédito e assistência pelo departamento de cobrança ao administrador do fundo.

Os saldos em aberto desses recebíveis no PAFIDC e Globex FIDC em 30 de setembro de 2011 foi de R\$2.435.042 (R\$1.667.029 em 31 de dezembro de 2010), líquidos de provisão para perdas.

d) Ajuste a valor presente

A taxa de desconto utilizada pela subsidiária NCB considera as atuais avaliações de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para o ativo. As operações de vendas a prazo com o mesmo valor à vista foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, adotando a taxa média mensal das operações de antecipação de recebíveis junto às administradoras de cartão de crédito, durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 essas taxas ficaram em média de 1,01% (0,66% e 1,05% em 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

9. Contas a receber—Continuaçãoe) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidações duvidosas baseia-se na média histórica de perdas complementada pelas estimativas das perdas futuras prováveis da Companhia:

	Consolidado	
	30.09.2011	31.12.2010
No início do período	(180.964)	(7.521)
Provisão para devedores duvidosos	(163.107)	(573.898)
Recuperações e baixas de provisões	139.976	400.455
No final do período	(204.095)	(180.964)
Circulante	(198.922)	(172.901)
Não circulante	(5.173)	(8.063)

	Total	A vencer	Vencidos e parcialmente provisionados para perdas			
			<30 dias	30-60 dias	61-90 dias	>90 dias
30.09.2011	5.321.208	4.556.658	93.950	31.378	18.844	620.378
31.12.2010	4.575.173	3.658.007	229.411	16.497	53.090	618.168

f) Contas a receber – Paes Mendonça

As contas a receber do Paes Mendonça referem-se a valores derivados do pagamento de passivos de terceiros pelas subsidiárias Novasoc e Sendas. Segundo disposições contratuais, essas contas a receber são corrigidas monetariamente (IGPM) e garantidas por direitos de locação comercial “Fundo de Comercio” de certas lojas atualmente operadas pela Companhia, pela Novasoc e pela Sendas. O vencimento das contas a receber está vinculado aos contratos de arrendamento.

g) Contas a receber de fornecedores

As contas a receber de fornecedores incluem bonificação e descontos obtidos de fornecedores. Esses valores são definidos em contrato ou acordos e incluem valores referentes a descontos por volume de compras, programas de *marketing* conjunto, reembolsos de fretes e outros programas similares.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

10. Outras Contas a Receber

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2011	31.12.2010	30.09.2011	31.12.2010
Contas a receber referente venda de ativo imobilizado	168	7.827	56.575	57.921
Publicidade cooperada com fornecedores	-	-	29.906	20.539
Adiantamentos a fornecedores	18.249	29.279	74.377	73.935
Contas a receber relativo a créditos não homologados	40.119	15.185	85.236	56.998
Contas a receber de operações virtuais	-	-	-	1.099
Sinistros a receber	286	1.993	69.164	45.306
Contas a receber serviços prestados	12.169	3.491	12.445	7.194
Aluguéis a receber – Galerias Comerciais	8.582	12.859	13.395	20.270
Empréstimos a funcionários	22.722	21.377	33.129	21.377
Outros	16.041	11.750	47.392	84.159
	118.336	103.761	421.619	388.798
Circulante	66.451	50.976	335.698	299.241
Não circulante	51.885	52.785	85.921	89.557

11. Fundos de securitização de recebíveisa) Fundo de Securitização de Recebíveis – Pão de Açúcar

O PAFIDC é um fundo de securitização de recebíveis constituído para fins de aquisição das contas a receber de clientes da Companhia e suas subsidiárias resultantes de vendas de produtos e serviços a seus clientes, exceto recebíveis de crediário e cheques pré-datados. O fundo tem prazo de duração definida, encerrando-se em 07 de dezembro de 2012.

A estrutura de capital do fundo em 30 de setembro de 2011 é composta por 10.295 quotas seniores detidas por terceiros no valor de R\$1.200.864 (R\$1.096.130 em 31 de dezembro de 2010), representando 89,76% do patrimônio do fundo (89,30% em 31 de dezembro de 2010) e 2.864 quotas subordinadas (idem em 31 de dezembro de 2010) detidas pela Companhia e subsidiárias no valor de R\$137.049, representando 10,24% do patrimônio do fundo (10,70% em 31 de dezembro de 2010).

As quotas subordinadas foram atribuídas à Companhia, e estão registradas no ativo da entidade controladora, como participação no fundo de securitização, com saldo de R\$122.693 em 30 de setembro de 2011 (R\$117.613 em 31 de dezembro de 2010). A participação retida em quotas subordinadas representa a exposição máxima à perda das transações de securitização.

A taxa de juros das quotas seniores está demonstrada a seguir:

Quotistas	Quantidade	30.09.2011		31.12.2010	
		Taxa CDI	Saldo a resgatar	Taxa CDI	Saldo a resgatar
Seniores A	5.826	109,5%	737.152	109,5%	672.861
Seniores B	4.300	109,5%	201.729	109,5%	184.135
Seniores C	169	109,5%	261.983	109,5%	239.134
			1.200.864		1.096.130

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

11. Fundos de securitização de recebíveis--Continuação

a) Fundo de Securitização de Recebíveis – Pão de Açúcar--Continuação

As quotas subordinadas são nominativas e intransferíveis e foram emitidas em uma única série. A Companhia resgatará as quotas subordinadas somente após o resgate das quotas seniores ou quando do encerramento do prazo do fundo. Uma vez remuneradas as quotas seniores, as quotas subordinadas receberão o saldo do patrimônio líquido do fundo depois de absorvidas as eventuais perdas nos recebíveis transferidos e eventuais perdas atribuídas ao fundo. Seu valor de resgate está sujeito aos riscos de crédito, pagamento antecipado e taxa de juros dos ativos financeiros transferidos.

Os detentores das quotas seniores não têm direito de regresso contra os demais ativos da Companhia em caso de inadimplência dos valores devidos pelos clientes. Conforme definido no contrato entre a Companhia e o PAFIDC, a transferência dos recebíveis é irrevogável, irretroativa e definitiva.

b) Fundo de Securitização de Recebíveis Globex – Globex FIDC

O Globex FIDC é um fundo de securitização de recebíveis constituído com o intuito de adquirir as contas a receber da Globex (principalmente de cartão de crédito), originadas da venda de produtos e serviços a seus clientes. O fundo foi constituído em 11 de novembro de 2010 e tem prazo de duração indeterminado.

A estrutura de capital do fundo em 30 de setembro de 2011 é composta de 11.666 quotas seniores detidas por terceiros, no valor de R\$1.295.662 (R\$1.184.387 em 31 de dezembro de 2010), representando 86,4% do patrimônio do fundo (87,5% em 31 de dezembro de 2010), e 191 quotas subordinadas (169 em 31 de dezembro de 2010), detidas pela Companhia e suas subsidiárias, no valor de R\$203.290 (R\$169.332 em 31 de dezembro de 2010), representando 13,6% do patrimônio do fundo (12,5% em 31 de dezembro de 2010).

As taxas de juros das quotas seniores estão demonstradas abaixo:

Quotista	Quantidade	30.09.2011		31.12.2010	
		Taxa do CDI	Saldo a resgatar	Taxa do CDI	Saldo a resgatar
Sênior - 1ª série	11.666	107,75%	1.295.662	107,75%	1.184.387

As quotas subordinadas são nominativas e intransferíveis e foram emitidas em uma única série. A Companhia resgatará as quotas subordinadas somente após o resgate das quotas seniores ou quando do encerramento do fundo. Uma vez remuneradas as quotas seniores, as quotas subordinadas receberão o saldo do patrimônio líquido do fundo depois de absorvidas as eventuais perdas nos recebíveis transferidos e eventuais perdas atribuídas ao fundo. Seu valor de resgate está sujeito aos riscos de crédito, pagamento antecipado e taxa de juros dos ativos financeiros transferidos.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

11. Fundos de securitização de recebíveis--Continuaçãob) Fundo de Securitização de Recebíveis Globex – Globex FIDC--Continuação

Os detentores das quotas seniores não têm direito de regresso contra os demais ativos da Companhia em caso de inadimplência dos valores devidos pelos clientes. Conforme definido no contrato entre a Companhia e o Globex FIDC, a transferência dos recebíveis é irrevogável, irretroativa e definitiva.

12. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2011	31.12.2010	30.09.2011	31.12.2010
Lojas	1.032.039	999.835	2.987.936	2.638.904
Centrais de distribuição	774.421	623.223	2.245.493	2.291.445
Bonificações em estoques	(35.588)	(40.883)	(49.981)	(51.345)
Provisão para obsolescência/quebras	(3.404)	(8.921)	(64.165)	(46.597)
Ajuste a valor presente	-	-	(22.218)	(8.639)
	1.767.468	1.573.254	5.097.065	4.823.768

A Companhia apropria a resultado a bonificação recebida de fornecedores na medida em que o estoque que deu origem a bonificação se realiza. As bonificações em estoque na Controladora recebidas e não realizadas totalizam R\$35.588 (R\$40.883 em 31 de dezembro de 2010), no consolidado R\$49.981 (R\$51.345 em 31 de dezembro de 2010). Além disso, a companhia efetua provisões para obsolescência (baixo giro) e quebras de estoque totalizando R\$ 3.404 (R\$8.921 em 31 de dezembro de 2010) e R\$ 64.165 (R\$ 46.597 em 31 de dezembro de 2010) na controladora e no consolidado, respectivamente.

O ajuste a valor presente dos estoques refere-se à contrapartida do ajuste a valor presente de fornecedores da subsidiária indireta NCB.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

13. Impostos a recuperar

Os saldos de impostos a recuperar referem-se a créditos de Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2011	31.12.2010	30.09.2011	31.12.2010
Circulante				
Imposto sobre vendas	224.252	263.936	1.089.789	671.054
ICMS a recuperar	224.252	221.899	845.079	464.152
PIS/COFINS a recuperar	-	42.037	244.710	206.902
Imposto de renda	97.859	41.392	180.308	141.387
Aplicação Financeira	49.667	24.192	121.887	116.656
Outros	48.192	17.200	58.421	24.731
Outros	95.901	58.894	142.833	77.201
ICMS a recup. s/ Imob.	20.699	9.323	34.343	16.480
ICMS Subst. Tribut,	55.208	28.260	53.200	28.697
Outros	19.994	21.311	55.290	32.024
Ajuste a valor presente	(572)	(460)	(1.307)	(1.287)
	417.440	363.762	1.411.623	888.355
Não Circulante				
Imposto sobre vendas	-	111.812	85.111	206.765
ICMS a recuperar	-	-	71.130	71.063
PIS/COFINS a recuperar	-	111.812	13.981	135.702
Outros	15.515	15.494	20.590	19.632
ICMS a recup. s/ Imob.	15.515	15.494	20.590	19.632
Ajuste a valor presente	(6.540)	(7.504)	(12.838)	(12.891)
	8.975	119.802	92.863	213.506
	426.415	483.564	1.504.486	1.101.861

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

14. Partes relacionadasa) Vendas e compras de mercadorias

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2011	31.12.2010	30.09.2011	31.12.2010
Cientes				
Novasoc Comercial	31.005	37.678	-	-
Sé Supermercados	76.682	94.321	-	-
Sendas Distribuidora	37.184	47.682	-	-
Barcelona	1.294	1.849	-	-
Xantocarpa	1	2	-	-
Globex	928	1.617	-	-
Nova PontoCom	1.095	6.023	-	-
	148.189	189.172	-	-
Fornecedores				
Novasoc Comercial	6.926	2.289	-	-
Sé Supermercados	2.729	3.745	-	-
Sendas Distribuidora	7.361	11.530	-	-
Barcelona	1.250	2.131	-	-
Xantocarpa	524	752	-	-
FIC	2.050	7.242	2.603	8.879
Globex	435	853	-	-
Nova PontoCom	500	803	-	-
Globalbev bebidas e alimentos	481	-	526	-
Bravo Café	215	-	215	-
Fazenda da Toca Ltda	199	-	237	-
	22.670	29.345	3.581	8.879
	30.09.2011	30.09.2010	30.09.2011	30.09.2010
Vendas				
Novasoc Comercial	239.123	220.731	-	-
Sé Supermercados	575.326	578.946	-	-
Sendas Distribuidora	220.512	188.145	-	-
Barcelona	3.721	15.866	-	-
Globex	4	873	-	-
Nova PontoCom	15.446	58.824	-	-
ECQD Participações	1.545	-	-	-
	1.055.677	1.063.385	-	-
Compras				
Novasoc Comercial	2.633	1.767	-	-
Sé Supermercados	10.172	8.520	-	-
Sendas Distribuidora	22.988	7.260	-	-
Nova PontoCom	-	20	-	-
ECQD Participações	1	-	-	-
Globalbev bebidas e alimentos	7.944	-	9.992	-
Bravo Café	1.209	-	1.209	-
Sykué Geração de energia Ltda	22.439	-	22.318	-
Fazenda da Toca Ltda	2.205	-	2.375	-
	69.591	17.567	35.894	-

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

14. Partes relacionadas--Continuação

As transações com partes relacionadas, conforme acima apresentadas, são realizadas a custo e são eliminadas nas informações contábeis intermediárias consolidadas.

b) Outras operações

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2011	31.12.2010	30.09.2011	31.12.2010
Ativo				
Novasoc Comercial	11.037	-	-	-
Sé Supermercados	6.116	-	-	-
Casino (i)	1.657	5.519	1.657	5.519
FIC / BINV (iv)	-	-	3.714	-
Sendas S.A.	-	17.824	-	17.824
Sendas Distribuidora	810.094	564.208	-	-
Xantocarpa	17.762	3.916	-	-
Barcelona	146.950	178.909	-	-
Vedra	20	-	-	-
Globex	14.568	8.570	-	-
Casas Bahia Comercial Ltda. (v)	-	-	142.475	120.605
Nova PontoCom	12.240	308	-	-
Vancouver	2.970	2.351	-	-
ECQD - sócios (vi)	33.081	-	33.081	-
Wilkes	676	-	676	-
Outros	28.863	22.951	38.906	32.293
	1.086.034	804.556	220.509	176.241
Passivo				
Novasoc Comercial	-	34.867	-	-
Sé Supermercados	-	48.936	-	-
Fundo Península (ii)	11.293	14.410	11.649	14.894
Barcelona	-	324.350	-	-
Globex	87.595	79.689	-	-
FIC (iv)	1.762	5.320	6.761	6.886
Casas Bahia Comercial Ltda. (v)	-	-	478	231.203
Outros	9.244	6.248	3.262	21.308
	109.894	513.820	22.150	274.291
	30.09.2011	30.09.2010	30.09.2011	30.09.2010
Demonstração do resultado				
Novasoc Comercial	6.283	6.163	-	-
Sé Supermercados	16.246	16.070	-	-
Sendas Distribuidora	37.898	26.846	-	-
Casino (i)	(4.165)	(3.967)	(4.165)	(3.967)
Fundo Península (ii)	(103.947)	(101.430)	(108.293)	(104.601)
Grupo Diniz (iii)	(12.856)	(9.595)	(13.755)	(6.346)
Sendas S.A.	-	(27.288)	-	(41.754)
Sykué Consultoria em energia Lt. (ix)	(671)	-	(994)	-
Casas Bahia Comercial Ltda. (v)	-	-	58.833	-
FIC/Banco Investcred (iv)	-	(6.045)	1.842	(5.707)
Outros	(6.300)	(6.299)	(6.300)	(6.299)
	(67.512)	(105.545)	(72.832)	(168.674)

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

14. Partes relacionadas--Continuação

b) Outras operações--Continuação

- i. *Casino*: Contrato de Assistência Técnica, assinado entre a Companhia e o Casino em 21 de julho de 2005, pelo pagamento anual de US\$ 2.727 mil, permite-se a transferência de *know-how* no âmbito administrativo e financeiro. O contrato é válido por 7 anos, com renovação automática por prazo indeterminado. Este contrato foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 16 de agosto de 2005.
- ii. *Fundo Península*: 58 contratos de locação de imóveis com a Companhia, 1 imóvel com a Novasoc, 1 imóvel com a Sé e 1 imóvel com a Barcelona.
- iii. *Família Diniz*: Locação de 15 imóveis para a Companhia e 2 imóveis para a Sendas Distribuidora.
- iv. *FIC/Banco Investcred*: O impacto na demonstração do resultado relativa ao Banco Investcred representa: (i) reembolso das despesas oriundas do contrato de infraestrutura, tais como: despesas relativas à folha de pagamento de operadores de caixa e comissões pela venda de produtos financeiros; (ii) despesas financeiras relativas ao desconto de recebíveis (chamados "desconto financeiro"), e (iii) receitas de aluguel de imóveis.
- v. *Casas Bahia*: Globex tem contratos de aluguel de centros de distribuição, prédios comerciais e administrativos com os Administradores de Casas Bahia Comercial Ltda.
- vi. *Administradores da Nova Pontocom (ECQD)*: Em novembro de 2010, no contexto da reestruturação dos negócios de comércio eletrônico do GPA, a Companhia concedeu a determinados administradores estatutários da Nova Pontocom Comércio Eletrônico S.A, um mútuo no valor de R\$10.000 bem como celebrou contrato de permuta com torna no valor de R\$ 20.000, ambos com vencimentos em 8 de janeiro de 2018 e devidamente reajustados.
- vii. *Dunnhumby International Limited*: Contrato entre GPA e Dunnhumby para análise de informações de programas de fidelidade, bem como a entrega de relatórios e informações para otimização da gestão comercial e estratégia das categoria, via cessão de direito de uso de *software*. O montante em 2011 é de R\$ 3.585.
- viii. *Sykué geração de Energia*: Aquisição de Energia Elétrica no Mercado Livre para abastecimento de diversas unidades consumidoras da Companhia.
- ix. *Sykué consultoria*: Prestação de Serviços de planejamento energético para suprimento de energia elétrica, com projeção do consumo de energia para cada unidade consumidora, durante 102 meses (estudo de viabilidade econômica dos custos da manutenção das lojas no mercado cativo ou no mercado livre) e assessoria regulatória junto a ANEEL, CCEE e NOS.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

14. Partes relacionadas--Continuaçãob) Outras operações--Continuação

- x. *Outras*: Despesas pagas pela Companhia as suas subsidiárias e a outras empresas associadas. Outras partes relacionadas não descritas nesta nota explicativa não apresentam saldos ou operações nos períodos.

As operações com partes relacionadas mostradas acima são resultado principalmente de operações que a Companhia e suas subsidiárias mantêm entre si e com outras entidades relacionadas, e foram contabilizadas substancialmente segundo os preços, termos e condições contratadas entre as partes.

c) Remuneração da Administração

As despesas relativas à remuneração do pessoal da alta administração (Diretores indicados conforme o Estatuto Social e o Conselho de Administração), que foram registradas na demonstração do resultado do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, foram às seguintes:

Em relação à remuneração total				
	Salário base	Remuneração variável	Plano de Opção de compra de ações	Total
Conselho de Administração (*)	-	5.269	-	5.269
Diretoria	17.636	22.823	9.850	50.309
Conselho Fiscal	324	-	-	324

(*) Variável de acordo com o número de participação em reunião.

15. Investimentosa) Composição dos investimentos

	Controladora							Total
	Sé	Sendas	Novasoc	Globex	Nova Pontocom	NCB (*)	Outros	
Saldos em 31.12.2010	1.702.505	35.378	30.041	1.261.781	18.994	1.015.547	23.856	4.088.102
Adições	-	-	-	-	-	-	29.599	29.599
Varição Cambial	-	-	-	-	-	-	990	990
Baixa	(152.074)	(36.655)	(11.271)	-	-	-	-	(200.000)
Equivalência	81.233	14.636	19.001	(6.129)	1.429	(24.749)	5.227	90.648
Ganho/Perda	-	-	-	1.060	723	-	-	1.783
Participação Acionária	-	-	-	1.060	723	-	-	1.783
Saldos em 30.09.2011	1.631.664	13.359	37.771	1.256.712	21.146	990.798	59.672	4.011.122

(*) Refere-se à combinação de negócio.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

15. Investimentos -- Continuaçãoa) Composição dos investimentos -- Continuação

	Consolidado			
	FIC	Binv/ Globex	Outros	Total
Saldos em 31.12.2010	206.373	24.002	2.165	232.540
Adições	-	-	111	111
Baixa	(695)	(13.527)	-	(14.222)
Equivalência patrimonial	14.373	10.132	2	24.507
Saldos em 30.09.2011	220.051	20.607	2.278	242.936

(i) *FIC*

As informações financeiras resumidas da FIC em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 são os seguintes:

	Consolidado	
	30.09.2011	31.12.2010
Ativo circulante	3.112.494	3.118.059
Ativo não circulante	190.005	289.963
Ativo total	3.302.499	3.408.022
Passivo circulante	2.685.430	2.783.045
Passivo não circulante	43.429	36.259
Patrimônio líquido	573.640	588.718
Total passivo e patrimônio líquido	3.302.499	3.408.022
<u>Resultados operacionais:</u>		
Receitas	650.064	918.415
Resultados operacionais	(9.800)	145.756
Lucro líquido	24.801	93.302

Para efeito do cálculo do investimento o Patrimônio da investida deve ser reduzida a reserva de ágio, cuja reserva de direito do Itaú.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

15. Investimentos--Continuação

a) Composição dos investimentos--Continuação

(ii) *Sendas*

Compra de participação de acionistas não controladores de Sendas Distribuidora

Sendas S.A. e Barcelona Comércio Varejista e Atacadista S.A. (subsidiária da Companhia) celebraram um Compromisso de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, segundo o qual as ações de Sendas Distribuidora detidas por Sendas S.A. foram transferidas à Barcelona Comércio Varejista e Atacadista S.A. A aquisição desta participação minoritária foi aprovada pelo Conselho de Administração, em 23 de fevereiro de 2011, e pela assembléia geral da Companhia, em 14 de março de 2011. Aprovada a aquisição, Sendas S.A. transferiu à Barcelona Comércio Varejista e Atacadista S.A. a totalidade da sua participação na Sendas Distribuidora, equivalente a 42,57% do capital social total à época, pelo preço de R\$377.000, a ser liquidado da seguinte forma: R\$59.000 mediante transferência das ações e a parcela remanescente, no valor de R\$318.000, em 6 parcelas anuais iguais e consecutivas de R\$53.000 cada uma, vencendo a primeira delas em julho de 2011, com previsão de atualização pelo IPCA a partir da 4a. parcela, tomando-se como base o mês de julho de 2010. O valor presente da obrigação assumida, em 30 de setembro de 2011, é de R\$232.674 (R\$324.350 em 31 de dezembro de 2010).

b) Contas a pagar por aquisição de participação de acionistas não controladores

	Consolidado	
	30.09.2011	31.12.2010
Aquisição de participação em Assai (i)	4.451	188.194
Aquisição de participação em Sendas Distribuidora (ii)	232.674	324.350
	237.125	512.544
Passivo circulante	53.409	297.484
Passivo não circulante	183.716	215.060

- i. Contas a pagar pela aquisição de participação acionária não controladora de Assai, subsidiária que desenvolve os negócios de "atacarejo" para o Grupo. O contas a pagar será liquidado durante o exercício de 2011.
- ii. Contas a pagar pela aquisição de participação acionária não controladora de Sendas Distribuidora, que será liquidada em 6 parcelas anuais, sendo a última amortização em dezembro de 2017, conforme descrito no item a).

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

16. Combinação de negócios e aquisição de participações de não controladores

a) Associação com Nova Casa Bahia

Contexto da associação

Em 4 de dezembro de 2009, a Casa Bahia Comercial Ltda. ("CB"), a Companhia e a sua subsidiária, Globex Utilidades S.A. celebraram Acordo de Associação ("Acordo de Associação") visando a integração dos seus negócios de varejo de bens duráveis e de comércio eletrônico de bens duráveis.

Em 3 de fevereiro de 2010 as partes assinaram com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") um Acordo Provisório para Manutenção da Reversibilidade da Operação ("APRO"), determinando as seguintes ações: (i) manutenção das marcas "Casas Bahia" e "Ponto Frio", bem como a realização de campanhas promocionais separadas, assegurando investimentos em propaganda e marketing em patamares compatíveis com os exercícios anteriores, ressalvadas as hipóteses excepcionais decorrentes da conjuntura econômica; (ii) manutenção em funcionamento das lojas existentes nos 146 municípios nos quais "Casas Bahia" e "Ponto Frio" estão presentes; (iii) manutenção dos seus respectivos Centros de Distribuição (CDs) e da fábrica de móveis Bartira; (iv) manutenção das respectivas políticas de concessão de crédito; e (v) manutenção das estruturas de compras e dos seus instrumentos contratuais comerciais separados, ainda que possam, desde logo, atuar de forma conjunta nessa área. Ressalvadas essas condições específicas, tanto Globex como NCB, poderão adotar as medidas que sejam necessárias para a integração das atividades e capturar as sinergias resultantes da operação. A presente operação está pendente de aprovação perante o CADE.

Em 1º de julho de 2010, as partes celebraram aditivo ao Acordo de Associação, no qual as partes revisaram certas condições para a associação, bem como definiram as etapas necessárias para sua implementação.

Como etapa preliminar a integração desses negócios, em 1º de outubro de 2010 os ativos operacionais de CB foram transferidos à Nova Casa Bahia S.A. ("NCB") mediante processo de cisão parcial. Nessa transferência foi incluída uma participação societária de 25% na Indústria de Móveis Bartira Ltda. (os outros 75% continuam em poder da CB).

Assim, a partir de 1º de outubro de 2010, NCB passou a operar sob a marca "Casas Bahia", a qual está presente em 11 estados brasileiros e no Distrito Federal, representada com 526 lojas e 8 centros de distribuição, comercializando uma variada gama de produtos eletroeletrônicos, eletrodomésticos e aparelhos domésticos, tais como móveis, brinquedos eletrônicos, produtos de escritório, celulares, computadores e acessórios.

Em 9 de novembro de 2010, como etapa preparatória do processo de incorporação de ações de NCB por Globex, a Companhia promoveu a concentração das atividades de varejo e de comércio eletrônico de bens duráveis na Globex. Para tanto, a Companhia realizou contribuições de capital em sua subsidiária Globex, enquanto sociedade que agregou todas as atividades acima referidas, dos seguintes valores: (i) ativos líquidos da operação de eletroeletrônicos da Companhia, estabelecida pela marca "Extra-Eletrô", no montante de R\$89.826; (ii) aplicações financeiras no montante de R\$290.143; e (iii) recebíveis entre subsidiárias da Companhia, no montante de R\$375.550. Na mesma data, os acionistas de Globex aprovaram a incorporação de ações de NCB, de forma que a Globex passou a operar com as bandeiras "Ponto Frio" e "Casas Bahia".

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

**16. Combinação de negócios e aquisição de participações de não controladores--
Continuação**a) Associação com Nova Casa Bahia--Continuação*Determinação da contraprestação transferida pela aquisição de controle de NCB*

Com as contribuições de capital estabelecidas, e como parte do processo de incorporação das ações de NCB ao patrimônio líquido de Globex, GPA transferiu para os sócios de CB o equivalente a aproximadamente 47% da totalidade de seu investimento em Globex, sendo esta determinada como a contraprestação total transferida pela aquisição de controle de NCB ("Contraprestação total transferida").

Como Globex é uma companhia de capital aberto, com ações cotadas em bolsa de valores com negociações regulares no mercado organizado (Bovespa), praticadas por compradores e vendedores independentes, para fins contábeis o valor justo da contraprestação transferida foi determinada pela cotação final da ação ordinária de Globex, negociada no pregão da Bovespa em 9 de novembro de 2010, conforme demonstrado abaixo:

	<u>31.12.2010</u>
Quantidade de ações ordinárias mantidas por CBD, correspondentes a participação de 98,77% detida	168.927.975
Cotação da ação ordinária de Globex em 09 de novembro de 2010 - R\$	15,00
Valor de mercado (Bovespa) do investimento em Globex - 98,77%	<u>2.533.920</u>
47% do valor de mercado do investimento em Globex cedidos aos acionistas de CB	1.193.082
Dividendos fixos obrigatórios aos acionistas de Bartira (i)	6.069
<i>Ativos recebidos de CB e considerados como contraprestação transferida:</i>	
Opção de compra de participação controladora de Bartira, líquido de imposto de renda e contribuição social (ii)	(274.563)
Participação de acionistas não controladores sobre os ativos recebidos	130.571
Valor da contraprestação total transferida	<u><u>1.055.159</u></u>

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

16. Combinação de negócios e aquisição de participações de não controladores-- Continuação

a) Associação com Nova Casa Bahia--Continuação

- (i) Conforme Acordo de Associação pactuado, a Bartira realizará uma distribuição desproporcional do resultado obrigatória aos seus acionistas, de forma a assegurar a CB o recebimento de R\$ 12 milhões a título de dividendos, nos próximos três anos. Este dividendo mínimo obrigatório que Bartira deverá pagar como uma distribuição desproporcional, foi considerada, de acordo com o CPC15 e IFRS 3R, como parte da contraprestação total transferida pela aquisição de controle de NCB;
- (ii) Contrato de fornecimento de móveis pela Bartira: a NCB possui contrato exclusivo de fornecimento com a Bartira. Este contrato apresenta condições vantajosas à NCB na aquisição de móveis, quando comparadas as margens estabelecidas no setor. O montante foi estabelecido por informações de transações comparáveis no mercado;
- (iii) Contrato vantajoso sobre aluguel de imóveis, pactuado com CB: refere-se aos imóveis de CB, compreendidos por lojas, centros de distribuição e edificações, que são objeto de arrendamento mercantil operacional realizado por NCB. Sua mensuração foi realizada por informações de transações comparáveis no mercado;
- (iv) Valor justo da opção de compra da Bartira: as partes outorgaram, através do Acordo de Associação, opções de compra e venda sobre as participações detidas por GPA e CB, em Bartira. As condições são definidas como segue:
 - Durante o período de restrição definido no Acordo de Associação como 36 meses, NCB tem o direito de vender sua participação de 25% no capital social de Bartira por R\$1,00 ("Um real");
 - Para o período compreendido entre o fim do período de restrição e o término do 6º ano do Acordo, NCB pode adquirir os restantes 75% de participação no capital social de Bartira, atualmente detida por CB, pelo montante de R\$175.000, ajustado pelo IPCA; e
 - Na hipótese de NCB não exercer a opção de compra referida acima, ao final do 6º ano, CB tem a obrigação de adquirir a participação de 25% de NCB pelo montante de R\$58.500, ajustado pelo IPCA.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

**16. Combinação de negócios e aquisição de participações de não controladores--
Continuação**a) Associação com Nova Casa Bahia--Continuação

Valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos (provisório)

Os valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de NCB, na data da combinação de negócios, são os seguintes:

	Balanco de abertura	(i) Valor justo do investimento detido em Bartira	(ii) Marca "Casas Bahia"	(iii) Fundo de Comércio	(iv) Contrato de fornecimento em condições favoráveis	(iii) Contrato de aluguel em condições favoráveis	Balanco após a alocação provisional do preço de compra
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	64.957	-	-	-	-	-	64.957
Aplicações financeiras	586.536	-	-	-	-	-	586.536
Contas a receber de clientes	2.434.960	-	-	-	-	-	2.434.960
Estoques	1.360.420	-	-	-	-	-	1.360.420
Impostos a recuperar	269.352	-	-	-	-	-	269.352
Imposto de renda diferido	142.342	(46.770)	(549.242)	(136.344)	(47.971)	(87.075)	(725.060)
Despesas antecipadas	58.498	-	-	-	-	-	58.498
Outros	268.059	-	-	-	-	-	268.059
Investimentos em associadas	-	137.560	-	-	-	-	137.560
Imobilizado	570.889	-	-	-	-	-	570.889
Intangível	57.217	-	1.615.417	401.011	141.092	256.103	2.470.840
	<u>5.813.230</u>	<u>90.790</u>	<u>1.066.175</u>	<u>264.667</u>	<u>93.121</u>	<u>169.028</u>	<u>7.497.011</u>
Passivo							
Contas a pagar	(1.063.178)	-	-	-	-	-	(1.063.178)
Empréstimos e financiamentos	(1.438.859)	-	-	-	-	-	(1.438.859)
Impostos a pagar	(448.565)	-	-	-	-	-	(448.565)
Receitas diferidas	(230.637)	-	-	-	-	-	(230.637)
Provisão para contingências	(33.796)	-	-	-	-	-	(33.796)
Outros	(1.405.165)	-	-	-	-	-	(1.405.165)
	<u>(4.620.200)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.620.200)</u>
Ativos Líquidos	<u>1.193.030</u>	<u>90.790</u>	<u>1.066.175</u>	<u>264.667</u>	<u>93.121</u>	<u>169.028</u>	<u>2.876.811</u>

- (i) Valor justo do investimento detido em Bartira (25%): refere-se a mensuração do valor justo do investimento atualmente detido pela NCB de 25% do capital social de Bartira. Sua mensuração foi realizada por múltiplos de EBITDA, obtidos de empresas comparáveis no mercado.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

16. Combinação de negócios e aquisição de participações de não controladores-- Continuação

a) Associação com Nova Casa Bahia--Continuação

Valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos (provisório)--
Continuação

- (ii) Marca "Casas Bahia": A marca é tradicional e conhecida no mercado varejista brasileiro, sendo considerada uma das mais valiosas por empresas especializadas na avaliação de marcas. Dado a força e reconhecimento desta marca, um participante de mercado não deveria descontinuí-la. Sua mensuração foi baseada pela metodologia "*royalties relief*", que representa o quanto seria a remuneração praticada pelo mercado pela utilização da marca, caso esta não fosse adquirida; e
- (iii) Fundo de comércio: pontos comerciais, muitos deles localizados em shoppings centers de grande movimentação. Tanto em shoppings como em lojas de rua, é comum a cobrança de taxas de cessão de direitos de uso do ponto na transferência deste ativo. Sua mensuração foi realizada por informações de transações comparáveis no mercado.

Nenhum passivo ou ativo contingente foi identificado e reconhecido na data da aquisição e mesmo que fosse, seria indenizável por CB ou GPA, conforme o caso.

O valor justo da participação de acionistas não-controladores foi mensurado aplicando a participação por eles detida, pelo valor justo dos ativos líquidos identificáveis de NCB na data da combinação de negócios, conforme demonstrado abaixo:

	31.12.2010
Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	2.614.662
Participação de acionista não controlador	47,56%
Participação de acionista não controlador - mensurado pelo método da parcela proporcional ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos	1.243.533

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

16. Combinação de negócios e aquisição de participações de não controladores-- Continuação

a) Associação com Nova Casa Bahia--Continuação

Ganho por compra vantajosa

Como resultado da: (i) mensuração da consideração total transferida pela aquisição do controle de NCB, (ii) mensuração da participação do acionista não controlador, e (iii) mensuração dos ativos e passivos identificáveis ao valor justo, a Companhia apurou contabilmente um ganho por compra vantajosa, no montante de R\$453.569, reconhecido na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, na rubrica Outras despesas operacionais, e demonstrado abaixo:

	<u>31.12.2010</u>
Contraprestação total transferida pela aquisição de controle de NCB	(917.699)
Participação de acionista não controlador - mensurado pelo método da parcela proporcional ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos da parcela proporcional ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos	(1.243.394)
Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	<u>2.614.662</u>
Ganho por compra vantajosa resultante na aquisição do controle de NCB	<u>453.569</u>

Mensuração subsequente – alocação provisional do preço de compra

A aquisição de controle da NCB foi contabilizada segundo o método de aquisição, em concordância com o IFRS 3R e CPC 15. A Companhia não obteve uma avaliação final do valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a fim de concluir a avaliação do ganho por compra vantajosa, referente à aquisição de controle de NCB.

Em cumprimento ao IFRS 3R e CPC 15, a Companhia irá concluir a coleta de dados e a avaliação do valor justo dos ativos líquidos adquiridos e da contraprestação transferida durante 2011 nos 12 meses a contar da data da combinação de negócios.

Os custos da transação, no total de R\$100.100, foram tratados como despesa e incluídos na rubrica outras despesas operacionais na demonstração de resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

17. Imobilizado

a) Controladora

	Saldo em:					Saldo em:
	31.12.2010	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências	30.09.2011
Terrenos	820.088	-	-	-	(14.000)	806.088
Edifícios	1.795.263	20.563	(42.604)	(31)	167.984	1.941.175
Benfeitorias em imóveis de terceiros	986.223	200	(53.084)	(2.161)	127.400	1.058.578
Máquinas e equipamentos	363.139	113.831	(57.444)	(6.386)	44.131	457.271
Instalações	92.104	14.777	(7.124)	(183)	9.120	108.694
Móveis e utensílios	160.882	29.331	(18.237)	(1.857)	19.464	189.583
Veículos	15.192	7.264	(3.504)	(1.082)	534	18.404
Imobilizado em andamento	421.480	333.761	-	(10.405)	(404.979)	339.857
Outros	120.988	20.722	(4.927)	(30)	(101.950)	34.803
	4.775.359	540.449	(186.924)	(22.135)	(152.296)	4.954.453
Arrendamento mercantil financeiro:						
Equipamentos de informática	3.666	19.708	(3.007)	-	2.934	23.301
Edifícios	22.973	-	(1.024)	-	-	21.949
	26.639	19.708	(4.031)	-	2.934	45.250
Total	4.801.998	560.157	(190.955)	(22.135)	(149.362)	4.999.703

	Saldo em 30.09.2011			Saldo em 31.12.2010		
	Custo	Depreciação		Custo	Depreciação	
		acumulada	Líquido		acumulada	Líquido
Terrenos	806.088	-	806.088	820.088	-	820.088
Edifícios	2.615.147	(673.972)	1.941.175	2.427.006	(631.743)	1.795.263
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.882.643	(824.065)	1.058.578	1.758.276	(772.053)	986.223
Máquinas e equipamentos	1.161.984	(704.713)	457.271	1.014.994	(651.855)	363.139
Instalações	280.834	(172.140)	108.694	257.257	(165.153)	92.104
Móveis e utensílios	483.050	(293.467)	189.583	439.259	(278.377)	160.882
Veículos	29.259	(10.855)	18.404	24.152	(8.960)	15.192
Imobilizado em andamento	339.857	-	339.857	421.480	-	421.480
Outros	63.176	(28.373)	34.803	144.465	(23.477)	120.988
	7.662.038	(2.707.585)	4.954.453	7.306.977	(2.531.618)	4.775.359
Arrendamento mercantil financeiro:						
Equipamentos de informática	28.169	(4.868)	23.301	5.528	(1.862)	3.666
Edifícios	34.451	(12.502)	21.949	34.447	(11.474)	22.973
	62.620	(17.370)	45.250	39.975	(13.336)	26.639
Total	7.724.658	(2.724.955)	4.999.703	7.346.952	(2.544.954)	4.801.998

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

17. Imobilizado -- Continuação

b) Consolidado

	Saldo em:					Saldo em:
	31.12.2010	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências	30.09.2011
Terrenos	983.005	210	-	1.263	(22.308)	962.170
Edifícios	1.907.727	24.257	(47.290)	110	208.987	2.093.791
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.515.898	56.466	(92.272)	(687)	246.365	1.725.770
Máquinas e equipamentos	608.748	203.548	(100.682)	(10.704)	125.536	826.446
Instalações	244.524	23.547	(21.961)	795	4.625	251.530
Móveis e utensílios	399.573	56.917	(40.774)	(17.027)	16.202	414.891
Veículos	156.056	66.713	(21.913)	(1.772)	6.388	205.472
Imobilizado em andamento	577.957	455.998	-	(8.372)	(615.452)	410.131
Outros	142.173	30.696	(9.222)	(34)	(83.746)	79.867
	6.535.661	918.352	(334.114)	(36.428)	(113.403)	6.970.068
Arrendamento mercantil financeiro:						
Equipamentos	74.332	-	(3.356)	(887)	(40.408)	29.681
Hardware	31.895	69.357	(7.884)	(16.533)	12.756	89.591
Instalações	1.086	-	(80)	(1)	(56)	949
Móveis e Utensílios	17.864	-	(1.161)	(12)	(5.916)	10.775
Veículos	14.074	-	(6.400)	(18)	8.475	16.131
Edifícios	28.683	-	(1.316)	-	-	27.367
	167.934	69.357	(20.197)	(17.451)	(25.149)	174.494
Total	6.703.595	987.709	(354.311)	(53.879)	(138.552)	7.144.562

	Saldo em 30.09.2011			Saldo em 31.12.2010		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	962.170	-	962.170	983.005	-	983.005
Edifícios	2.872.458	(778.667)	2.093.791	2.640.154	(732.427)	1.907.727
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.020.464	(1.294.694)	1.725.770	2.723.436	(1.207.538)	1.515.898
Máquinas e equipamentos	1.783.032	(956.586)	826.446	1.476.248	(867.500)	608.748
Instalações	488.702	(237.172)	251.530	462.741	(218.217)	244.524
Móveis e utensílios	830.622	(415.731)	414.891	784.316	(384.743)	399.573
Veículos	235.273	(29.801)	205.472	168.510	(12.454)	156.056
Imobilizado em andamento	410.131	-	410.131	577.957	-	577.957
Outros	130.259	(50.392)	79.867	182.983	(40.810)	142.173
	10.733.111	(3.763.043)	6.970.068	9.999.350	(3.463.689)	6.535.661
Arrendamento mercantil financeiro:						
Equipamentos	40.831	(11.150)	29.681	83.673	(9.341)	74.332
Hardware	174.896	(85.305)	89.591	109.544	(77.649)	31.895
Instalações	1.234	(285)	949	1.292	(206)	1.086
Móveis e Utensílios	15.803	(5.028)	10.775	21.736	(3.872)	17.864
Veículos	24.248	(8.117)	16.131	18.910	(4.836)	14.074
Edifícios	43.404	(16.037)	27.367	43.403	(14.720)	28.683
	300.416	(125.922)	174.494	278.558	(110.624)	167.934
Total	11.033.527	(3.888.965)	7.144.562	10.277.908	(3.574.313)	6.703.595

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

17. Imobilizado--Continuação

Em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 a Companhia e subsidiárias possuíam bens do ativo imobilizado dados em garantia e demandas judiciais, conforme divulgado na nota explicativa 23 (h).

Do saldo de Imobilizado em andamento R\$ 78.917 se refere ao projeto Oracle Retail com previsão de conclusão no ano de 2013.

A Companhia não identificou itens de seu ativo imobilizado que requeressem uma provisão para não recuperação em 30 de setembro de 2011.

GPA Malls & Properties

A Companhia assinou contratos de promessa de permuta com duas empresas incorporadoras, onde cederão terrenos anteriormente mantidos pela Companhia para a exploração comercial de lojas, e receberá em permuta tantas quantas unidades forem necessárias para perfazer no mínimo 14.040m² e 1.741m², respectivamente, das unidades de cada empreendimento, além de uma loja no piso térreo. A efetivação da permuta depende de atos administrativos "protocolo e registro do memorando de incorporação" que atualmente encontram-se em curso. Em decorrência do modelo de operação "permuta de ativos" em 30 de setembro de 2011, não há qualquer efeito nas informações trimestrais oriundos desses contratos.

c) Custos de captação de empréstimos capitalizados

O valor dos custos de captação de empréstimos capitalizados para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 foi de R\$22.940 (R\$6.458 em 30 de setembro de 2010). A taxa adotada para apuração dos custos de captação de empréstimos elegíveis para capitalização foi de aproximadamente 100% do CDI, correspondente à taxa de juros efetiva dos empréstimos tomados pela Companhia.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

18. Intangíveis

a) Controladora

	Saldo em:				Saldo em:
	31.12.2010	Adições	Amortização	Transferências	30.09.2011
Ágio - eletrodomésticos	174.548	-	-	-	174.548
Ágio - varejo	300.614	-	-	-	300.614
Fundo de comércio - Varejo	-	-	-	17.600	17.600
Softwares	195.260	22.945	(30.933)	101.768	289.040
	670.422	22.945	(30.933)	119.368	781.802

	Saldo em 30.09.2011			Saldo em 31.12.2010		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio - eletrodomésticos	174.548	-	174.548	174.548	-	174.548
Ágio - varejo (*)	1.148.825	(848.211)	300.614	1.148.825	(848.211)	300.614
Fundo de comércio - Varejo	17.600	-	17.600	-	-	-
Softwares	515.057	(226.017)	289.040	390.413	(195.153)	195.260
	1.856.030	(1.074.228)	781.802	1.713.786	(1.043.364)	670.422

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

18. Intangíveis--Continuação

b) Consolidado

	Saldo em:					Saldo em:
	31.12.2010	Adições	Amortização	Baixas	Transferências	30.09.2011
Ágio – atacarejo	428.762	-	-	-	-	428.762
Ágio – eletrodoméstico	279.851	-	-	-	-	279.851
Ágio – varejo	663.195	-	-	-	-	663.195
Marcas – atacarejo	38.639	-	-	-	-	38.639
Marcas – eletrodomésticos	2.015.136	24	-	-	-	2.015.160
Fundo de comércio – eletrodomésticos	617.899	7.550	(6.031)	(378)	7.078	626.118
Fundo de comércio - Varejo	-	-	-	-	17.600	17.600
Relacionamento de clientes – eletrodomésticos	24.845	-	(4.712)	-	-	20.133
Contrato de fornecimento vantajoso – Bartira	274.542	-	(39.255)	-	-	235.287
Contrato de aluguel vantajoso – Nova casa Bahia	251.994	-	(39.239)	-	-	212.755
Software	286.902	43.527	(50.041)	(20.302)	106.654	366.740
Total Intangível	4.881.765	51.101	(139.278)	(20.680)	131.332	4.904.240

	Saldo em 30.09.2011			Saldo em 31.12.2010		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio – atacarejo	428.762	-	428.762	428.762	-	428.762
Ágio – eletrodoméstico	279.851	-	279.851	279.851	-	279.851
Ágio – varejo (*)	1.781.698	(1.118.503)	663.195	1.781.698	(1.118.503)	663.195
Marcas – atacarejo	38.639	-	38.639	38.639	-	38.639
Marcas – eletrodomésticos	2.015.160	-	2.015.160	2.015.136	-	2.015.136
Fundo de comércio – eletrodomésticos	669.392	(43.274)	626.118	659.138	(41.239)	617.899
Fundo de comércio - Varejo	17.600	-	17.600	-	-	-
Relacionamento de clientes – eletrodomésticos	34.268	(14.135)	20.133	34.268	(9.423)	24.845
Contrato de fornecimento vantajoso – Bartira	278.653	(43.366)	235.287	278.653	(4.111)	274.542
Contrato de aluguel vantajoso – Nova casa Bahia	256.103	(43.348)	212.755	256.103	(4.109)	251.994
Software	679.124	(312.384)	366.740	551.923	(265.021)	286.902
Total Intangível	6.479.250	(1.575.010)	4.904.240	6.324.171	(1.442.406)	4.881.765

(*) Amortização até 31 de dezembro de 2008.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

18. Intangíveis--Continuação

c) Testes de recuperação do ágio e intangíveis

Anualmente o ágio e os ativos intangíveis são submetidos a testes de recuperação segundo o método descrito na nota explicativa 4 - "Principais Políticas Contábeis".

A Administração elaborou uma estimativa dos valores recuperáveis ou valores em uso de todos os ativos.

Como resultado dos testes de recuperação realizados em 2010, a Companhia não reconheceu perdas por não recuperação.

Para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2011, a Administração da Companhia submeterá a novos testes de recuperação todos os ágios e intangíveis reconhecidos até esta data.

d) Outros intangíveis

O *software* foi submetido a testes de recuperação segundo os mesmos critérios definidos para o ativo imobilizado.

Outros ativos intangíveis, cuja vida útil seja indefinida, foram submetidos a teste de recuperação segundo os mesmos critérios de cálculo realizados para o ágio sobre investimentos.

Aquisição de ativos intangíveis realizados durante o exercício de 2010

Em conexão com as combinações de negócios ocorridas no exercício de 2010 (conforme descrito na nota explicativa 16), a Companhia adquiriu ativos intangíveis de vida útil definida e indefinida, conforme segue:

- Vida útil indefinida – marcas e fundo de comércio; e
- Vida útil definida – contrato de aluguel de loja e edificações em condição vantajosa (10 anos), contrato vantajoso de fornecimento de móveis em condição vantajosa (3 anos) e relacionamento de clientes (5 a 7 anos).

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

19. Empréstimos e financiamentosa) Composição da dívida

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2011	31.12.2010	30.09.2011	31.12.2010
Debêntures				
Debêntures	264.742	523.574	264.742	523.574
Contratos de <i>swap</i>	24	598	24	598
Custo de captação	(2.980)	(3.497)	(2.980)	(3.497)
	261.786	520.675	261.786	520.675
Em moeda local				
BNDDES	88.942	39.099	134.574	80.905
IBM	-	-	6.812	6.810
Capital de giro	-	-	37.452	321.466
Financiamento ao consumidor por interveniência - CDCI	-	-	2.029.025	1.283.059
Arrendamentos financeiros	29.515	20.789	60.033	64.467
Contratos de <i>swap</i>	-	(3)	-	(439)
Custo de captação	(6.443)	(4.525)	(6.375)	(6.770)
Antecipação de recebíveis	-	249.997	-	249.997
	112.014	305.357	2.261.521	1.999.495
Em moeda estrangeira				
Capital de giro	153.588	366.592	1.011.866	414.140
Contratos de <i>swap</i>	(61.745)	35.778	(39.217)	43.856
Custo de captação	(298)	(372)	(492)	(661)
	91.545	401.998	972.157	457.335
Total circulante	465.345	1.228.030	3.495.464	2.977.505
	Controladora		Consolidado	
	30.09.2011	31.12.2010	30.09.2011	31.12.2010
Debêntures				
Debêntures	1.535.205	1.075.538	1.535.205	1.075.538
Custo de captação	(5.872)	(8.066)	(5.872)	(8.066)
	1.529.333	1.067.472	1.529.333	1.067.472
Em moeda local				
BNDDES	405.295	358.053	442.524	381.519
IBM	-	-	6.812	11.917
Capital de giro	1.104.521	703.049	1.404.230	972.988
Financiamento ao consumidor por interveniência - CDCI	-	-	94.208	102.106
FIDCs	-	-	2.496.526	2.280.517
Arrendamentos financeiros	69.487	66.129	116.607	101.098
Contratos de <i>swap</i>	(14.284)	7.967	(22.583)	8.134
Custo de captação	(8.848)	(9.486)	(9.449)	(12.273)
	1.556.171	1.125.712	4.528.375	3.846.006
Em moeda estrangeira				
Capital de giro	716.944	296.147	829.532	615.867
Contratos de <i>swap</i>	(2.387)	35.055	3.340	63.059
Custo de captação	(204)	(426)	(204)	(468)
	714.353	330.776	832.668	678.458
Total não circulante	3.799.857	2.523.960	6.890.376	5.591.936

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

19. Empréstimos e financiamentos--Continuação

b) Cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos reconhecidos no não circulantes

Ano	Controladora	Consolidado
2012	80.561	2.698.575
2013	1.225.350	1.676.533
2014	1.937.144	1.951.354
2015	150.977	151.365
Após 2015	420.749	428.574
Sub-total	3.814.781	6.906.401
Custo de Captação	(14.924)	(16.025)
Total	3.799.857	6.890.376

c) Financiamento do capital de giro e swap

	Taxa	Controladora		Consolidado	
		30.09.2011	31.12.2010	30.09.2011	31.12.2010
Dívida					
Moeda local					
Itaú Unibanco		-	-	-	14
Banco do Brasil	11,9% a.a	1.104.521	703.049	1.404.230	1.087.640
Bradesco	13,3% a.a.	-	-	811	632
Alfa	CDI + 1,5% a.a.	-	-	-	11.040
HSBC	10,03% a.a.	-	-	8.974	4.811
Santander	104% do CDI	-	-	-	190.317
Citibank- Conta Garantida		-	-	27.667	-
		1.104.521	703.049	1.441.682	1.294.454
Circulante		-	-	37.452	321.466
Não circulante		1.104.521	703.049	1.404.230	972.988
Moeda estrangeira					
Itaú BBA	USD + 3,2%	536.886	296.147	536.886	296.147
Banco do Brasil	USD + 2,3%	-	-	310.655	143.612
	USD + 2,7%/ Libor +				
Bradesco	1,5% a.a.	-	-	111.856	-
Santander	USD + 0,38%	496	237.438	407.022	337.693
ABN AMRO	YEN/USD+ 3,2%	153.588	129.154	295.417	252.555
HSBC	USD + 2,4%	179.562	-	179.562	-
		870.532	662.739	1.841.398	1.030.007
Circulante		153.588	366.592	1.011.866	414.140
Não circulante		716.944	296.147	829.532	615.867
Contratos de swap					
Itaú Unibanco	CDI 105,0%	24	598	24	598
Itaú BBA	CDI 102,9%	(1.020)	35.055	(1.020)	35.055
Banco do Brasil	CDI 103,0%	(14.284)	7.964	(13.326)	18.808
Bradesco	CDI 103,9%	-	-	(3.758)	-
Santander	CDI 104,2%	(35.888)	52.814	(13.132)	56.560
ABN AMRO	CDI 104,2%	-	(17.036)	-	4.187
HSBC	CDI 99,0%	(27.224)	-	(27.224)	-
		(78.392)	79.395	(58.436)	115.208
Circulante		(61.721)	36.373	(39.193)	44.015
Não circulante		(16.671)	43.022	(19.243)	71.193
		1.896.661	1.445.183	3.224.644	2.439.669

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

19. Empréstimos e financiamentos--Continuação

c) Financiamento do capital de giro e swap--Continuação

Os recursos para fins de financiamento de capital de giro são captados junto a instituições financeiras locais, denominadas em moeda estrangeira ou local. As principais operações classificadas nesta rubrica são empréstimos para financiamento do capital de giro e operações de vendor.

As operações de vendor são baseadas em cessões de crédito firmadas em contratos com fornecedores junto às instituições financeiras, que permitem aos fornecedores antecipar os recursos provenientes de venda a prazo. Os encargos financeiros são de 1,15% a.m. e prazos máximos de até 60 dias.

d) Financiamento ao consumidor por interveniência - CDCI

As operações de financiamento ao consumidor por interveniência correspondem às atividades de financiamento de vendas a prazo a clientes, por intermédio de uma instituição financeira, realizadas pela subsidiária NCB. As vendas podem ser parceladas em até 24 meses, e os encargos financeiros médios cobrados são de 13,40% a.a. Nestes contratos, NCB retém substancialmente os riscos e benefícios atrelados aos créditos financiados, garantidos junto às instituições financeiras por notas promissórias emitidas pela subsidiária e por cessão de direitos creditórios.

e) BNDES

Os contratos de linha de créditos em Reais, com o BNDES, são sujeitos a indexação baseada na taxa TJLP (taxa de longo prazo), mais taxa de juros anuais, ou são denominados com base em uma cesta de moedas estrangeiras, a fim de refletir a carteira de financiamento do BNDES, mais taxa de juros anuais fixos. O financiamento é pago em parcelas mensais depois de um período de carência, como mencionado no quadro abaixo.

A Companhia não pode oferecer nenhum bem como garantia dos empréstimos a outras partes sem autorização prévia do BNDES, e deve cumprir com certos índices financeiros, calculados com base no balanço patrimonial consolidado, como segue: (i) manter um índice de capitalização (patrimônio líquido/ativo total) igual ou maior que 0,30 e (ii) manter um índice de liquidez (ativo circulante/passivo circulante) igual ou maior que 1,05. A Companhia controla e monitora esses índices.

Em 30 de setembro de 2011, a Companhia estava em cumprimento com as cláusulas supramencionadas.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

19. Empréstimos e financiamentos--Continuaçãoe) BNDES -- continuação

Encargos financeiros anuais	Número de parcelas mensais	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			30.09.2011	31.12.2010	30.09.2011	31.12.2010
TJLP + 4,5%	1	Jan/11	-	-	-	149
TJLP + 2,3%	11	Nov/11	-	-	2.253	8.889
TJLP + 2,3%	11	Nov/11	-	-	296	1.109
TJLP + 2,8%	11	Nov/11	-	-	3.380	4.183
TJLP + 2,3%	11	Mai/12	-	-	-	4.459
TJLP + 2,8%	17	Mai/12	-	-	-	2.725
TJLP + 3,2%	60	Nov/12	46.774	63.339	46.774	63.339
TJLP + 2,7%	60	Nov/12	6.757	9.150	6.757	9.150
TJLP + 2,3%	30	Jun/13	-	-	21.743	43.591
TJLP + 4,5%	48	Dez/14	-	-	4.815	167
TJLP + 4,5%	60	Dez/16	40.000	40.000	40.000	40.000
TJLP + 4,5%	60	Dez/16	41.000	41.000	41.000	41.000
TJLP + 4,5%	60	Dez/16	89.741	98.663	89.741	98.663
TJLP + 4,5%	60	Dez/16	45.000	45.000	45.000	45.000
TJLP + 4,5%	60	Dez/16	100.000	100.000	100.000	100.000
TJLP + 4,5%	60	Dez/16	20.000	-	20.000	-
TJLP + 4,5%	60	Dez/16	11.100	-	11.100	-
TJLP + 4,5%	60	Dez/16	10.000	-	10.000	-
TJLP + 4,5%	60	Dez/16	55.241	-	55.241	-
TJLP + 4,5%	60	Dez/16	23.624	-	23.624	-
TJLP + 4,5%	60	Dez/16	5.000	-	5.000	-
7% a.a	3	Dez/12	-	-	20.099	-
TJLP + 1,9% a.a	6	jun/2014	-	-	20.099	-
TJLP + 1,9% a.a e 1% a.a	6	jun/2014	-	-	10.050	-
TJLP + 3,5% a.a e 1% a.a	6	jun/2014	-	-	126	-
			494.237	397.152	577.098	462.424
Circulante			88.942	39.099	134.574	80.905
Não circulante			405.295	358.053	442.524	381.519

f) Garantias

A Companhia assinou notas promissórias e cartas de fianças garantia nos empréstimos e financiamentos junto ao BNDES e IBM (arrendamentos mercantis financeiros).

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

19. Empréstimos e financiamentos--Continuaçãog) Contratos de swap

A Companhia faz uso de operações de *swap* para trocar obrigações denominadas em dólares norte-americanos, em Yen e taxas de juros fixas, para o Real atrelado à taxas de juros do CDI (flutuante). A Companhia contrata operações de *swap* com a mesma contraparte, moeda e taxa de juros. Todas estas transações são classificadas como contabilização de *hedge*, conforme divulgadas na nota explicativa 20. A taxa de referência anual do CDI em 30 de setembro de 2011 era de 11,48% (9,71% em 31 de dezembro de 2010).

h) Quotas do PAFIDC resgatáveis

Segundo o CPC 38 (IAS 39), a Companhia registra os valores relativos às quotas sênior como "Empréstimos e financiamentos".

i) Debêntures

Controladora e Consolidado						
		Debêntures em circulação	Encargos financeiros anuais	Preço unitário	30.09.2011	31.12.2010
6ª emissão 1ª série	Sem preferência	54.000	CDI + 0,5%	6.729	363.365	559.195
6ª emissão 2ª série	Sem preferência	23.965	CDI + 0,5%	6.729	161.260	248.169
6ª emissão 1ª e 2ª séries	Swap de taxa de juros	-	104,96% do CDI	6.729	24	598
7ª emissão 1ª série	Sem preferência	-	119% do CDI	1.056.320	-	234.979
8ª emissão 1ª série	Sem preferência	500	109,5% do CDI	1.217.741	608.875	555.772
9ª emissão 1ª série		610	107,7% do CDI	1.092.534	666.447	-
Custo de captação					(8.852)	(10.566)
					1.791.119	1.588.147
Passivo circulante					261.786	520.675
Passivo não circulante					1.529.333	1.067.472

(i) Movimentação das debêntures em circulação

	Quantidade de debêntures	Valor
Em 31.12.2010	78.665	1.588.147
Juros líquidos de pagamentos e valor justo de <i>swap</i>	-	(407.028)
9º Emissão de Debentures	610	610.000
Amortização 7º emissão	(200)	-
Em 30.09.2011	79.075	1.791.119

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

19. Empréstimos e financiamentos--Continuação

h) Debêntures--Continuação

(i) Informações adicionais

Dados

Descrição	6ª. emissão	7ª. emissão	8ª. emissão	9ª. emissão
	Em 27 de março de 2007, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão de 77.965 debêntures, correspondendo ao valor total de R\$779.650. As debêntures emitidas dentro do escopo da 6.a emissão têm as seguintes características:	Em 8 de junho de 2010, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão de uma oferta restrita de 200 debêntures não-convertíveis, no valor total de R\$200.000. As debêntures emitidas dentro do escopo da 7ª emissão têm as seguintes características:	Em 4 de dezembro de 2010, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão e a oferta restrita de 500 debêntures não convertíveis, no valor total de R\$500.000. As debêntures emitidas dentro do escopo da 8ª emissão têm as seguintes características:	Em 5 de janeiro de 2011, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão e a oferta restrita de 610 debêntures não convertíveis, no valor total de R\$610.000. As debêntures emitidas dentro do escopo da 9ª emissão têm as seguintes características:
<u>Séries:</u>	Duas séries: 54.000 e 23.965 debêntures foram emitidas na primeira e na segunda séries, respectivamente.	Única.	Única.	Única.
<u>Classe e conversibilidade:</u>	Não convertíveis em ações emitidas pela Companhia.	Nominativa, escritural e sem certificados de emissão de ações. As debêntures não são convertidas em ações emitidas pela Companhia.	Nominativa, escritural e sem certificados de emissão de ações. As debêntures não são convertidas em ações emitidas pela Companhia.	Nominativa, escritural e sem certificados de emissão de ações. As debêntures não são convertidas em ações emitidas pela Companhia.
<u>Tipo:</u>	Sem garantia.	Sem garantia.	Sem garantia.	Sem garantia.
<u>Data de emissão:</u>	1º de março de 2007.	15 de junho de 2009.	15 de dezembro de 2009.	05 de janeiro de 2011.
<u>Prazo e vencimento:</u>	72 (setenta e dois) meses, vencendo assim em 1º de março de 2013.	720 (setecentos e vinte) dias após a data de emissão, vencendo, portanto, em 5 de junho de 2011.	60 (sessenta) meses a partir da data de emissão, vencendo, portanto, em 15 de dezembro de 2014.	36 (trinta e seis) meses a partir da data de emissão, vencendo, portanto, em 05 de janeiro de 2014.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

19. Empréstimos e financiamentos--Continuação

h) Debêntures--Continuação

(i) Informações adicionais

Dados

Descrição	6ª. emissão	7ª. emissão	8ª. emissão	9ª. emissão
<u>Remuneração:</u>	Taxa média diária de Depósitos Interbancários (DI) de um dia, conhecidos como "over extra group", expressa em percentagem anual, baseada em um ano de 252 dias, calculada e divulgada pela Câmara de Custódia e Liquidação, mais spread anual de 0,5%, do principal, devido a cada semestre, com base na data de emissão, sempre nos dias 1º de março e 1º de setembro de cada ano.	119% de taxa média diária de Depósitos Interbancários (DI) de um dia, conhecidos como "over extra group", expressa em percentagem anual, baseada em um ano de 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP.	109,5% de taxa média diária de Depósitos Interbancários (DI) de um dia, conhecidos como "over extra group", expressa em percentagem anual, baseada em um ano de 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP. A Remuneração será paga a partir do 36º (trigésimo sexto) mês após a data de emissão, nas datas seguintes: (i) 15 de dezembro de 2012; (ii) 15 de junho de 2013; (iii) 15 de dezembro de 2013; (iv) 15 de junho de 2014; e (v) na Data de Vencimento, 15 de dezembro de 2014.	107,75% de taxa média diária de Depósitos Interbancários (DI) de um dia, conhecidos como "over extra group", expressa em percentagem anual, baseada em um ano de 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP.
<u>Amortização:</u>	A ser amortizado em 3 (três) parcelas anuais: 1º de março de 2011; 1º de março de 2012, e 1º de março de 2013. Em cada data de pagamento da amortização, 25.988 debêntures serão pagas.	Amortização em uma única parcela na data de vencimento.	O valor nominal unitário das debêntures será amortizado nas seguintes datas: (i) 15 de dezembro de 2012; (ii) 15 de junho de 2013; (iii) 15 de dezembro de 2013; (iv) 15 de junho de 2014. Em cada data, 1/5 (um quinto) do valor nominal unitário das debêntures (R\$1.000.000) será pago.	O valor nominal unitário das debêntures não será amortizado parcialmente ao longo do prazo de vigência das Debêntures. O valor nominal unitário de cada Debênture será pago integral e exclusivamente na data de vencimento.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

19. Empréstimos e financiamentos--Continuação

h) Debêntures--Continuação

(i) Informações adicionais

Descrição	Dados		
	6ª. emissão	7ª. emissão	8ª. emissão
<u>Resgate antecipado:</u>	<p>No 18º mês após a data de emissão, a Companhia poderá resgatar parcial ou totalmente, antecipadamente, as debêntures pagando: (i) o Valor Nominal Unitário, calculado "pro rata temporis" da data de emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, quando aplicável, até a data do seu pagamento efetivo; ou (ii) o reembolso do prêmio correspondente a, no máximo, 1,5%, calculado pro rata temporis, diminuindo conforme a passagem do tempo. O resgate parcial, se aplicável, poderá ocorrer por saque, de acordo com o art. 55, Parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e com outras normas aplicáveis.</p>	Não aplicável.	<p>A Companhia tem direito de resgate antecipado a qualquer tempo, exclusivamente a seu arbítrio, de acordo com as condições estabelecidas no instrumento de emissão.</p>
<u>Índices financeiros:</u>	<p>Calculados com base nas informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia em BR GAAP: (i) a dívida líquida (dívida menos caixa e disponibilidades e contas a receber) não excedente ao patrimônio líquido; (ii) índice dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 3,25. Em 30 de setembro de 2011, a Companhia havia atendido todos esses índices.</p>	<p>Calculados com base nas informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia: (i) a dívida líquida (dívida menos caixa e disponibilidades e contas a receber) não excedente ao patrimônio líquido; (ii) índice dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 3,25. Em 30 de setembro de 2010, a Companhia havia atendido todos esses índices.</p>	<p>Calculados com base nas informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia preparados em BR GAAP: (i) a dívida líquida (dívida menos caixa e disponibilidades e contas a receber) não excedente ao patrimônio líquido; (ii) índice dívida líquida consolidada/EBITDA menor ou igual a 3,25. Em 30 de setembro de 2011, a Companhia estava em dia com todos esses índices.</p>

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

19. Empréstimos e financiamentos--Continuação

h) *Debêntures--Continuação*

(i) Informações adicionais

Descrição dos fundos:	Dados		
	6ª. emissão	7ª. emissão	8ª. emissão
Os fundos arrecadados através das séries da 6.a emissão de debêntures serão usados pela Companhia para fortalecer o capital de giro e para pagar dívidas de curto prazo.	Os fundos arrecadados através da 7ª emissão deverão ser usados exclusivamente pela Companhia para aquisição de produtos agrícolas e rurais junto aos seus fornecedores que forem produtores agrícolas e/ou cooperativas listados no respectivo Instrumento de Emissão dentro de um prazo não excedente a 5 (cinco) meses a partir da data de emissão a serem vendidos nos estabelecimentos da Companhia.	Os fundos arrecadados através da 8ª emissão de debêntures serão usados pela Companhia para manter a sua estratégia de caixa e para fortalecer o seu capital de giro.	Os fundos arrecadados através da 9ª emissão de debêntures serão usados pela Companhia para manter a sua estratégia de caixa e para fortalecer o seu capital de giro.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros

A Companhia utiliza instrumentos financeiros somente para proteção de riscos identificados limitados a 100% dos riscos. As operações com derivativos são exclusivamente utilizados para reduzir a exposição à flutuação de moeda estrangeira e taxa de juros, visando a manutenção do equilíbrio da estrutura de capital.

Os instrumentos financeiros da Companhia são apresentados em atendimento aos CPCs 38, 39 e 40 (IAS 39, IAS 32 e IFRS 7). Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas informações contábeis intermediárias, por categoria, são os seguintes:

	Controladora			
	Valor contábil		Valor justo	
	30.09.2011	31.12.2010	30.09.2011	31.12.2010
Caixa e equivalentes de caixa	1.287.262	1.757.576	1.287.262	1.757.576
Contas a receber e FIDC	621.014	997.983	621.014	997.983
Partes relacionadas – Ativo	1.086.034	804.556	1.086.034	804.556
Partes relacionadas - Passivo	(109.894)	(513.820)	(109.894)	(513.820)
Fornecedores	(1.797.180)	(2.219.699)	(1.797.180)	(2.219.699)
Empréstimos e financiamentos	(2.474.083)	(2.163.843)	(2.283.115)	(2.170.748)
Debêntures	(1.791.119)	(1.588.147)	(1.784.164)	(1.580.328)
Exposição líquida	(3.177.966)	(2.925.394)	(2.980.043)	(2.924.480)

	Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo	
	30.09.2011	31.12.2010	30.09.2011	31.12.2010
Caixa e equivalentes de caixa	3.574.539	3.817.994	3.574.539	3.817.994
Aplicações financeiras	-	608.002	-	608.002
Contas a receber e FIDC	5.321.208	4.575.173	5.321.208	4.575.173
Partes relacionadas - Ativo	220.509	176.241	220.509	176.241
Partes relacionadas - Passivo	(22.150)	(274.291)	(22.150)	(274.291)
Fornecedores	(4.623.002)	(5.306.349)	(4.623.002)	(5.306.349)
Empréstimos e financiamentos	(8.594.721)	(6.981.294)	(8.401.874)	(6.988.199)
Debêntures	(1.791.119)	(1.588.147)	(1.784.164)	(1.580.328)
Opção de compra - Bartira	416.004	416.004	416.004	416.004
Exposição líquida	(5.498.732)	(4.556.667)	(5.298.930)	(4.555.753)

Caixa e equivalente de caixa são classificadas dentro no Nível 2 e o valor justo é estimado com base em relatórios de corretoras que fazem uso de preços de mercado cotados para instrumentos similares.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros—Continuação

O valor justo de outros instrumentos financeiros descritos na nota explicativa 20 (b) permite uma aproximação do valor contábil com base nas condições de pagamento existentes. Em 30 de setembro de 2011 a Companhia não tem ativos ou passivos em aberto nos quais o valor justo poderia ser mensurado utilizando-se preços baseados em mercados ativos para instrumentos idênticos (Nível1). A classificação dos ativos e passivos a valor justo está descrito na Nota 20c.

a) Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas subsidiárias

A Companhia adota métodos e procedimentos de controle de risco, tais como descritos abaixo:

(i) *Risco de crédito*

- Caixa e equivalentes de caixa: de modo a minimizar o risco de crédito desses investimentos, a Companhia adota políticas que restringem os investimentos em uma única instituição financeira, levando ainda em consideração limites monetários e avaliações de instituições financeiras, que são constantemente atualizados (Vide nota explicativa 7).
- Contas a receber: a Companhia vende diretamente para clientes individuais através de cheques pré-datados, em uma pequena parte das vendas 0,09% no período findo em 30 de setembro de 2011 (0,59% em 31 de dezembro de 2010 e 0,43% em 30 de setembro de 2010).
- A Companhia também incorre em risco de contraparte relacionado aos instrumentos derivativos; esse risco é mitigado pela política da Companhia de efetuar transações com as instituições financeiras renomadas.
- Vendas por cartão de crédito e/ou por vales-alimentação são substancialmente destinadas ao PAFIDC e Globex FIDC, cujo risco é relacionado e limitado pelo valor de quotas subordinadas detidas pela Companhia (Vide nota explicativa 11).

(ii) *Risco de taxa de juros*

A Companhia e suas subsidiárias obtêm empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras para fazer frente as necessidade de caixa para investimentos e crescimento. Em decorrência, a Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de flutuações relevantes na taxa de juros, especialmente em função da parte passiva das operações com derivativos (*Hedge* de exposição cambial) e de dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexadas ao CDI, neutraliza parcialmente este efeito.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas subsidiária--Continuação

(iii) *Risco da taxa de câmbio*

A Companhia e suas subsidiárias estão expostas a flutuações nas taxas de câmbio, que podem acarretar aumento dos saldos passivos de empréstimos em moeda estrangeira. A Companhia e suas controladas utilizam-se de derivativos, tais como *swaps*, que visam anular o risco de exposição cambial, transformando o custo da dívida para moeda e taxa de juros locais.

(iv) *Risco de gestão de capital*

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito e uma razão de capital bem estabelecida, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o período findo em 30 de setembro de 2011.

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2011	31.12.2010	30.09.2011	31.12.2010
Empréstimos e financiamentos	4.265.202	3.751.990	10.385.840	8.569.441
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.287.262)	(1.757.576)	(3.574.539)	(3.817.994)
Dívida líquida	2.977.940	1.994.414	6.811.301	4.751.447
Patrimônio líquido	7.456.979	7.098.589	9.900.020	9.583.770
Patrimônio líquido e dívida líquida	10.434.919	9.093.003	16.711.321	14.335.217

(v) *Risco de gestão de liquidez*

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do acompanhamento diário do fluxo de caixa, controle dos vencimentos dos ativos e passivos financeiros e relacionamento próximo com as principais instituições financeiras.

(vi) *Instrumentos financeiros derivativos*

Algumas operações de *swap* são classificados como *hedge* de valor justo, cujo objetivo é proteger da exposição cambial (dólares norte americanos e YEN) e taxas de juros fixas, convertendo a dívida para taxa de juros e moeda local.

Esses contratos montam em 30 de setembro de 2011, um valor de referência de R\$2.043.860 (R\$1.797.564 em 31 de dezembro de 2010). Essas operações são usualmente contratadas nos mesmos termos de valores, prazos e taxas, preferencialmente, são realizados com a mesma instituição financeira, observados os limites fixados pela Administração.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas subsidiária--Continuação

(vi) *Instrumentos financeiros derivativos--Continuação*

Os derivativos da Companhia contratados em data anterior a 31 de dezembro de 2008 são medidos pelo valor justo no resultado, incluindo: (i) Contratos de *swap* de dívidas em moeda estrangeira (Dólares norte-americanos e Yen japoneses) para conversão de taxas de juro fixas e moedas estrangeiras para Real e taxas de juros locais variáveis (CDI). Esses contratos totalizam o valor nominal de R\$743.168 em 30 de setembro de 2011 (R\$962.585 em 31 de dezembro 2010) e (ii) são primariamente relativos a debêntures e empréstimos do BNDES, trocando taxas de juros locais variáveis mais taxas de juros fixas por taxas de juros variáveis (CDI).

De acordo com as políticas de tesouraria da Companhia, não são permitidas contratações de *swaps* com limitadores (“*caps*”), margens, cláusulas de arrependimento, duplo indexador, opções flexíveis ou quaisquer outras modalidades de operações diferentes dos *swaps* tradicionais para proteção de dívidas, inclusive para fins especulativos.

O ambiente de controles internos da Companhia foi desenhado de modo a garantir que as transações celebradas estejam em conformidade com essa política de tesouraria.

A Companhia calcula a efetividade das operações cuja contabilização de *hedge* é aplicada, quando de sua contratação e em bases contínuas. As operações de *hedge* contratadas no período findo em 30 de setembro de 2011 apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura. Para as operações com derivativos qualificados como contabilidade de cobertura (“*hedge accounting*”), conforme o CPC 38 (IAS 39), a dívida objeto da cobertura é também ajustada a valor justo conforme as regras de *hedge* de valor justo.

		Consolidado			
		Valor de referência		Valor Justo	
		30.09.2011	31.12.2010	30.09.2011	31.12.2010
Hedge de valor justo					
Objeto de <i>hedge</i> (dívida)		2.043.860	1.797.564	2.330.804	1.853.749
Posição comprada					
Taxa pré-fixada	11,05% a.a.	685.000	980.000	786.426	1.021.220
USD + Fixa		1.358.860	817.564	1.544.927	832.529
		2.043.860	1.797.564	2.331.353	1.853.749
Posição vendida					
	CDI 105,7% a.a.	(2.043.860)	(1.797.564)	(2.317.069)	(1.861.447)
Posição líquida		-	-	14.284	(7.698)

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas subsidiárias--Continuação

(vi) *Instrumentos financeiros derivativos--Continuação*

		Consolidado			
		Valor de referência		Valor Justo	
		30.09.2011	31.12.2010	30.09.2011	31.12.2010
Contratos de swap mensurados a valor justo por meio do resultado					
Posição ativa					
USD + Fixa	5,92% a.a.	110.312	74.704	161.593	85.404
YEN + Fixa	1,69% a.a.	108.231	108.231	155.809	127.371
CDI + Fixa	100% CDI + 0,05% a.a.	524.625	779.650	524.625	811.600
		743.168	962.585	842.027	1.024.375
Posição passiva	CDI	(743.168)	(962.585)	(797.875)	(1.131.886)
Posição de swap líquida		-	-	44.152	(107.511)
Posição de swap líquida		-	-	58.436	(115.209)

Ganhos e perdas realizados e não realizados, sobre esses contratos durante o período findo em 30 de setembro de 2011 são registrados no resultado financeiro líquido, e o saldo a pagar pelo valor justo é de R\$58.436 (R\$115.209 em 31 de dezembro de 2010) e está registrado na rubrica "empréstimos e financiamentos".

Os efeitos do hedge de valor justo no resultado do período findo em 30 de setembro de 2011 foram de R\$72.317 de perda (R\$65.352 de ganho em 30 de setembro de 2010).

(vii) *Valores justos dos instrumentos financeiros derivativos*

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado entre partes com conhecimento e voluntariamente em uma operação em condições de mercado.

Os valores justos são calculados pela projeção do fluxo de caixa futuro das operações, usando as curvas da BM&F Bovespa e descontando-os ao valor presente, usando taxas de mercado do CDI para *swap* divulgadas pela BM&F Bovespa.

Os valores a mercado dos *swaps* cupom cambiais x CDI foram obtidos utilizando-se as taxas de câmbio de mercado vigentes na data em que as informações trimestrais são levantadas e as taxas projetadas pelo mercado calculadas com base nas curvas de cupom da moeda. Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear - 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas em CDI foi adotada a convenção exponencial - 252 dias úteis.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

As Companhias abertas devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período.

Em cumprimento ao disposto acima, foi considerado como cenário mais provável, na avaliação da Administração de se realizar, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da BM&FBovespa. Desta maneira, no cenário provável (I), não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros já apresentados acima. Para os cenários II e III, para efeito exclusivo de análise de sensibilidade, considerou-se uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco, até a data de vencimento dos instrumentos financeiros.

No caso dos instrumentos financeiros derivativos (destinados à proteção da dívida financeira), as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, indicando que os efeitos não são significativos, vide item b(ii).

A Companhia divulgou a exposição líquida dos instrumentos financeiros derivativos, os instrumentos financeiros correspondentes e certos instrumentos financeiros na tabela de análise de sensibilidade abaixo, para cada um dos cenários mencionados:

(i) *Hedge de valor justo (nas datas de vencimento)*

Operações	Risco	Projeção de Mercado		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Dívida a taxa pré-fixada	Aumento da taxa	(967.841)	(1.037.441)	(1.102.426)
Swap (posição ativa a taxa pré-fixada)	Aumento da taxa	961.832	1.029.567	1.092.532
	Efeito líquido	(6.009)	(7.874)	(9.894)
Swap (posição passiva em CDI)	Queda do CDI	(945.691)	(1.017.313)	(1.074.742)
Efeito líquido total		-	(73.487)	(132.936)

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuaçãob) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros--Continuação(ii) *Derivativos contabilizados pelo valor justo por meio do resultado*

Transações	Risco	Projeções de Mercado		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Dívida - USD	Aumento do USD	(1.865.957)	(2.332.270)	(2.367.980)
Swap (posição ativa em USD)	Aumento do USD	1.875.145	2.343.931	2.380.553
	Efeito líquido	9.188	11.661	12.573
Dívida - YEN	Aumento do YEN	(164.235)	(205.293)	(246.352)
Swap (posição ativa em YEN)	Aumento do YEN	164.235	205.293	246.352
	Efeito líquido	-	-	-
Swap (posição passiva em CDI)	Queda do CDI	(1.163.577)	(1.278.288)	(1.346.255)
Efeito líquido total		-	(112.238)	(179.293)

Transações	Risco	Projeções de Mercado		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Swap (posição vendida em USD)	Queda do USD	982.773	1.024.336	1.065.402
Swap (posição comprada em CDI)	Aumento do CDI	(982.427)	(1.026.062)	(1.069.199)
	Efeito líquido	346	(1.726)	(3.797)
Efeito líquido total		-	(2.072)	(4.143)

(iii) *Outros instrumentos financeiros*

Transações	Risco	30.09.2011	Projeções de mercado		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
Empréstimos e financiamentos					
Debêntures:					
6ª emissão	CDI + 0,5%	524.649	589.886	680.871	806.213
8ª emissão	109,50% do CDI	608.875	745.924	938.080	1.210.244
9ª emissão	107,75% do CDI	666.447	816.454	1.026.779	1.324.677
Total Debêntures		1.799.971	2.152.264	2.645.730	3.341.134
PAFIDC (quotas seniores)	109,5% do CDI	2.435.041	2.860.541	3.449.598	4.267.532
Exposição total a empréstimos e financiamentos		4.234.988	5.012.805	6.095.328	7.608.666
Caixa e equivalentes de caixa (*)	99,5 % do CDI	3.574.539	4.023.189	4.648.356	5.509.553
Exposição líquida total (e deterioração comparada com o saldo Contabilizado)		(660.449)	(329.167)	(457.356)	(1.109.497)

(*) *média ponderada*

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos--Continuação

Premissas sobre sensibilidade

A exposição líquida da Companhia corresponde à dívida em CDI e o efeito líquido total representa a deterioração dos cenários II e III em relação ao cenário I, o qual é considerado o mais provável pela Companhia.

A Companhia projetou juros e taxas do dólar norte-americano futuros, obtidas junto à BM&FBovespa na data de vencimento de cada contrato, considerando um aumento de 25% no cenário II e um aumento de 50% para o cenário III.

Para calcular a exposição líquida, todos os derivativos foram considerados pelo seu valor justo nas respectivas datas de vencimento, bem como as dívidas relativas a elas (itens cobertos por *hedge*) e outros instrumentos financeiros da Companhia.

A Companhia detém, na sua subsidiária Globex (Sabara), em 30 de setembro de 2011, em valor de R\$18.306 (US\$9.876 mil) relativo aos saldos de caixa em bancos.

c) Mensurações de valor justo

Ativos e passivos consolidados mensurados ao valor justo são resumidos abaixo:

	<u>30.09.2011</u>	<u>Mensuração do valor justo na data do balanço utilizando outras premissas significativas observáveis (Nível 2)</u>	<u>Mensuração do valor justo na data do balanço utilizando outras premissas significativas observáveis (Nível 3)</u>
Caixa e equivalentes de caixa	3.574.539	3.574.539	-
Swaps de taxa de juros entre moedas	35.877	35.877	-
Swaps de taxas de juros	22.559	22.559	-
Opção de Compra - Bartira	416.004	-	416.004
	<u>4.048.979</u>	<u>3.632.975</u>	<u>416.004</u>

Não houve movimentação entre os níveis de mensuração do valor justo no período.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros --Continuação

d) Posição consolidada das operações com instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de setembro de 2011, a posição consolidada das operações de instrumentos financeiros derivativos em aberto está apresentada no quadro abaixo:

Em aberto		Valor de referência	Data da Contratação	Vencimento	Valor a pagar ou a receber		Valor justo	
Descrição	Contrapartes				30.09.2011	31.12.2010	30.09.2011	31.12.2010
Swap cambiais registrados na CETIP (JPY x CDI)	ABN AMRO	YEN 6.281.550	30/10/2007	31/10/2011	33.686	19.005	35.888	17.037
Swap cambiais registrados na CETIP (USD x CDI)	Santander	US\$ 40.000	21/11/2007	29/04/2011	-	(19.263)	-	(17.841)
		US\$ 40.000	21/11/2007	31/05/2011	-	(19.259)	-	(17.611)
		US\$ 40.000	21/11/2007	30/06/2011	-	(19.238)	-	(17.362)
		US\$ 57.471	16/04/2010	10/04/2013	(4.753)	(9.121)	(6.253)	(3.746)
	ABN AMRO	US\$ 40.000	14/03/2008	02/03/2012	(12.253)	(15.284)	(10.663)	(13.146)
		US\$ 15.000	14/03/2008	20/12/2011	(4.619)	(5.749)	(4.002)	(5.008)
		US\$ 10.000	14/03/2008	20/12/2011	(2.796)	(3.631)	(2.364)	(3.071)
	Brasil	US\$ 84.000	31/03/2010	12/03/2012	(14.418)	(19.317)	(14.974)	(11.113)
	Brasil	US\$ 78.500	09/02/2011	03/02/2012	6.307	-	5.717	-
	Bradesco	US\$ 38.892	07/01/2011	04/01/2012	3.798	-	4.283	-
	Itaú	US\$ 175.000	01/07/2010	07/09/2013	(25.550)	(37.229)	(24.837)	(35.055)
		US\$ 160.300	05/05/2011	16/04/2014	20.551	-	25.857	-
	HSBC	US\$ 150.000	29/04/2011	22/04/2013	23.335	-	27.224	-
Swap taxa de juros registrados na CETIP (Taxa pré-fixada x CDI)	Banco do Brasil (*)	R\$ 117.000	23/12/2010	24/12/2013	46	29	2.809	(1.253)
		R\$ 33.000	23/12/2010	24/12/2012	99	11	839	(95)
		R\$ 160.000	23/12/2010	14/01/2013	468	52	4.166	(513)
		R\$ 35.000	23/12/2010	28/02/2013	92	11	951	(154)
		R\$ 45.000	28/12/2009	11/03/2011	-	461	-	437
		R\$ 80.000	28/06/2010	12/06/2013	328	404	1.930	(847)
		R\$ 130.000	28/06/2010	06/06/2014	313	575	2.280	(2.190)
		R\$ 130.000	28/06/2010	02/06/2015	143	511	1.309	(2.911)
		R\$ 200.000	31/03/2010	07/03/2013	1.564	2.627	7.088	362
	Unibanco	R\$ 779.650	25/06/2007	01/03/2013	(24)	(6)	(24)	(598)
	Santander	R\$ 50.000	28/06/2010	12/06/2013	37	297	1.212	(531)
					26.354	(124.114)	58.436	(115.209)

(*) Prorrogação de contratos

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

21. Impostos e contribuições sociais a recolher e impostos parcelados

a) Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2011	31.12.2010	30.09.2011	31.12.2010
PIS e COFINS a pagar	33.504	120.749	131.082	216.194
Provisão para imposto de renda e contribuição social	11.642	11.718	84.304	58.006
Outros	11.749	11.419	23.564	24.653
	56.895	143.886	238.950	298.853

b) Parcelamentos

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2011	31.12.2010	30.09.2011	31.12.2010
Impostos parcelados Lei nº. 11.941/09	1.406.030	1.178.202	1.509.963	1.282.102
INSS	-	90.043	-	90.043
CPMF	-	29.505	-	35.428
Outros	20.878	22.976	22.056	24.256
	1.426.908	1.320.726	1.532.019	1.431.829
Circulante	80.203	51.480	85.164	54.071
Não circulante	1.346.705	1.269.246	1.446.855	1.377.758

- (i) CPMF – Em 2003 a Companhia desistiu de certas ações para apresentar pedido de parcelamento nos termos do Programa de Parcelamento Especial (“PAES”), instituído pela Lei nº 10.684/2003, cujas parcelas são corrigidas pela TJLP e cujo saldo consolidado podia ser pago em 120 meses.
- (ii) Outros – A Companhia apresentou pedido de parcelamento segundo o Programa de Parcelamento Incentivado (PPI). Esses impostos são corrigidos pela SELIC e podem ser pagos dentro de 120 meses.
- (iii) Parcelamentos de Tributos Federais (Lei nº 11.941/09) – A Lei nº 11.941, publicada em 27 de maio de 2009, instituiu por meio de seus arts. 1º a 13º parcelamento diferenciado para o pagamento de dívidas fiscais federais e previdenciárias vencidas até Novembro de 2008, que concedeu uma série de benefícios aos seus optantes como redução de multas, juros e encargo legal, possibilidade da utilização de créditos calculados com base nos prejuízos fiscais acumulados para liquidação de multa de mora/ofício e de juros, o prazo de até 180 meses para pagamento do saldo consolidado, a utilização de depósitos judiciais para redução do saldo a ser consolidado, além da não incidência de IRPJ/CSLL/PIS/COFINS sobre os ganhos oriundo das reduções da dívida proporcionadas pela adesão a este parcelamento.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

21. Impostos e contribuições sociais a recolher e impostos parcelados--Continuação

b) Parcelamentos--Continuação

Considerando este cenário em setembro de 2009 a Companhia optou por reduzir a sua exposição fiscal, fazendo a adesão às modalidades oferecidas por este parcelamento para incluir alguns de seus passivos tributários no mencionado parcelamento. Para tanto, avaliou à época juntamente com seus assessores legais todos os processos administrativos e judiciais em curso perante a RFB/PGFN e a Justiça Federal, avaliados como riscos de perdas possíveis e/ou prováveis, e optou pela inclusão de determinados casos no mencionado programa de parcelamento, cuja fase consolidação se deu entre 07 e 30 de junho de 2011.

22. Impostos de renda e contribuição sociala) Reconciliação de despesas com o imposto de renda e a contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2011	30.09.2010	30.09.2011	30.09.2010
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	422.244	471.505	370.254	522.603
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal de 25% para a controladora e 34% para suas subsidiárias	(105.561)	(117.876)	(111.076)	(156.781)
Multas fiscais	(832)	(608)	(1.058)	(1.172)
Reversão de provisão para não realização de IR Diferido	-	-	27.000	-
Incentivos fiscais de imposto de renda	-	180	-	296
Crédito extemporâneo de Imposto de renda e Contribuição Social	30.098	-	31.026	-
Equivalência patrimonial e provisão para passivo descoberto de controlada	22.662	23.329	7.352	15.529
Outras diferenças permanentes (não dedutíveis)	(11.717)	(10.614)	994	(19.069)
Imposto de renda e contribuição social efetivo	(65.350)	(105.589)	(45.762)	(161.197)
Imposto de renda e contribuição social do período:				
Corrente	-	(3.285)	(67.728)	(28.610)
Sobre ágio amortizado	(77.323)	(77.323)	(77.323)	(81.670)
Diferido	11.973	(24.981)	99.289	(50.917)
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido	(65.350)	(105.589)	(45.762)	(161.197)
Taxa efetiva	15,5%	22,4%	12,4%	30,9%

(*) O GPA não paga contribuição social (9%) baseada em uma ação judicial vencedora no passado, o que reduz o imposto sobre renda para 25% nesta Companhia.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

22. Impostos de renda e contribuição social--Continuação**b) Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos**

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2011	31.12.2010	30.09.2011	31.12.2010
Prejuízos fiscais (i)	63.092	54.375	768.277	720.530
Provisão para demandas judiciais	79.177	117.334	294.067	232.548
Provisão de operações com instrumentos financeiros derivativos tributado pelo regime de caixa	(7.648)	(9.639)	43.179	27.418
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.569	2.225	63.445	66.507
Amortização fiscal de ágio sobre investimento	61.634	52.124	36.154	57.410
Imposto de renda diferido sobre os ajustes na adoção dos CPC's	(5.851)	6.051	(1.264.891)	(1.200.042)
Mais valia de ativos adquiridos por combinação de negócio	-	-	-	2.538
Imposto de renda sobre ágio Vieri	27.580	104.903	27.580	104.903
Provisão para redução de ágio	-	-	117.516	117.516
Outras	25.188	12.818	53.227	44.044
Imposto de renda e contribuição social diferidos	244.741	340.191	138.554	173.372
Provisão para realização de imposto renda e contribuição social diferidos	-	-	(79.196)	(106.198)
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	244.741	340.191	59.358	67.174
Ativo não circulante	244.741	340.191	1.188.548	1.136.462
Passivo não circulante	-	-	(1.129.190)	(1.069.288)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	244.741	340.191	59.358	67.174

- (i) As compensações de prejuízos fiscais estão relacionadas à aquisição da Sé e Globex e aqueles gerados pela subsidiária Sendas Distribuidora. A realização desses ativos líquidos da reserva de avaliação é considerado como provável de acordo o plano de negócio estabelecido pela Companhia.

Com base nesses estudos, a Companhia estima recuperar esses créditos como segue:

Ano	Controladora	Consolidado
2012	45.906	197.296
2013	92.479	240.739
2014	53.465	254.251
2015	29.371	228.215
2016 em diante	23.520	268.047
	244.741	1.188.548

Em atendimento ao CPC 32 (IAS 12) – Tributos sobre o Lucro, aprovado pela Deliberação CVM nº 599/09, a Administração da Companhia preparou estudo técnico de viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração de lucros tributáveis pela Companhia, no contexto das principais variáveis de seus negócios.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

22. Impostos de renda e contribuição social—Continuação

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram reclassificados em 31 de dezembro de 2010 e 30 de setembro de 2011 de forma a apresentar os valores líquidos por entidade contribuinte, nos termos do CPC 32 (IAS 12).

23. Provisão para demandas judiciais

A provisão para demandas judiciais é estimada pela Companhia e corroborada por seu consultor jurídico. A provisão foi estabelecida em um montante considerado suficiente para cobrir os prejuízos considerados prováveis pelo consultor jurídico da Companhia e é declarada descontados os depósitos judiciais correspondentes, como mostrado abaixo:

a) Controladora

	PIS/COFINS	Fiscais outros	Trabalhistas	Cíveis e outros	Total
Saldo em 31.12.2010	37.943	246.951	-	41.963	326.857
Adições	-	14.409	20.793	1.221	36.423
Parcelamento 11.941/09	(39.762)	(17.524)	-	-	(57.286)
Pagamento	-	(97.246)	(12.744)	-	(109.990)
Reversão	-	(35.945)	(732)	(614)	(37.291)
Atualização monetária	1.819	8.537	6.564	6.151	23.071
Depósitos judiciais	-	(39)	(13.881)	(34)	(13.954)
Saldo em 30.09.2011	-	119.143	-	48.687	167.830

b) Consolidado

	PIS/COFINS	Fiscais outros	Trabalhistas	Cíveis e outros	Total
Saldo em 31.12.2010	104.468	438.061	27.574	127.703	697.806
Adições	6.299	29.985	41.104	16.914	94.302
Parcelamento 11.941/09	(39.762)	(17.524)	-	-	(57.286)
Pagamento	-	(100.897)	(27.252)	(7.351)	(135.500)
Reversão	(2.723)	(92.431)	(1.554)	(17.204)	(113.912)
Transferência	(5)	6.894	1.790	(8.679)	-
Atualização monetária	6.145	40.730	10.032	11.415	68.322
Depósitos judiciais	(1.867)	(9.654)	(14.117)	1.062	(24.576)
Saldo em 30.09.2011	72.555	295.164	37.577	123.860	529.156

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

23. Provisão para demandas judiciais--Continuação

c) Tributárias

As demandas tributárias são indexadas pelo Sistema Especial de Liquidação de Custódia ("SELIC"), 11,79% em 30 de setembro de 2011 (9,37% em 31 de dezembro de 2010), e estão sujeitas, quando aplicável, a multas. Em todos os casos, tanto os encargos de juros quanto as multas, quando aplicáveis, foram computados e totalmente provisionados com respeito aos montantes não pagos.

Processos tributários fiscais estão sujeitos a atualização mensal, que se refere a um ajuste no montante de provisões para demandas judiciais de acordo com as taxas dos indexadores utilizados por cada jurisdição fiscal. A atualização monetária é exigida por lei para todos os montantes tributários, inclusive a provisão para demandas judiciais.

COFINS e PIS

Com a sistemática da não-cumulatividade para fins de apuração de PIS e COFINS, a Companhia e suas controladas passaram a questionar o direito de excluir o valor do ICMS das bases de cálculo dessas duas contribuições.

Além disso, uma controlada da Companhia efetuou compensações de débitos fiscais de PIS e COFINS com créditos de IPI – insumos submetidos à alíquota zero ou isentos - adquiridos de terceiros (transferidos com base em decisão transitada em julgado). O valor das demandas para PIS e COFINS em 30 de setembro de 2011 é de R\$72.555 (R\$104.468 em 31 de dezembro de 2010).

Fiscais e Outros

A Companhia e suas controladas têm outras demandas tributárias que após análise de seus assessores jurídicos, foram consideradas como de perdas prováveis e provisionadas pela Companhia. São eles: (i) autuações sobre transações de compra, industrialização e venda de exportação de soja e derivados (PIS, COFINS e IRPJ); (ii) questionamento referente a não aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) para o ano de 2011; (iii) questionamento a respeito do Fundo de Combate à Pobreza, instituído pelo Estado do Rio de Janeiro (iv) questionamentos relacionados a compensações de prejuízo fiscal, bem como aquisições de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual, erro em aplicação de alíquota, obrigações acessórias pelos fiscos estaduais e (v) outros assuntos de menor expressão. O montante contabilizado em 30 de setembro de 2011 para esses assuntos é de R\$152.203 (R\$55.519 em 31 de dezembro de 2010) tendo sido efetuado depósito judicial de R\$19.809.

Adicionalmente, a Companhia discute judicialmente o direito de não efetuar o recolhimento das contribuições previstas na Lei Complementar nº 110/2001, instituídas para o custeio do FGTS.

O montante provisionado em 30 de setembro de 2011 é de R\$31.452 (R\$31.088 em 31 de dezembro de 2010), tendo sido efetuado depósito judicial de R\$9.740 (R\$9.644 em 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

23. Provisão para demandas judiciais--Continuação

c) Tributárias--Continuação

Outros--Continuação

Foram constituídas provisões tributárias na subsidiária Globex de passivos contingentes, que na ocasião da combinação de negócios, de acordo com o requerido no CPC 15 (IFRS 3), são contabilizados. A Companhia reavaliou as causas da Globex na data base da aquisição por CBD (6 de julho de 2009) e reconheceu em 30 de setembro de 2011 o montante de R\$141.058 (R\$159.244 em 31 de dezembro de 2010) de passivos contingentes tributários.

Os principais passivos contingentes tributários registrados se referem a processo administrativo relativo à compensação de contribuição ao PIS sob a égide dos Decretos 2445/88 e 2449/88, gerados em função de créditos advindos de processos judiciais, e a compensações de débitos fiscais com créditos de contribuição incidente sobre as exportações de café.

d) Trabalhistas

A Companhia é parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. Em 30 de setembro de 2011, a Companhia mantinha uma provisão de R\$85.163 (R\$88.078 em 31 de dezembro de 2010), referente a processos cujo risco de perda foi considerado provável; a Companhia possui, ainda, processos com risco de perda estimada como possíveis no montante de R\$94.745 (R\$92.730 em 31 de dezembro de 2010). A Administração, com o auxílio de seus assessores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados. Os processos trabalhistas são indexados pela Taxa Referencial de Juros ("TR"), 0,98% acumulada no período findo em 30 de setembro de 2011 (0,69% em 31 de dezembro de 2010) acrescidos de juros mensais de 1%. O saldo da provisão líquida de depósitos judiciais vinculados é de R\$17.088 (R\$6.809 em 31 de dezembro de 2010).

Foram constituídas provisões trabalhistas na subsidiária Globex de passivos contingentes reconhecidos na ocasião da combinação de negócios que montam R\$20.489 em 30 de setembro de 2011 (R\$20.765 em 31 de dezembro de 2010)

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

23. Provisão para demandas judiciais--Continuação

e) Cíveis e outros

A Companhia responde a ações de natureza cível (indenizações, cobranças, entre outras) que se encontra em diferentes fases processuais e em diversos fóruns judiciais. A Administração da Companhia constitui provisões em montantes considerados suficientes para cobrir decisões judiciais desfavoráveis quando seus assessores jurídicos internos e externos entendem que as perdas sejam prováveis.

Dentre estes processos, destacam-se:

- A Companhia ajuíza e responde diversas ações revisionais e renovatórias, onde há discussão sobre os valores de aluguéis atualmente pagos pela companhia. A Companhia constitui provisão da diferença entre o valor originalmente pago pelas lojas e os valores pleiteados pela parte contrária na ação judicial, quando há o entendimento dos assessores jurídicos internos e externos de que há a probabilidade de ser alterado o valor da locação pago pela companhia. Em 30 de setembro de 2011, o montante da provisão para essas ações é de R\$25.932 (R\$33.349 em 31 de dezembro de 2010), para as quais não há depósitos judiciais.
- A subsidiária Globex é parte em ações envolvendo direitos das relações de consumo (ações cíveis e autuações dos PROCONs) e algumas ações envolvendo rescisões de contrato com fornecedores, sendo que o montante referido nos aludidos processos perfaz a importância de R\$58.932 em 30 de setembro de 2011 (R\$35.084 em 31 de dezembro de 2010). Nestes valores, destacamos uma Ação Indenizatória ajuizada por ex-fornecedor de serviços (Transmelhado), decorrente de rescisão contratual, que concentra o montante de R\$10.539 em 30 de setembro de 2011 (R\$8.990 em 31 de dezembro de 2010). Em 30 de setembro de 2011 há depósitos judiciais relacionados no montante de R\$8.623.
- Foram constituídas provisões cíveis na subsidiária Globex de passivos contingentes reconhecidos na ocasião da combinação de negócios e que montam R\$8.371 (R\$10.745 em 31 de dezembro de 2010).

O total das demandas cíveis e outros em 30 de setembro de 2011 são de R\$123.859, já líquidos dos depósitos judiciais (R\$127.703 em 31 de dezembro de 2010).

f) Outros passivos contingentes não provisionados

A Companhia possui outras demandas que foram analisadas por assessores jurídicos e consideradas como possíveis, mas não prováveis, portanto, não provisionadas, totalizando um montante de R\$ 4.043.116 em 30 de setembro de 2011 (R\$ 2.994.455 em 31 de dezembro de 2010), e são relacionadas principalmente a:

- INSS – A Companhia foi autuada pela não-incidência de encargos sociais sobre benefícios concedidos aos seus empregados, cuja perda possível corresponde a R\$253.364 em 30 de setembro de 2011 (R\$237.690 em 31 de dezembro de 2010). Os processos estão em discussão administrativa e judicial.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

23. Provisão para demandas judiciais--Continuação

f) Outros passivos contingentes não provisionados--Continuação

- IRPJ, IRRF e CSLL- A Companhia possui uma série de autuações relativas a processos de compensações, regras sobre dedutibilidade de provisões divergências de recolhimentos e pagamentos a maior; multa por descumprimento de obrigação acessória, dentre outros de menor expressão. Os processos estão aguardando decisão administrativa e judicial. O montante envolvido equivale a R\$338.931 em 30 de setembro de 2011 (R\$255.393 em 31 de dezembro de 2010).
- COFINS, PIS e CPMF – A Companhia vem sendo questionada sobre pedidos de compensação, cobrança dos tributos incidentes nas operações de exportação de soja, divergências de recolhimentos e pagamentos a maior; multa por descumprimento de obrigação acessória, dentre outros de menor expressão. Referidos processos aguardam julgamento na esfera administrativa e judicial. O montante envolvido nessas autuações é de R\$808.159 de 30 de setembro de 2011 (R\$722.322 em 31 de dezembro de 2010).
- ICMS – A Companhia foi autuada pelo fisco estadual quanto à apropriação de créditos de: (i) energia elétrica, (ii) aquisições de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual, (iii) ressarcimento de substituição tributária sem o devido cumprimento das obrigações acessórias trazidas pela Portaria CAT 17 do Estado de São Paulo, (iv) decorrentes da comercialização de garantia estendida, (v) mercadorias adquiridas de fornecedores que gozam de benefícios fiscais nos estados onde estão situados, (vi) diferença de classificação fiscal, (vii) decorrentes de vendas financiadas, dentre outros de menor expressão. A soma dessas autuações monta a R\$2.216.323 em 30 de setembro de 2011 (R\$1.488.728 em 31 de dezembro de 2010), as quais aguardam julgamento definitivo tanto na esfera administrativa como na judicial. A diferença de valor se justifica em razão de novos processos e reclassificação de probabilidade relativa aos casos de vendas financiadas.
- ISS, Imposto Predial Territorial Urbano (“IPTU”), Imposto sobre transferência de bens imóveis (“ITBI”) e outras – Referem-se a autuações sobre retenção de terceiros, divergências de recolhimentos de IPTU, multas por descumprimento de obrigações acessórias e taxas diversas, cujo valor monta R\$268.853 em 30 de setembro de 2011 (R\$140.046 em 31 de dezembro de 2010) e que aguardam decisões administrativas e judiciais.
- *Outras demandas judiciais* – Referem-se a processos administrativos, ações imobiliárias onde pleiteia a renovação dos contratos de locação e fixação de aluguéis de acordo com valores praticados no mercado e as ações no âmbito da justiça cível, juizado especial cível, Instituto de Defesa do Consumidor (“PROCON”) (em diversos Estados), Instituto de Pesos e Medidas (“IPEM”), Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (“INMETRO”) e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (“ANVISA”), totalizando R\$157.486 em 30 de setembro de 2011 (R\$150.276 em 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

23. Provisão para demandas judiciais--Continuação

f) Outros passivos contingentes não provisionados--Continuação

Eventuais mudanças adversas na expectativa de risco destes processos podem demandar constituição adicional de provisão para demandas judiciais. Os processos acima relacionados não foram incluídas no REFIS.

g) Depósitos recursais e judiciais

A Companhia está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e efetuou depósitos para recursos (vinculados), de montantes equivalentes pendentes das decisões legais finais, bem como depósitos em caução relacionados com as provisões para processos judiciais.

A Companhia possui registrada em seu ativo, valores referentes a depósito judicial não vinculado a demandas judiciais no passivo.

h) Garantias

<u>Ações</u>	<u>Imóveis</u>	<u>Equipamentos</u>	<u>Carta de fiança</u>	<u>Total</u>
Tributárias	624.053	1.691	1.193.616	1.819.360
Trabalhistas	6.156	3.120	70.392	79.668
Cíveis e outras	11.201	2.199	37.729	51.129
Total	641.410	7.010	1.301.737	1.950.157

i) Fiscalizações

De acordo com a legislação fiscal atual, impostos municipais, federais, estaduais e contribuições previdenciárias estão sujeitas a fiscalizações em períodos que variam entre 5 e 30 anos.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

24. Operações de arrendamento mercantil

a) Compromissos e obrigações

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2011	31.12.2010	30.09.2011	31.12.2010
Passivo bruto de arrendamento mercantil operacional				
Pagamentos mínimos de aluguéis:				
Menos de 1 ano	302.415	372.817	744.233	762.313
De 1 ano a 5 anos	799.681	1.061.168	2.022.775	2.172.858
Mais de 5 anos	1.381.549	1.570.758	3.885.292	4.003.939
	2.483.645	3.004.743	6.652.300	6.939.110

A Companhia acredita que o pagamento de aluguel mínimo de arrendamento mercantil operacional não canceláveis, refere-se ao período contratual do curso normal da operação. Esta obrigação é apresentada no quadro acima, como requerido no CPC 06 (IAS 17).

Todos os contratos possuem cláusulas de multa em caso de quebra contratual, que varia de um a seis meses de aluguel. Se a Companhia encerrasse esses contratos em 30 de setembro de 2011, o montante de multa seria de R\$647.468 (R\$656.060 em 31 de dezembro de 2010).

(i) *Pagamentos contingentes*

A Administração considera o pagamento de aluguel adicionais como pagamentos contingentes, que variam entre 0,5% e 2,5% das vendas.

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2011	30.09.2010	30.09.2011	30.09.2010
Pagamentos contingentes considerados como despesas durante o período	239.765	193.326	367.294	305.369

(ii) *Cláusulas com opção de renovação ou reajuste*

Os prazos dos contratos para o período findo em 30 de setembro de 2011 variam entre 5 e 25 anos, e os contratos podem ser renovados de acordo com a lei de inquilinato. Os contratos possuem cláusulas de reajuste periódico, de acordo com os índices de inflação.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

24. Operações de arrendamento mercantil--Continuação**b) Arrendamento mercantil financeiro**

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro totalizaram R\$298.146 em 30 de setembro de 2011 (R\$ 292.747 em 31 de dezembro de 2010), de acordo com a tabela abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2011	31.12.2010	30.09.2011	31.12.2010
Passivo de arrendamento mercantil financeiro –				
pagamentos mínimos de aluguel:				
Menos de 1 ano	29.515	20.789	60.033	64.467
De 1 a 5 anos	40.183	36.268	79.478	63.116
Mais de 5 anos	29.304	29.861	37.129	37.982
Valor atual dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	99.002	86.918	176.640	165.565
Encargos futuros de financiamento	105.507	115.458	121.506	127.182
Valor bruto dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	204.509	202.376	298.146	292.747
	Controladora		Consolidado	
	30.09.2011	30.09.2010	30.09.2011	30.09.2010
Pagamentos contingentes considerados como despesas durante o período	2.292	2.529	2.292	3.950

O prazo dos contratos no período findo em 30 de setembro de 2011 varia entre 5 e 25 anos, e os contratos podem ser renovados de acordo com a Lei de inquilinato nº 12.122/2010.

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2011	30.09.2010	30.09.2011	30.09.2010
Aluguéis mínimos	195.682	156.364	393.334	326.935
Aluguéis contingentes	57.221	76.402	261.141	164.053
Aluguéis de subarrendamento	(54.595)	(69.914)	(74.934)	(87.465)
	198.308	162.852	579.541	403.523

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

24. Operações de arrendamento mercantil--Continuação

b) Arrendamento mercantil financeiro--Continuação

Em 3 de outubro de 2005, a Companhia vendeu 60 imóveis (28 hipermercados Extra e 32 supermercados Pão de Açúcar), cujo valor contábil líquido era de R\$1.017.575, para o Fundo Península (controlado pela Família Diniz), pelos quais a Companhia recebeu R\$1.029.000. Os imóveis vendidos foram alugados para a Companhia por um prazo de 25 anos, com possibilidade de renovação por mais dois períodos consecutivos de 10 anos cada. Como resultado dessa venda, a Companhia pagou R\$25.517, na data inicial do contrato de locação da loja, como uma quantia inicial para celebrar um contrato de longo prazo. A quantia inicial foi registrada em encargos diferidos e está sendo amortizada através do contrato de locação das lojas correspondentes.

De acordo com o contrato dessa operação, a Companhia e o Grupo Casino receberam uma "golden share", o que concedeu a ambos direito de veto para assegurar que os imóveis serão utilizados da maneira pretendida pelas partes durante o prazo do contrato de locação.

A Companhia está autorizada a rescindir o contrato de locação, pagando uma multa de 10% dos alugues restantes, limitados a 12 meses.

25. Receita Antecipada

A subsidiária Globex (consolidado) NCB receberam antecipadamente valores de parceiros comerciais sobre exclusividade na comercialização de prestação de serviços de intermediação de garantias complementares ou estendidas.

	Consolidado	
	30.09.2011	31.12.2010
Garantias complementares ou estendidas	462.292	245.716
Contrato Finasa	5.973	-
Correspondente bancário	-	4.771
	468.265	250.487
Circulante	77.609	63.021
Não circulante	390.656	187.466
	468.265	250.487

Do valor classificado como não circulante, a Administração estima que os valores serão reconhecidos ao resultado na seguinte proporção:

	Consolidado
	30.09.2011
2012	16.923
2013	63.991
2014	66.476
2015	71.001
2016	75.833
2017	80.995
2018	15.437
	390.656

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

26. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 30 de setembro de 2011, é representado por 260.219 (257.774 em 31 de dezembro de 2010) de milhares de ações nominativas sem valor nominal, sendo 99.680 em milhares de ações ordinárias em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 e 160.539 em milhares de ações preferenciais em 30 de setembro de 2011 (158.094 em 31 de dezembro de 2010).

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 400.000 (em milhares de ações), independente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 31 de março de 2011 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$105.675 mediante a capitalização de reserva especial de ágio. Deste total, R\$21.135 foram capitalizados sem a emissão de novas ações, em benefício de todos os acionistas, e R\$84.540 foram capitalizados em proveito da acionista controladora da Companhia, a Wilkes Participações S.A., nos termos do artigo 7º da instrução nº 319/99 da CVM, mediante a emissão de 1.354 milhares de novas ações preferenciais.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de maio de 2011 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$11.797 mediante a emissão de 831.884 ações preferenciais.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de julho de 2011 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$10.925 mediante a emissão de 258.792 ações preferenciais.

b) Direitos das ações

As ações preferenciais não possuem direito a voto, assegurando aos seus titulares os seguintes direitos e vantagens: (i) prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia; (ii) prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual no valor de R\$0,08 por ação, não cumulativo; (iii) direito ao recebimento de dividendo 10% maior do que o dividendo atribuído às ações ordinárias, incluindo para fins de cálculo do respectivo valor o dividendo preferencial pago nos termos do item (ii) acima.

c) Reserva de capital – Reserva especial de ágio

Esta reserva foi gerada pela reestruturação societária e representa o benefício tributário futuro através da amortização de ágio incorporado. A parcela da reserva especial de ágio correspondente ao benefício já recebido deve ser capitalizada ao final de cada exercício em benefício dos acionistas controladores, com a emissão de novas ações.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

26. Patrimônio líquido - Continuação

c) Reserva de capital – Reserva especial de ágio - Continuação

A reestruturação citada acima ocorreu em 2006 e consistiu na incorporação da antiga holding da Companhia, resultando em uma economia de imposto de renda diferido ativo no montante de R\$103.398. O efeito desta transação foi um imposto de renda diferido ativo no montante de R\$27.580 em 30 de setembro de 2011 (R\$104.903 em 31 de dezembro de 2010), e uma Reserva especial de ágio de R\$238.930 em 30 de setembro de 2011 (R\$344.606 em 31 de dezembro de 2010), que serão convertidas em ações e entregues aos acionistas de acordo com o benefício tributário do imposto diferido incorporado.

O aumento de capital está sujeito ao direito de preferência dos acionistas não-controladores, na proporção de suas participações, por tipo e classe de ações, na época da emissão, e os montantes pagos pelos não-controladores será entregue diretamente ao acionista controlador.

d) Opções outorgadas reconhecidas

Na conta “opções outorgadas” são reconhecidas os efeitos dos pagamentos baseados em ações dos executivos da Companhia nos termos do CPC 10 (IFRS 2).

e) Reservas de lucros

- (i) *Reserva legal*: é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício social, observado o limite de 20% do capital.
- (ii) *Reserva para expansão*: constituída mediante a apropriação de montante fixado pelos acionistas com o fim de prover recursos para o financiamento de aplicações adicionais de capital fixo e circulante, mediante a destinação de até 100% do lucro líquido remanescente, após as apropriações determinadas por lei, suportado por orçamento de capital, aprovado em assembléia.

Nos termos da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 31 de março de 2011 foi aprovada a proposta da administração referente ao aumento do capital social, no montante de R\$421.500, sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização da Reserva de Expansão e da Reserva de Retenção de Lucros com base em Orçamento de Capital, ambas constituídas na Assembléia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2010.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

26. Patrimônio Líquido – Continuação

f) Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais

(i) *Plano original de outorga de opções de compra de ações*

A Companhia outorgou em favor dos seus administradores planos de opções de compra de ações preferenciais. As ações emitidas em decorrência do exercício dos planos de opções de compra conferirão aos seus titulares os mesmos direitos das ações PN existentes. A administração dos Planos de Opções é realizada por comitê interno designado pelo Conselho de Administração.

O preço da outorga de cada ação é de, no mínimo, 60% da média ponderada das operações com as ações preferenciais na semana da outorga da opção.

O número de ações pode variar para cada beneficiário ou série. A aquisição do direito ao exercício da opção dar-se-á da seguinte forma e nos seguintes prazos: (i) 50% no último mês do terceiro ano subsequente à data da outorga (1ª tranche); e (ii) até 50% no último mês do quinto ano subsequente à data da outorga (2ª tranche), ficando a parte remanescente do segundo lote condicionado a vínculo de inalienabilidade até a aposentadoria do beneficiário, conforme fórmula definida no regulamento.

As ações com vínculo de inalienabilidade (Q), no momento do exercício das opções, são calculadas mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{sendo: } Q = \frac{(Q1 * Pm) - (Q1 * Pe)}{Pm}$$

Q = Quantidade de ações a serem gravadas com vínculo de inalienabilidade.

Q1 = 50% do total de ações da Companhia na data da concessão.

Pm = Preço de mercado da ação da Companhia na data do período.

Pe = Preço de exercício original da ação a qual foi definido na data da concessão, obedecendo aos termos do Plano.

O preço da opção é corrigido pelo IGP-M desde a data da concessão até a data do efetivo exercício, deduzidos dos dividendos atribuídos no período.

Não existem opções vigentes no âmbito do Plano Original de outorga de opções de compra de ações, aprovado na Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 28 de abril de 1997, desde 28 de julho de 2011, que correspondeu ao prazo final para exercício da última série de opções, conforme Reunião de Conselho de Administração desta mesma data.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

26. Patrimônio Líquido – Continuação

f) Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais - Continuação

(ii) *Novo Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais*

Nos termos das deliberações da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 20 de dezembro de 2006, aprovou-se a alteração do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, originalmente aprovado em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 28 de abril de 1997.

A partir do exercício de 2007 as outorgas do plano de opção de compra de ações em favor dos administradores e empregados serão realizadas da seguinte forma:

As opções são classificadas em: *Silver* e *Gold*, sendo que, a quantidade de opções *Gold* poderá ser reduzida e/ou aumentada (reductor ou acelerador), a critério do Comitê de administração do plano, no decorrer dos 35 meses seguintes à data da outorga.

O preço da ação decorrente da opção tipo *Silver* será o correspondente à média do preço de fechamento das negociações das ações preferenciais da Companhia realizadas nos últimos 20 pregões da BOVESPA, anteriores à data em que o Comitê deliberar a outorga da opção, com deságio de 20%. O preço da ação decorrente da opção tipo *Gold* será o correspondente a R\$0,01 e a outorga de tais opções são adicionais às opções *Silver*, não sendo possível a outorga ou o exercício de opções *Gold* isoladamente. Em ambos os casos os preços não serão atualizados.

As opções do tipo *Silver* e *Gold* passam a valer a partir da data do respectivo contrato. A quantidade de ações decorrente da opção *Silver* é fixa (estipulada no contrato). A quantidade de ações decorrente da opção *Gold* é variável, sendo estipulada na data da outorga uma quantidade de ações que poderá ser aumentada ou reduzida, de acordo com o Retorno sobre o capital investido "*Return Over Invested Capital*" (ROIC) apurado ao final do 36º mês a contar da data da outorga.

As séries do plano anterior continuam em vigor até as respectivas datas de vencimentos.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de maio de 2010 foi aprovado o aumento do limite global de ações destinadas ao Plano Geral para a Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia, de 10.118 milhares de ações preferenciais classe A para 11.618 milhares de ações, um aumento de 1.500 milhares de novas ações preferenciais.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

26. Patrimônio Líquido – Continuação

f) Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais - Continuação(ii) *Novo Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais* - Continuação

As informações relativas ao plano de opções de compra de ações em vigor estão resumidas a seguir:

Séries outorgadas	Data da outorga	1ª data de exercício	2ª data de exercício e expiração	Preço		Lote de ações				Total em vigor
				Na data da outorga	Fim do período	Quantidade de ações outorgadas	Exercidas	Não exercidas por demissão	Expiradas	
Saldo em 31 de dezembro de 2010										
Série IX	15/05/2005	15/05/2008	15/05/2010	26,00	29,86	989	(435)	(546)	(8)	-
Série X	07/06/2006	07/06/2009	07/06/2011	33,00	42,43	901	(229)	(402)	-	270
Série A1 - Gold	13/04/2007	30/04/2010	29/04/2011	0,01	0,01	326	(279)	(6)	-	41
Série A1 - Silver	13/04/2007	30/04/2010	29/04/2011	24,63	24,63	1.122	(901)	(106)	-	115
Série A2 - Gold	03/03/2008	30/04/2008	30/03/2011	0,01	0,01	848	(567)	(6)	-	275
Série A2 - Silver	03/03/2008	30/04/2008	30/03/2012	26,93	26,93	950	(647)	(6)	-	297
Série A3 - Gold	13/05/2009	31/05/2012	31/05/2013	0,01	0,01	668	(178)	-	-	490
Série A3 - Silver	13/05/2009	31/05/2012	31/05/2013	27,47	27,47	693	(198)	-	-	495
Série A4 - Gold	24/05/2010	31/05/2013	31/05/2014	0,01	0,01	524	(91)	-	-	433
Série A4 - Silver	24/05/2010	31/05/2013	31/05/2014	46,49	46,49	131	(76)	-	-	55
						7.152	(3.601)	(1.072)	(8)	2.471

Séries outorgadas	Data da outorga	1ª data de exercício	2ª data de exercício e expiração	Preço		Lote de ações				Total em vigor
				Na data da outorga	Fim do período	Quantidade de ações outorgadas	Exercidas	Não exercidas por demissão	Expiradas	
Saldo em 30 de setembro de 2011										
Série X	07/07/2006	07/07/2009	07/07/2011	33,00	42,43	901	(479)	(412)	(10)	-
Série A1 - Gold	13/04/2007	30/04/2010	29/04/2011	0,01	0,01	326	(320)	(6)	-	-
Série A1 - Silver	13/04/2007	30/04/2010	29/04/2011	24,63	24,63	1.122	(1.002)	(106)	(14)	-
Série A2 - Gold	03/03/2008	30/04/2008	30/03/2011	0,01	0,01	848	(835)	(6)	-	7
Série A2 - Silver	03/03/2008	30/04/2008	30/03/2012	26,93	26,93	950	(937)	(7)	-	6
Série A3 - Gold	13/05/2009	31/05/2012	31/05/2013	0,01	0,01	668	(205)	-	-	463
Série A3 - Silver	13/05/2009	31/05/2012	31/05/2013	27,47	27,47	693	(230)	-	-	463
Série A4 - Gold	24/05/2010	31/05/2013	31/05/2014	0,01	0,01	453	(157)	-	-	296
Série A4 - Silver	24/05/2010	31/05/2013	31/05/2014	46,49	46,49	167	(92)	-	-	75
Série A5 - Gold	31/05/2011	31/05/2014	31/05/2015	0,01	0,01	299	-	-	-	299
Série A5 - Silver	31/05/2011	31/05/2014	31/05/2015	46,49	46,49	299	-	-	-	299
						6.726	(4.257)	(537)	(24)	1.908

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

26. Patrimônio líquido--Continuação

f) Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais--Continuação

(ii) *Novo Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais--Continuação*

Obs: Conforme atribuições previstas no regulamento do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, o Comitê de administração do plano deliberou a antecipação da data do exercício da primeira tranche das opções da série VII para 13 de dezembro de 2005. Em 15 de março de 2007 foi encerrada a série VI, em 10 de junho de 2008 foi encerrada a série VII, em 05 de agosto de 2009 foi encerrada a série VIII, em 09 de junho de 2010 foi encerrada a Série IX e em 29 de abril de 2011 foi encerrada a série A1 *Silver* e *Gold*.

Conforme atribuições previstas no regulamento do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, o Comitê de administração do plano, em 29 de abril de 2010 aprovou o acelerador em 1,5%, referente à Série A1.

Em 30 de março de 2011, o comitê aprovou que não houve redução e ou aceleração referente à Série A2.

Em 30 de setembro de 2011, o valor da ação preferencial da Companhia na BM&FBovespa era de R\$56,83 para cada ação.

Em 30 de setembro de 2011, há 232.586 ações preferenciais em tesouraria que poderão servir de lastro às opções outorgadas do Plano.

(iii) *Informações consolidadas planos de opções de compra de ações – GPA*

O quadro abaixo demonstra o percentual máximo de diluição de participação a que eventualmente serão submetidos os atuais acionistas em caso de exercício até 2011 de todas as opções outorgadas:

	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Quantidade de ações	260.218	257.774
Saldo das séries outorgadas em vigor	1.908	2.471
Percentual máximo de diluição	<u>0,73%</u>	<u>0,95%</u>

O valor de mercado de cada opção concedida é estimado na data da concessão usando o modelo *Black & Scholes* de precificação de opções, considerando as seguintes premissas: (a) expectativa de dividendos de 0,72% (0,89% - 2009), (b) expectativa de volatilidade de aproximadamente 40,47% (49,37% - 2009) e (c) taxa de juros médios ponderada sem risco de 9,66% (10,75% - 2009). A expectativa de vida média das séries X é de 5 anos, enquanto para as séries A1, A2, A3, A4 e A5 é de 3 anos.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

26. Patrimônio Líquido--Continuação

f) Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais--Continuação

(iii) *Informações consolidadas planos de opções de compra de ações – GPA--Continuação*

	Ações	Média ponderada do preço de exercício
Em aberto no início do período	3.675	17,76
Outorgadas durante o período	657	10,32
Canceladas durante o período	(29)	31,11
Exercidas durante o período	(1.811)	18,77
Expiradas durante o período	(21)	26,00
Exercício findo em 31.12.2010	2.471	14,53
Em aberto no início do período	2.472	14,53
Outorgadas durante o período	563	32,02
Canceladas durante o período	(11)	32,62
Exercidas durante o período	(1.091)	18,50
Expiradas durante o período	(25)	28,12
Período findo em 30.09.2011	1.908	17,15

O Pronunciamento Técnico CPC 10 (IFRS 2) – Pagamento Baseado em Ações determina que os efeitos das transações de pagamentos baseados em ações estejam registrados no resultado e no balanço patrimonial da Companhia. Os valores registrados no resultado da Controladora e no Consolidado em 30 de setembro de 2011 foram de R\$19.868 (R\$20.219 em 30 de setembro de 2010).

g) Dividendos

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de maio de 2011 foi aprovado o pagamento de dividendos intermediários, relativos ao primeiro trimestre de 2011, no valor de R\$22.485 sendo R\$0,09 por ação preferencial e R\$0,08 por ação ordinária, previamente aprovado na Reunião do Conselho de Administração da Companhia de 23 de fevereiro de 2011, conforme Política de Distribuição de Dividendos da Companhia. O pagamento dos dividendos foi realizado em 27 de maio de 2011. A partir do dia 20 de maio de 2011, as ações foram negociadas “ex-direito” a dividendos até a data do seu pagamento.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de julho de 2011 foi aprovado o pagamento de dividendos intermediários, relativos ao segundo trimestre de 2011, no valor total de R\$22.560 sendo R\$0,09 por ação preferencial e R\$0,08 por ação ordinária, conforme previamente aprovado na reunião do Conselho de Administração da Companhia de 23 de fevereiro de 2011, nos termos da Política de Distribuição de Dividendos da Companhia. O pagamento dos dividendos foi realizado em 10 de agosto de 2011. A partir do dia 02 de agosto de 2011, as ações foram negociadas “ex-direito” a dividendos até a data do seu pagamento.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

27. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2011	30.09.2010	30.09.2011	30.09.2010
<u>Despesas com vendas</u>				
Despesas com pessoal	945.349	848.107	2.485.118	1.459.818
Despesas comerciais	262.638	238.276	395.524	357.682
Despesas com Imóveis	331.088	295.287	533.256	472.744
Serviços de Terceiros	59.839	77.472	1.365.106	427.653
Outras Despesas	295.085	278.868	962.918	462.466
	1.893.999	1.738.010	5.741.922	3.180.363
<u>Despesas gerais e administrativas</u>				
Despesas com pessoal	228.094	237.196	704.723	342.242
Serviços de Terceiros	166.034	130.290	472.132	157.235
Outras Despesas	31.074	23.197	55.826	72.935
	425.202	390.683	1.232.681	572.412

28. Outras despesas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2011	30.09.2010	30.09.2011	30.09.2010
Parcelamento de impostos (i)	(36.716)	(19.257)	(37.557)	(77.263)
Passivo indenizatório (ii)	(35.648)	(55.490)	(35.672)	29.649
Gastos com integração/Reestruturação	(5.530)	(6.348)	(99.751)	(730)
Contingências – PPA Globex	-	-	15.000	-
Resultado líquido baixa ativo	(1.596)	(3.689)	2.555	11.065
Reversão de provisão	-	-	12.457	-
Outras	(507)	(4.797)	(1.402)	(16.760)
	(79.997)	(89.581)	(144.370)	(54.039)

(i) Composto principalmente pela Revisão do Parcelamento de 2009 – Refis, conforme Lei 11.941/09.

(ii) Registro de passivo indenizatório referente ao “Primeiro Aditivo ao Acordo de Associação” entre Globex, CBD e Casas Bahia, que garante a Globex o direito de indenização, por CBD, de certas contingências reconhecidas que venham a ser devidas por Globex a partir de 30 de junho de 2010. Esta transação não gerou efeito no resultado consolidado, considerando efeito equivalente na linha de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

29. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2011	30.09.2010	30.09.2011	30.09.2010
<u>Despesas financeiras:</u>				
Encargos financeiros- BNDES	(30.838)	(8.525)	(32.052)	(11.547)
Encargos financeiros -Debêntures	(173.323)	(113.099)	(173.323)	(113.099)
Juros sobre empréstimos	(98.776)	(51.321)	(291.924)	(71.562)
Operações de swap	(49.641)	(18.378)	(94.951)	(47.518)
Marcação a mercado dos instrumentos financeiros	(2.026)	(1.010)	(13.675)	1.125
Juros capitalizados	17.777	7.283	22.940	6.458
Securitização de recebíveis	(81.741)	(73.365)	(220.407)	(87.015)
Antecipação de recebíveis de cartão de crédito	(13.886)	(485)	(290.759)	(156.732)
Encargos financeiros sobre contingências e impostos	(136.889)	(99.878)	(200.817)	(150.386)
Juros sobre arrendamento mercantil financeiro	(5.412)	(5.550)	(6.341)	(10.276)
Imposto sobre operações financeiras e serviços bancários	(21.295)	(13.174)	(72.657)	(24.013)
Juros sobre mútuo	(106)	(150)	-	(150)
Ajuste a valor presente	-	(820)	(20.325)	(820)
Outras despesas financeiras	(14.024)	(8.861)	(38.995)	(27.506)
Total das despesas financeiras	(610.180)	(387.333)	(1.433.286)	(693.041)
<u>Receitas financeiras:</u>				
Juros sobre caixa e equivalentes de caixa	143.353	84.044	257.296	103.725
Cotas subordinadas PAFIDC	5.080	9.938	19.483	11.101
Descontos financeiros obtidos	32.430	32.154	86.308	38.674
Encargos financeiros sobre impostos e depósitos judiciais	18.081	23.318	60.184	65.431
Juros sobre vendas a prazo	3.822	1.350	5.356	2.114
Juros sobre mútuo	34.825	32.222	-	9
Ajuste a valor presente	1.343	(1.303)	1.028	(1.628)
Outras receitas financeiras	11.479	495	13.965	8.114
Total das receitas financeiras	250.413	182.218	443.620	227.540
Resultado financeiro	(359.767)	(205.115)	(989.666)	(465.501)

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

30. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado com base na média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o período, excluindo as ações emitidas em pagamento de dividendos e ações em tesouraria.

Os instrumentos de patrimônio que serão ou poderão ser liquidados em ações da Companhia são incluídos no cálculo apenas quando sua liquidação teria um impacto de diluição sobre o lucro por ação.

No Brasil, as ações preferenciais e ordinárias conferem diferentes direitos a voto e liquidação.

A Companhia calcula o lucro por ação por meio da divisão do lucro líquido, referente a cada classe de ações, pela média ponderada da respectiva classe de ações em circulação durante o período.

A Companhia concedeu aos funcionários plano de remuneração baseado em ações (Vide nota explicativa 26), cujos efeitos de diluição são refletidos no lucro por ação diluído por meio da aplicação do método de "ações em tesouraria".

Quando o preço de exercício da opção de compra de ações é maior que o preço médio de mercado das ações preferenciais, o lucro por ação diluído não é afetado pelas opções de compra de ações.

A partir de 2003, as ações preferenciais conferem direito a um dividendo 10% maior que o distribuído às ações ordinárias. Como esses lucros podem ser capitalizados ou de outra forma alocados, pode não haver garantia de que os acionistas preferenciais receberão o prêmio de 10% mencionado acima, exceto se os lucros forem totalmente distribuídos, e, dessa forma, o lucro por ação é calculado para as ações preferenciais.

De acordo com o método de ações em tesouraria, o lucro por ação é calculado como se as opções fossem exercidas no início do exercício, ou no momento da emissão, no mais tardar, e como se os recursos recebidos fossem utilizados para adquirir as ações da própria Companhia.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

30. Lucro por ação--Continuação

A tabela abaixo apresenta a determinação do lucro líquido disponível aos detentores de ações ordinárias e preferenciais e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação utilizadas para calcular o lucro básico e diluído por ação em cada período apresentado:

	30.09.2011			30.09.2010		
	Preferenciais	Ordinárias	Total	Preferenciais	Ordinárias	Total
Numerador básico						
Lucro básico alocado e não distribuído	227.598	129.296	356.894	232.267	133.649	365.916
Lucro líquido alocado disponível para acionistas ordinários e preferenciais	227.598	129.296	356.894	232.267	133.649	365.916
Denominador básico (milhares de ações)						
Média ponderada da quantidade de ações	159.513	99.680	259.193	157.484	99.680	257.164
Lucro básico por milhares de ações (R\$)	1,43	1,30		1,47	1,34	
Numerador diluído						
Lucro líquido alocado e não distribuído	227.598	129.296	356.894	232.267	133.649	365.916
Lucro líquido alocado disponível para acionistas ordinários e preferenciais	227.598	129.296	356.894	232.267	133.649	365.916
Denominador diluído						
Média ponderada da quantidade de ações (milhares)	159.513	99.680	259.193	157.485	99.680	257.165
Opções de compra de ações	1.015	-	1.015	1.890	-	1.890
Média ponderada diluída das ações (milhares)	160.528	99.680	260.208	159.375	99.680	259.055
Lucro diluído por milhares de ações (R\$)	1,42	1,30		1,46	1,34	

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

31. Cobertura de seguro

A cobertura, em 30 de setembro de 2011, é considerada suficiente pela Administração para cobrir possíveis sinistros, e pode ser resumida da seguinte forma:

Bens segurados	Riscos cobertos	Controladora Montante da cobertura	Consolidado Montante da cobertura
Imobilizado e estoques	Lucros nomeados	6.462.100	10.778.444
Lucro	Lucros cessantes	1.379.175	2.425.559
Automóveis e outros	Perdas e Danos	449.158	449.241

A Companhia também mantém apólices específicas cobrindo riscos de responsabilidade civil e administrativas no valor de R\$173.960.

32. Plano de Previdência Privada de Contribuição Definida

Em julho de 2007, a Companhia estabeleceu um plano de previdência privada complementar de contribuição definida em nome de seus funcionários, a ser administrado pela instituição financeira Brasilprev Seguros e Previdência S.A. A Companhia faz contribuições mensais em nome de seus funcionários. As contribuições realizadas pela Companhia referentes ao período encerrado em 30 de setembro de 2011 totalizaram R\$2.006 (R\$1.725 em 30 de setembro de 2010) e as contribuições dos funcionários totalizaram R\$2.921 (R\$2.535 em 30 de setembro de 2010). O plano contava com 956 participantes em 30 de setembro de 2011 (899 em 30 de setembro de 2010).

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

33. Informações sobre os segmentos

A Administração separou as entidades recentemente adquiridas em quatro segmentos, como segue:

- Varejo – Inclui as bandeiras do Pão de Açúcar, CompreBem, Extra, Sendas e explora a atividade varejista;
- Eletrodomésticos – Inclui as bandeiras Ponto Frio e Casas Bahia
- Atacarejo – Inclui a bandeira ASSAI;
- Comércio eletrônico – Inclui os sites *www.pontofrio.com.br*, *www.extra.com.br* e *www.casasbahia.com.br*

A administração monitora separadamente os resultados operacionais de suas unidades de negócios com o objetivo de tomar decisões a respeito de alocação de recursos e avaliação de desempenho. O desempenho do segmento é avaliado com base no resultado operacional e é mensurado de forma consistente com o resultado operacional das informações trimestrais consolidadas. O financiamento do GPA (inclusive custos financeiros e receita financeira) e impostos de renda são administrados de forma segmentada.

A Companhia está envolvida em operações de lojas de varejo localizadas em 20 estados e no Distrito Federal. Os segmentos operacionais são divulgados de maneira consistente com o relatório interno fornecido ao principal tomador de decisões operacionais, identificado como o Diretor-Presidente.

O principal tomador de decisões operacionais destina recursos e avalia o desempenho por meio da revisão de resultados e de outras informações relacionadas aos quatro segmentos. Esses quatro segmentos são identificados com base na descentralização da administração dos negócios e incluem o segmento de Varejo, que operam principalmente sob as marcas “Pão de Açúcar”, “Comprebem”, “Extra”, “Extra Super”, “Extra Fácil” e “Sendas”, o segmento de Atacarejo, que inclui Barcelona e atua sob a marca “Assai”, e o segmento de Eletrodomésticos, que inclui a Globex e Nova Casa Bahia que operam sob as marcas “Ponto Frio” e “Casas Bahia”. Os segmentos operacionais não foram somados para formar os segmentos passíveis de divulgação.

Em 2010 a Companhia identificou o segmento comércio eletrônico separado do negócio eletrodoméstico devido à diferença na estratégia e na gestão dos negócios que inclui os sites *pontofrio.com.br*, *extra.com.br* e *casasbahia.com.br*.

A Companhia calcula os resultados dos segmentos utilizando as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, entre outros fatores, o lucro operacional de cada segmento, que inclui algumas alocações de despesas indiretas corporativas. Frequentemente, a Companhia revisa o cálculo do lucro operacional de cada segmento, incluindo quaisquer alocações de despesas indiretas corporativas, conforme estabelecido pelas informações regularmente revisadas pelo principal tomador de decisões operacionais. Quando as revisões são feitas, os resultados operacionais de cada segmento afetado pelas revisões são corrigidos em todos os períodos apresentados, a fim de manter a comparabilidade. As informações dos segmentos da Companhia estão incluídas na tabela a seguir:

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

33. Informações sobre os segmentos--Continuação

Descrição	Saldos em 30.09.2011				
	Varejo	Atacarejo	Eletrodomésticos	Eletrônico	Total
Receita líquida de vendas	15.626.067	2.745.660	12.671.815	2.185.091	33.228.633
Lucro bruto	4.373.627	357.023	3.848.185	346.751	8.925.586
Depreciação de amortização	(344.145)	(23.571)	(93.248)	(5.246)	(466.210)
Despesas financeiras	(727.526)	(73.972)	(591.937)	(96.345)	(1.489.780)
Receita financeira	300.961	5.332	319.843	782	626.918
Lucro operacional	930.692	669	354.615	101.862	1.387.838
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	407.655	(20.435)	194.486	6.298	588.004
Imposto e renda e contr. social	(66.756)	15.150	8.484	(2.640)	(45.762)
Lucro (Prejuízo) do período	362.179	(5.285)	202.969	3.659	563.522
Ativo circulante	6.594.271	718.373	8.279.167	561.452	16.153.263
Ativo não circulante	13.999.056	520.275	4.175.305	100.670	18.795.306
Passivo circulante	3.968.064	502.108	6.101.609	607.843	11.179.624
Passivo não-circulante	8.163.465	501.764	2.227.228	127	10.892.584
					(206.628)
					(715.153)
					(3.280.709)
					(959.681)
					(59.840)
					356.894
					15.438.110
					15.514.597
					10.219.943
					10.832.744

Descrição	Saldos em 30.09.2010				
	Varejo	Atacarejo	Eletrodomésticos	Eletrônico	Total
Receita líquida de vendas	14.936.604	2.007.176	3.108.868	999.105	21.051.753
Lucro bruto	3.959.453	289.176	640.136	162.592	5.051.357
Depreciação de amortização	(323.897)	(17.660)	(38.308)	(1.210)	(381.075)
Despesas financeiras	(448.484)	(34.798)	(163.199)	(43.932)	(690.413)
Receita financeira	205.652	6.346	12.555	246	224.799
Lucro operacional	674.990	46.829	150.613	45.247	917.679
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	381.195	18.377	26.497	1.560	427.629
Imposto e renda e contr. social	(129.570)	(8.561)	961	1.468	(135.702)
Lucro (Prejuízo) do período	251.624	9.816	27.458	3.029	291.927
					6.140
					6.139
					66.734
					(2.628)
					2.741
					14.255
					94.974
					(25.495)
					69.479
					21.057.893
					5.057.496
					(314.341)
					(693.041)
					227.540
					931.934
					522.603
					(161.197)
					361.406
					14.702.328
					14.974.373
					10.815.926
					9.277.005

31.12.2010

Ativo circulante	7.142.508	725.622	7.416.144	513.922	15.798.196	(1.095.868)	14.702.328
Ativo não circulante	15.135.265	768.278	3.548.155	72.282	19.523.980	(4.549.607)	14.974.373
Passivo circulante	5.711.429	738.753	4.953.436	537.392	11.941.010	(1.125.084)	10.815.926
Passivo não circulante	6.899.450	512.839	1.998.313	168	9.410.770	(133.765)	9.277.005

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

33. Informações sobre os segmentos--Continuação

- As eliminações são compostas por saldos entre as companhias;
- Principalmente relacionadas à classificação de imposto de renda diferido de circulante para não circulante;

Informações gerais da Companhia

A Companhia atua principalmente como varejista de alimentos, vestuário, eletrodomésticos e outros produtos. A receita total é composta pelos seguintes tipos de produtos:

	30.09.2011	30.09.2010
Alimentos	55,3%	80,5%
Não-alimentos	44,7%	19,5%
Total de vendas	100,0%	100,0%

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS CONTROLADORES DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO (Companhia de capital aberto)					Posição em 30/09/2011 (Em unidades)	
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
WILKES PARTICIPAÇÕES S.A.	65.400.000	65,61%	-	0,00%	65.400.000	25,13%
SUDACO PARTICIPAÇÕES LTDA.	28.619.178	28,71%	3.091.566	1,93%	31.710.744	12,19%
ONYX 2006 PARTICIPAÇÕES LTDA.	-	0,00%	20.635.313	12,85%	20.635.313	7,93%
CASINO GUICHARD PERRACHON *	5.600.052	5,62%	-	0,00%	5.600.052	2,15%
SEGISOR *	-	0,00%	5.091.754	3,17%	5.091.754	1,96%
STANHORE TRADING INTERNATIONAL S.A.*	-	0,00%	7.398.417	4,61%	7.398.417	2,84%
RIO PLATE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.	-	0,00%	4.076.494	2,54%	4.076.494	1,57%
PENÍNSULA PARTICIPAÇÕES LTDA.	-	0,00%	2.622.182	1,63%	2.622.182	1,01%
PAIC PARTICIPAÇÕES LTDA.	-	0,00%	652.140	0,41%	652.140	0,25%
BENGAL LLC *	-	0,00%	8.378.461	5,22%	8.378.461	3,22%
OREGON LLC *	-	0,00%	3.475.300	2,16%	3.475.300	1,34%
KING LLC *	-	0,00%	4.752.590	2,96%	4.752.590	1,83%
LOBO I LLC *	-	0,00%	6.566.493	4,09%	6.566.493	2,52%
PINCHER LLC *	-	0,00%	1.550.000	0,97%	1.550.000	0,60%
PARKER I LLC *	-	0,00%	3.272.123	2,04%	3.272.123	1,26%
AÇÕES EM TESOURARIA	-	0,00%	232.586	0,14%	232.586	0,09%
OUTROS	60.621	0,06%	88.743.231	55,28%	88.803.852	34,13%
TOTAL	99.679.851	100,00%	160.538.650	100,00%	260.218.501	100,00%

(*) Empresa Estrangeira

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
WILKES PARTICIPAÇÕES S.A					Posição em 30/09/2011 (Em unidades)	
Acionista / Cotista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
PENÍNSULA PARTICIPAÇÕES LTDA.	20.375.000	50,00	-	-	20.375.000	27,00
SUDACO PARTICIPAÇÕES LTDA.	20.375.000	50,00	34.723.824	100,00	55.098.824	73,00
TOTAL	40.750.000	100,00	34.723.824	100,00	75.473.824	100,00

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
SUDACO PARTICIPAÇÕES S.A					Posição em 30/09/2011 (Em unidades)	
Acionista / Cotista	Cotas		Total			
	Quantidade	%	Quantidade	%		
PUMPIDO PARTICIPAÇÕES LTDA	3.585.804.573	100,00	3.585.804.573	100,00		
TOTAL	3.585.804.573	100,00	3.585.804.573	100,00		

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
ONYX 2006 PARTICIPAÇÕES LTDA.					Posição em 30/09/2011 (Em unidades)	
Acionista / Cotista	Cotas		Total			
	Quantidade	%	Quantidade	%		
RIO PLATE EMPREEND. E PARTIC. LTDA	515.580.242	99,99	515.580.242	99,99		
ABILIO DOS SANTOS DINIZ	10.312	0,01	10.312	0,01		
TOTAL	515.590.554	100,00	515.590.554	100,00		

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
PENÍNSULA PARTICIPAÇÕES LTDA					Posição em 30/09/2011 (Em unidades)	
Acionista / Cotista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
ABILIO DOS SANTOS DINIZ	250.659.233	61,48	3	42,86	250.659.236	61,48
JOÃO PAULO F.DOS SANTOS DINIZ	39.260.447	9,63	1	14,29	39.260.448	9,63
ANA MARIA F.DOS SANTOS DINIZ D'ÁVILA	39.260.447	9,63	1	14,29	39.260.448	9,63
PEDRO PAULO F.DOS SANTOS DINIZ	39.260.447	9,63	1	14,29	39.260.448	9,63
ADRIANA F.DOS SANTOS DINIZ	39.260.447	9,63	1	14,29	39.260.448	9,63
TOTAL	407.701.021	100,00	7	100,00	407.701.028	100,00

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA				
PUMPIDO PARTICIPAÇÕES LTDA			Posição em 30/09/2011 (Em unidades)	
Acionista / Cotista	Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
SEGISOR**	3.633.544.694	100,00	3.633.544.694	100,00
TOTAL	3.633.544.694	100,00	3.633.544.694	100,00

(**) Empresa Estrangeira

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA				
RIO PLATE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA			Posição em 30/09/2011 (Em unidades)	
Acionista / Cotista	Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
PENINSULA PARTICIPAÇÕES LTDA	566.610.599	100,00	566.610.599	100,00
ABÍLIO DOS SANTOS DINIZ	1	0,00	1	-
TOTAL	566.610.600	100,00	566.610.600	100,00

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA				
SEGISOR			Posição em 30/09/2011 (Em unidades)	
Acionista / Cotista	Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
CASINO GUICHARD PERRACHON (*)	937.121.094	100,00	937.121.094	100,00
TOTAL	937.121.094	100,00	937.121.094	100,00

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO						
Posição em 30/09/2011						
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador	99.619.331	99,94%	71.581.451	44,59%	171.200.782	65,79%
Administradores						
Conselho de Administração	-	0,00%	4.388	0,00%	4.388	0,00%
Diretoria	-	0,00%	717.012	0,45%	717.012	0,28%
Conselho Fiscal	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Ações em Tesouraria	-	0,00%	232.586	0,14%	232.586	0,09%
Outros Acionistas	60.520	0,06%	88.003.213	54,82%	88.063.733	33,84%
Total	99.679.851	100,00%	160.538.650	100,00%	260.218.501	100,00%
Ações em Circulação	60.520	0,06%	88.003.213	54,82%	88.063.733	33,84%

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO								
Posição em 30/09/2010								
Acionista	Ações Ordinárias		Ações PNA		Ações PNB		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador	99.619.331	99,94%	40.714.140	26,35%	2.086.078	62,29%	142.419.549	55,30%
Administradores								
Conselho de Administração	-	0,00%	4.371	0,00%	-	0,00%	4.371	0,00%
Diretoria	-	0,00%	536.063	0,35%	2.689	0,08%	538.752	0,21%
Conselho Fiscal	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Ações em Tesouraria	-	0,00%	232.586	0,15%	-	0,00%	232.586	0,09%
Outros Acionistas	60.520	0,06%	113.004.571	73,15%	1.260.044	37,63%	114.325.135	44,39%
Total	99.679.851	100,00%	154.491.731	100,00%	3.348.811	100,00%	257.520.393	100,00%
Ações em Circulação	60.520	0,06%	113.004.571	73,15%	1.260.044	37,63%	114.325.135	44,39%

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia Brasileira de Distribuição

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Brasileira de Distribuição e empresas controladas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado para o trimestre e período de nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 9 meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2011 elaboradas sobre a responsabilidade de sua administração, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 1 de novembro de 2011

Ernst & Young Terco
Auditores Independentes S.S.
CRC-2-SP 015199/O-6

Antonio Carlos Fioravante
Contador
CRC nº 1SP184973/O-0